

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O PAPEL SOCIAL DA MULHER E O
DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE INFANTIL

IVETTE TEIXEIRA CHAGAS NOGUEIRA

FGV/ISOP/CPGP

Praia de Botafogo, 190 - sala 1108

Rio de Janeiro - Brasil

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS E PESQUISAS PSICOSSOCIAIS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O PAPEL SOCIAL DA MULHER E O
DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE INFANTIL

por

IVETTE TEIXEIRA CHAGAS NOGUEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de

MESTRE EM PSICOLOGIA

Rio de Janeiro,

de 1984

A meus pais; a
Aline, Alcio Fº, Andrêa e
Alcio

A G R A D E C I M E N T O S

- Ao querido Mestre, Professor ELIE
ZER SCHNEIDER, pela generosa aco-
lhida e incansável orientação des-
ta dissertação.
- Às minhas amigas MARIA LUCIA REM-
BOWSKI CURTY e LEILA DUPRET MACHA
DO pelo constante estímulo; MARIA
LUIZA LARQUÊ, cujo apoio e espíri-
to crítico, muitas vezes facili-
taram minhas decisões.
- À bibliotecária FLORIPES CASTILHO
SALZANO pela atenciosa conferên-
cia das referências bibliográfi-
cas.
- Aos colegas do ISOP e a todos os
AMIGOS que, de alguma forma, con-
tribuíram para a realização deste
trabalho.
- A meu MARIDO pelo cuidado com que
reviu os originais.

R E S U M O

Este trabalho teve por objetivo o estudo de variáveis que convergem para o desenvolvimento da personalidade infantil.

A conduta da mulher, em seu posicionamento frente à família e à sociedade, interferindo diretamente sobre a criança, é considerada primordial para análise do problema.

O referencial teórico utilizado é social, sendo discutido dentro do contexto da psicologia feminina e de sua situação sócio-jurídica; das relações de estrutura e dinâmica familiares; da psicologia do desenvolvimento; e de fatores culturais envolvidos.

Tratando-se de um estudo teórico, não são discutidas as proposições em nível de constructo nem de hipóteses. Limita-se ao nível das variáveis, buscando deduções lógicas que liguem a conscientização feminina das necessidades requeridas por seus diversos papéis com sua conduta.

S U M M A R Y

The objective of this paper has been the study of variables converging to infantile personality development.

The woman behavior, at her position face to family and society, and bearing directly on the child, is considered as fundamental for problem analysis.

Theoretical frame used was social, being this frame discussed within feminine psychology context and its social/juridical situation, family structural relations and dynamics, development psychology, and cultural factors involved.

Theoretical as it is, propositions at construct and hypotesis level are not discussed in this paper. The study is confined to variables level and to a search for logical deductions that link feminine consciousness of the needs demanded by her several roles to her behavior.

De todas estas bellas y felices ciencias,
yo nada sē, aunque quisiera saber;
pero digo siempre, por expresarme así,
que me encuentro en condición de
no saber nada, fuera de una
pequeña ciencia: la del amor:

Socrates (Platon, Teages, 128)

I N D I C E

Agradecimentos -----	iv
Resumo -----	v
Summary -----	vi

	<u>PÁG</u>
INTRODUÇÃO -----	01
CAPÍTULO I - ESTRUTURA E FUNÇÕES FAMILIARES NUMA SOCIEDADE EM CONSTANTE MUDANÇA -----	04
I.1 - Família: Conceituação -----	05
I.2 - Estrutura e funções familiares -----	09
I.3 - Evolução do Direito de Família no Brasil -----	21
I.3.1 - Mães e filhos na legislação brasileira -----	25
CAPÍTULO II - ASPECTOS DA DINÂMICA PARENTAL -----	31
II.1 - Funções parentais -----	32
II.2 - Atitudes parentais -----	35
II.3 - Fatores da dinâmica parental -----	45
II.3.1 - Aceitação vs. rejeição -----	45
II.3.1 - Autoritarismo vs. permissividade -	47
CAPÍTULO III - BASES DO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE -	50
III.1 - Etapas do desenvolvimento -----	53
III.2 - Relação mãe-filho -----	59
III.2.1 - Vinculação Afetiva -----	68

CAPÍTULO IV - ABORDAGEM PSICOSSOCIAL AO PROBLEMA	
DA MULHER E DO MENOR -----	80
IV.1 - Situação da mulher ---	80
IV.2 - Situação do menor -----	93
IV.2.1 - Patologia social: menores em situação irregular -----	99
IV.2.2 - Síndrome da criança maltra tada -----	107
CONCLUSÃO -----	122
BIBLIOGRAFIA -----	124
ANEXOS -----	138
ANEXO 1 - REDE NOMOLÓGICA -----	138
ANEXO 2 - NOTICIÁRIO RELATIVO AO TÓPICO -----	139
MÃES E FILHOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
ANEXO 3 - NOTICIÁRIO RELATIVO AO TÓPICO -----	144
SITUAÇÃO DA MULHER	
ANEXO 4 - NOTICIÁRIO RELATIVO À PATOLOGIA SOCIAL: MENORES EM SITUAÇÃO IRREGULAR -----	146
ANEXO 5 - NOTICIÁRIO RELATIVO À SÍNDROME DA CRIANÇA MALTRATADA -----	162

I N T R O D U Ç Ã O

O acelerado ritmo das mudanças sociais, em seus objetivos, sistemas e contradições, cada vez mais afeta o processo educativo e a qualidade de vida. A capacidade parental de adaptação, para acompanhar tal evolução torna-se difícil, muitas vezes ineficaz e

"[...] a menos que o homem possa realizar uma adaptação nova e original ao seu ambiente, tão rapidamente quanto a sua ciência altera esse ambiente, a nossa cultura está em perigo de perecer [...]" (Rogers, 1973, p. 300).

O conjunto das condutas dos adultos para com as crianças demonstra o caráter global de uma cultura e dá origem a experiências, satisfações e frustrações semelhantes em todos os seus membros. Estas formam uma "personalidade básica", portanto culturalmente estabelecida, e que

"(...) se manifesta por um certo tipo de vida sobre o qual os indivíduos elaboram os aspectos de suas variantes singulares" (Kardiner, apud Filloux, p. 71).

Sob este enfoque, o estudo do desenvolvimento da personalidade está essencialmente ligado às práticas de socialização, aos métodos educativos e cuidados da criança. Isto nos leva à análise funcional da atuação materna, através de constructos teóricos desenvolvidos na psicologia contemporânea. Esse estudo é ressaltado por Levy (1943):

"(...) If human behavior is influenced so markedly by

maternal attitudes then surely the most important study of man as a social being is a study of his mother's influence on his early life" (op. cit., p.4).

No cumprimento das tarefas que lhe são atribuídas como organizadora do meio e defensora da vida do filho, cada mulher desempenha-se de acordo com as bagagens cultural e psicológica que lhe são próprias. Os eventos de sua vida particular, em interação com as condições ambientais, refletem-se nos métodos e técnicas que adota na criação infantil; assim como nas atitudes que assume para com os mesmos. Desta forma, as lacunas e preconceitos de sua educação aparecem em seu comportamento e, além de influírem sobre a personalidade em desenvolvimento, serão reproduzidos pela nova geração adulta.

Dentre as outras variáveis de importância para o aprendizado social, estão as condições estruturais (composição) e dinâmicas (qualidade do processo) da família. São condições que afetam a função parental, cujo peso recai, muitas vezes, sobre apenas um dos genitores, ou alguém que os substitua.

Especialmente nos meios menos desenvolvidos e carentes de informação é, geralmente, a mãe quem se vê sozinha com as funções de criar e educar a prole, quando às vezes, ela própria necessita de proteção, amparo e desenvolvimento. Mesmo nos grandes centros urbanos, ainda é surpreendente o número de mulheres que, desconhecendo as funções de seu corpo, concepção, gestação e parto, geralmente ignoram também tudo o que diz respeito às responsabilidades e tarefas de criação dos filhos. Dessa forma, são comuns os nascimentos indesejados, maternidade irresponsável, abandono e até abortos criminosos compondo um quadro de al

to risco para o indivíduo e a sociedade.

Ressalta, ainda, o fato de que a ausência de suporte parental, em qualquer de seus aspectos de proteção e formação, contribui para as condições circulares de pobreza, ignorância, promiscuidade, marginalidade, doença e rebaixamento progressivo dos padrões de qualidade de vida. Assim sendo, o estudo da maternagem e seus efeitos sobre o desenvolvimento infantil implica tanto numa abordagem teórica sobre a existência física infantil, com suas tendências herdadas, probabilísticas maturacionais e emocionais quanto numa aproximação aos fatores que dizem respeito à mulher-mãe e sua situação dentro do contexto familiar, social e legal em que deve atuar.

Procurou-se seguir no trabalho um esquema lógico, estruturado de acordo com a rede nomológica, apresentado no Anexo 1 (pág. 138).

CAPÍTULO I

ESTRUTURA E FUNÇÕES FAMILIARES NUMA SOCIEDADE EM CONSTANTE MUDANÇA

"Si desde el momento en que nace, el niño no está rodeado del amor genuino de sus padres, si su atmosfera familiar y social no le brindan la atención y los cuidados solícitos que un bebe requiere, entonces hemos de pagar nuestro fracaso frente a la próxima generación al tener que vivir en un mundo desgarrado por el miedo y el odio" (Guntrip, 1971, p. 118).

Especialistas de vários ramos das ciências humanas são acordes quanto às grandes transformações por que passa nossa sociedade ocidental. Se à Psicologia, como disciplina, não pertence a tarefa de modificar a estrutura da sociedade, a ela cabe procurar saber

"cómo y de qué manera el medio (interno y externo) influye sobre la personalidad" (Masana, 1970).

Esta não depende do simples desabrochar de potencialidades e fatores intrínsecos a cada um. Pode-se mesmo dizer que ela seria a semente que, para germinar, precisa de um terreno e condições climáticas que a alimentem. Tais seriam os fatores extrínsecos a ela, desempenhados pelo meio circundante: ambiente físico, humano e afetivo da família. Tampouco seus fatores intrínsecos, o meio interno composto pela bagagem biológica e hereditária, são suficientes para propiciar o pleno desenvolvimento pois,

"não é apenas questão de um processo de crescimento i

nerente ou herdado; necessita além disso de uma mínima provisão ambiental e relaciona-se a todo o imenso tema do indivíduo a deslocar-se da dependência no sentido da independência" (Winnicott, 1975, p. 203).

Assim sendo, quaisquer modificações no sistema ecológico que nutre o indivíduo, alteram o paradigma vigente de "ideal familiar" e leva a formas desviantes, com influências distintas sobre o meio interno. Surgem então, questionamentos, vários e necessários: será isso normal? será válido? desejável? aonde nos levará?

Tais perguntas focalizam comportamentos sociais, assim como elementos socioculturais e emocionais que devem ser reavaliados, para acompanhar os novos conhecimentos e necessidades dos sistemas político, econômico e axiológico. Assim, no estudo do desenvolvimento infantil, torna-se imprescindível examinar o problema dentro dos contextos situacionais e teóricos envolvidos.

1.1 - FAMÍLIA: CONCEITUAÇÃO

"El vivir se asemeja a una vigilia efemera, la duración de la vida a un día, por así decir, en el que apenas hemos divisado la luz, pasamos la consigna a los que sobrevienen" (Antífonte. De la Concordia, frag, 40).

Família é um termo que assume significados diversos, segundo o ramo das ciências a que se reporta. Mesmo quando se refere aos arranjos humanos pode basear-se nas complexas variedades

des de tipos matrimoniais que as definem, ou em estruturas que independem das funções sexuais ou de procriação, implícitas no sistema de tipo "família conjugal". Este sistema é baseado nos laços de matrimônio, como geralmente acontece em nossa cultura, o que nos leva à tendência de generalizar o conceito para a forma que nos é reconhecida. Entretanto, existem grupos étnicos em que a composição pai-mãe-filhos é desconhecida, pois a participação direta do pai não é compreendida. Nesses casos, chamados de "tipo consanguíneo", o pai não é responsável pelos próprios filhos e, sim, pelos de sua irmã. Desta forma, a família não é baseada nas relações sexuais e não depende do pai. Essa paternidade cultural seria a versão psicanalítica em defesa do princípio da universalidade do Complexo de Edipo, contestado por Malinowski com o caso acima.

"Aparentemente", diz Kessing (1961, p. 418)

"a única definição universal de família é a de um grupo que cuida das crianças e lhes proporciona uma situação".

E continua, citando Goldenweiser:

"a família é o ponto de transferência da cultura (...) uma ponte entre duas gerações".

Estas duas proposições, apresentadas em conjunto pelo mesmo autor, e aparentemente com igual significado, podem, porém, conter diferenças subjacentes que as diferenciam. Na primeira, é imprescindível a presença e o cuidado infantis; na segunda, a

ligação entre grupos de faixas etárias diversas, levando a continuação das práticas culturais, permite uma ampliação conceitual, uma vez que pode implicar em situações próprias da chamada família extensa, unida, múltipla, ou outras formas familiares distintas do modelo nuclear. Nestas condições, parentes, a fins e agregados podem estabelecer condições de convivência, de acordo com regras de comportamento e determinação de papéis específicos para cada membro. Atualmente, em especial nos países em desenvolvimento, as condições sócio-econômicas têm levado à organização de "grupos domiciliares". São instituições organizadas para a vida em comum, divisão de despesas e mútua proteção, em que o cerne da organização social já não é necessariamente o parentesco ou a educação infantil. Compõem assim, uma "comunidade em que são, ou se consideram, consanguíneos uns dos outros" (Lima, H. e Barroso, G., p. 510) (*).

Do ponto de vista do Direito da Família, porém, tais agrupamentos não são estruturas familiares uma vez que, em sua constituição, não existe a figura do filho. Nem mesmo naqueles casos em que existe o casal, ainda não há uma família e sim um "alicerce" de família: a família nasce com o nascimento do primeiro filho e, em sua expressão mais lata, é o "conjunto de pessoas que advem do mesmo tronco" (Cunha, 1983).

Diante de tal variedade e ambiguidade de sentidos, alguns estudiosos sugeriram a supressão do termo "família" do vocabulário científico (Keesing, V. 2, p. 406). Entretanto, a conceituação que aqui se faz necessária é aquela em que se considera a aprendizagem primária do homem e é a mais primitiva de to-

(*) *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.*

das as associações. Por isso mesmo é o grupo social que tem maior capacidade para influenciar seus membros, no desempenho das atividades e papéis de cada um.

Todos estes fatos comprovam a necessidade de situar a dequadamente o conceito dentro do contexto cultural em que é trabalhado e segundo os objetivos visados. Desta forma, a definição de Pichon-Rivière (1971, p. 193) satisfaz aos propôsitos deste trabalho:

"la familia como estructura social básica, que se configura por el interjuego de roles diferenciados (padre, madre, hijo) (...) es el modelo natural de la situación de interacción grupal".

Neste sentido, continua P. Rivière, a família

"constituye la unidad indispensable de toda organización social (...), provee el marco adecuado para la definición y conservación de las diferencias humanas, dando forma objetiva a los roles distintivos, pero mutuamente vinculados del padre, de la madre y del hijo, que constituyen los roles básicos en todas las culturas" (Ibiden).

Assim, a família só funciona adequadamente, configurando uma vida normal para seus membros, se as diferenças individuais forem consideradas na interrelação dos três papéis básicos. Desta forma, a família, como grupo primário, é o palco em que se desenvolve o roteiro básico da personalidade. Esta é, en tão, moldada sobre a herança individual através de mecanismos vários. São regras e sanções, positivas e negativas, além de diversas modalidades de influência e controle que compõem o amplo processo de socialização da criança, ditando-lhe as condutas cul

turalmente aceitáveis.

I.2 - ESTRUTURA E FUNÇÕES FAMILIARES

"We must look for the same sort of process in all fields of natural phenomena (...) We might expect to find the same sort of laws at work in the structure of crystal as in the structure of society (...)" (Bateson, apud, Hoffman, p. 37).

No "entrejogo de papéis" diferenciados dentro do grupo familiar, tomam corpo as funções da família como um todo, e as funções específicas de cada membro. As leis que regulam a coesão das partes formadoras da estrutura total permitem uma flexibilidade adaptativa, segundo as necessidades individuais. Pode-se mesmo considerar que cada elemento é parte de um "organismo familiar vivente" que funciona como uma unidade dinâmica composta por subunidades complementares.

As carências e dificuldades de uma só pessoa dentro do sistema são capazes de movimentar forças, para restaurar seu equilíbrio. Ackerman (1969), cujo trabalho impulsionou a nova política terapêutica de inclusão do contexto familiar no tratamento da desordem psiquiátrica, explica:

"existe uma analogia útil entre las propiedades orgánicas del individuo y los rasgos vitales de vida familiar, pues ambas entidades se caracterizan por una interdependencia de las partes y una especialización de las funciones" (Op. cit., p. 73).

Entretanto, nota ele que a maior das diferenças existentes en-

tre os dois tipos de organismo é a finitude física do indivíduo pela morte do corpo, enquanto a família continua viva através das gerações. Desta forma, é o berço do "corpo e da mente infantil", servindo à continuidade biológica do homem enquanto lhe dá segurança, proteção e lhe transmite os valores e ideologias da sociedade em que deve viver. Assim sendo, as funções básicas da família obedecem à dicotomia "sobrevivência-socialização" constituinte dos vetores que, através da educação, buscam a meta última da espécie: a maturidade plena. Esta só é alcançada quando o indivíduo adulto atinge

"sa capacité maximale dans les limites de l'espèce à laquelle il appartient, d'agir par lui-même dans un double-but:

- se nourrir, se protéger, poursuivre le perfectionnement de ses moyens d'actions;*
- nourrir, protéger, contribuer au développement d'individus qui lui sont confiés" (Bergier, 1971)*

O ser humano, diz Ackerman (1969), é realmente um "animal familiar", pois o bebê em nossa espécie não pode sobreviver por si mesmo. Até sua alimentação, embora especificamente propiciada pela mãe, lhe é fornecida em função tanto dos pais, quanto do grupo familiar. Entretanto, representa muito mais, uma vez que

"La familia es un plan universal de vida. Es la unidad de crecimiento y la experiencia de la realización y del fracaso, es también la unidad de la salud y la enfermedad" (Op. cit., p. 73).

A estrutura familiar sustenta-se pela flexibilidade de seus membros em superar suas naturais crises evolutivas, atra—

vês da adaptação às mudanças . Ackerman (1969) compara as crises desenvolvimentais da família com o processo de crescimento do indivíduo em períodos de germinação, desenvolvimento, idades e até morte. Sua estrutura varia de acordo com as etapas de seu desenvolvimento. Assim, pode-se dizer que ela é uma durante o período de criação dos filhos, outra quando eles entram na puberdade, enquanto os pais estão ficando mais maduros; outra ainda nos períodos em que cada filho segue seu rumo e os pais envelhecem ou algum deles morre. Durante o processo evolutivo, novo equilíbrio deve ser estabelecido em cada crise ou mudança.

Combinando tal ponto de vista desenvolvimental com a opinião de Winnicott (1978, p. 27) sobre o indivíduo pode-se dizer então que saúde familiar é

"a maturidade que corresponde à maturidade própria da idade da família".

Tal proposição implica na passagem efetivamente objetivada da socialização primária, experimentada e desenvolvida na infância, para a socialização secundária, "que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade" (Berger e Luckman, 1976). Nas brincadeiras do bebê consigo mesmo, nos jogos infantis e tarefas escolares ou domésticas, no treinamento artístico ou desportivo, até chegar às condições de trabalho independente, vai-se consolidando a socialização. No aprendizado das relações familiares, assim como nas atividades produtivas e recreativas vão-se erigindo as bases do relacionamento social e sentimental, preparando para a formação de no-

va família. Vai sendo assim concluída a socialização primária e consolidando-se a secundária. Para Berger e Luckman (op.cit.) aquela só se faz possível através do relacionamento emocional permitido pela identificação com os outros significativos", que "filtram" o mundo social para a criança. E esse processo apenas se conclui quando

(...) "o conceito do outro generalizado (e tudo quanto o acompanha) foi estabelecido, na consciência do indivíduo" (Ibid., p. 184)" e aí "estabeleceu uma relação simétrica entre a realidade objetiva (aquilo que é real fora do sujeito) "e a realidade subjetiva" (o que é real dentro do mesmo) (Ibid., p. 179).

A socialização secundária tem relação com a interiorização do conhecimento de funções específicas, é constituída de "realidades parciais em contraste com o mundo básico adquirido na interiorização primária". Se em algum momento ocorrer uma descontinuidade do processo, tanto por falha do 'socializando', ou dos elementos socializadores, toda a estrutura familiar é afetada. Assegura Ackerman (1969):

"onde fracassa a socialização fracassa o papel principal da família, isto é, a qualidade humana de seus membros" (Op. cit., p. 73),

o que permite o aparecimento de qualquer dos vários tipos de perturbação do desempenho social (delinquência, abuso de drogas, etc). Até a doença mental já não é hoje considerada pertinente ao indivíduo, mas como patologia da unidade básica da estrutura social, isto é, da família. Já Pichon-Rivière (1971) vinha insistindo:

"Es para mí, y hace más de 20 años que lo vengo sosteniendo, el enfermo mental es el porta voz de la ansiedad y conflictos del grupo inmediato, es decir, del grupo familiar". (Op.cit., p. 65).

Para esse autor, a emergência de uma neurose ou psicose demonstra que um membro da família, na tentativa de preservar sua unidade, assume um novo papel, isto é, o de depositário de seus conflitos e ansiedades globais. Quando existe no grupo familiar uma boa rede de comunicação, cada elemento desempenha-se adequadamente nas tarefas próprias de seu papel.

"(...) pero con un grado de plasticidad tal, que le permite asumir otros roles funcionales (...) y su equilibrio se logra cuando la comunicación es abierta y funciona en múltiples direcciones, configurando una espiral de realimentación" (Ibidem, p. 210-209).

Murray Bowen (apud Hoffman, 1982), um dos pioneiros da terapia familiar, em cuidadoso trabalho com famílias de esquizofrênicos, concluiu que os avós de um esquizofrênico podem ser relativamente maduros, mas um de seus filhos, que permaneceu imaturamente ligado à mãe, mais tarde procurou uma esposa também imatura, gerando uma criança que com ela se tornou simbiótica e, em decorrência, esquizofrênica. A importância de seus estudos deve-se, em especial, à compreensão da possibilidade de transmissão e degeneração das perturbações emocionais através das gerações.

Desta forma, o clima relacional, os modos de resolver os conflitos decorrem do nível de sanidade familiar e, simultaneamente, dão origem aos padrões de saúde ou patologia de seus

membros. Tais padrões podem ser apreendidos através do cumprimento das tarefas específicas dos estágios de desenvolvimento da família e da dinâmica que os orienta.

As crises que a família enfrenta na sequência normal de seu ciclo vital, portanto, previstas, aliam-se outras decorrentes de situações individuais imprevistas e que a podem afetar como grupo.

A família, como um sistema social, tem peculiaridades que a caracterizam como tal. Zimmerman (1980, p. 196) apresenta quatro dessas propriedades, identificadas por Reuben Hill que permitem assim compreender suas funções e a interface que mantém com o grupo social mais amplo. Dizem respeito:

- 1) às tarefas e funções que procuram suprir as necessidades de seus membros e do ambiente;
- 2) ao interrelacionamento e posicionamento de cada um, ou interdependência dos componentes da estrutura familiar;
- 3) à manutenção dos limites que a distinguem de outras associações do meio e que incluem a noção de autonomia e independência dos grupos exteriores a ela;
- 4) à busca do equilíbrio que assegure a viabilidade do sistema.

Dentre os fatores de mudança que atingiram a família moderna, foi da maior importância a entrada da mulher na força

de trabalho, fora do lar. Esse fato tornou-se uma necessidade, especialmente a partir da II Grande Guerra, para complementação do orçamento doméstico e até total manutenção familiar. Daí surgiram novos problemas e modos de conviver com os mesmos, especialmente no que diz respeito à compensação das funções exercidas pela mulher, no lar. Dentre estas, as mais importantes referem-se ao atendimento das necessidades infantis durante o período em que a mãe trabalha fora. Muitas vezes, a família encontra formas de atender aos requisitos de cada situação, pois

"modela os tipos de pessoas que necessita para levar a cabo suas funções. Os membros, por sua vez, gravitam sobre a família, orientando-a para a satisfação de seus objetivos pessoais" (Ackerman, 1969, p. 74).

Entretanto, nem sempre ela tem condições adaptativas para, por si mesma, atender à provisão de meios e cuidados infantis. Nesses casos, cada vez mais, a sociedade é chamada a intervir e a participar com a criação de outras instituições, tais como unidades de atendimento à saúde, creches, escolas, centros de ação comunitária, de atividades artísticas etc.

Ao mesmo tempo em que a mão de obra feminina se deslocava para fora do âmbito familiar, seja por necessidade econômica, ou de realização pessoal, surgiram outros fatores que vêm atingindo a família: a liberação sexual da mulher com a política de separação das funções procriativas e sexuais; problemas do aborto, divórcio, abuso de álcool e drogas, aumento da criminalidade infantil etc. São todos problemas que sugerem desagregação da família, pelo menos nos termos tradicionais.

Apesar de tudo e das observações de autores que a consideram um anacronismo, instituição em decadência, outros estudiosos lembram pontos importantes a considerar.

Zimmerman (1980, p. 196) mostra que a maior parte dos cuidados psicológicos, sociais e de ajuda financeira são providos pela família a seus membros, e não por instituições externas. Mostra também dados de ampla pesquisa econômica efetuada por Scott Burns que corroboram a importância da família nesse campo. O que importa considerar é que os papéis vitais de cada membro da família só adquirem significado dentro da própria família e sua cultura. Assim sendo, o que os mantém como unidade dinâmica é o princípio da participação e cooperação. Desta forma, mesmo com mudança de objetivos e composição familiar, há evidências de que suas funções básicas continuam voltadas para as necessidades individuais dos elementos que a compõem e do grupo como uma instituição única. Assim sendo, importa que a família encontre condições de enfrentar as variações e mudanças que a possam atingir, pois sua "sobrevivência se apóia em sua capacidade de adaptar-se com flexibilidade a um meio em mudança" (Ackerman, 1969, p. 74).

A respeito, ainda, da composição familiar, cumpre lembrar que as mudanças que aí ocorrem são, geralmente, determinadas por contingências sociais. Nossos comportamentos, como bem mostra Cogswell (1975) são, em parte, orientados por mitos que guiam, julgam e os racionalizam. Deles necessitamos, mas a vida cotidiana não atinge completamente o ideal que formamos. Quando um mito perde sua força, novas imagens começam a surgir. É

o caso da "família ideal" e o aparecimento das chamadas "formas dissidentes".

"We should not expect to eliminate myths entirely; rather, prevalent myths should be abandoned and replaced with new ones at those point, in history when new circumstances and events render too great a breack between aproximation and attainment, when actual behavior deviates too far from prevalent myths, and when new views of reality seem more relevant" (Cogswell, 1975, p. 391).

O surgimento de formas experimentais de família, como comunas, casamentos grupais ou abertos e de pares homossexuais, vem sugerir conforme Cogswell, a qualidade mítica da família nuclear. Para muitos autores, esses tipos de família são os "dissidentes". Já para a referida pesquisadora, esse termo refere-se também a todas as composições além das que incluem apenas o pai mantenedor, a mulher que se ocupa da vida doméstica, e os filhos menores (mito ocidental da família ideal). Nessas condições, devem ser incluídos também aqueles casos em que existe apenas um dos genitores como responsável pela prole, geralmente, a mãe; em que uma ou as duas partes do casal é casada mais de uma vez, dando aos filhos padastro e/ou madrasta; jovens viúvos; casais de idade avançada e até famílias expandidas (muito comuns ainda em nosso meio). Cada um desses agrupamentos carece de análise cuidadosa, para obtenção de ajuda, uma vez que as alterações estruturais são acompanhadas de necessidades, funções e transações próprias, inclusive com conotações axiológicas particulares.

Os membros desses grupos, conforme Freed (1982), estão

constantemente em confronto com descontinuidades e carências acrescidas às tarefas e expectativas comuns da família básica (nuclear) e que são ditadas pelas culturas. Desta forma, são seus membros os que, relativamente, sofrem mais pelas consequências das mudanças político-sociais e econômicas e que, portanto, precisam de maior ajuda social.

Também as conquistas do campo médico-científico estão contribuindo para as alterações da composição familiar básica: pela diminuição e prevenção de doenças graves ou fatais e aumento das expectativas de vida; pelo controle da natalidade, eliminando alguns problemas e suscitando outros. Seu uso nas camadas mais altas da sociedade, e ausência quase total nas de menor esclarecimento e poder aquisitivo, podem ter graves consequências especialmente nos países pobres ou em desenvolvimento. Nos países mais adiantados, tais preocupações levam a antecipar problemas e são inúmeros os trabalhos alertando e propondo soluções. Freed (1982), por exemplo, cita dados emitidos por trabalho conjunto do Centro de Estudos Urbanos do M.I.T. e da Universidade de Harvard prevendo que, por volta de 1990

"only slightly more than 25 percent of all households in the United States will consist of married couples with children and an equal number will include unattached adults (...) There will be more delayed marriages and smaller families, and only 3 to 4 million of the 20 million new households created between 1975 and 1990 will have married couples" (Op. cit., p. 472)

Considerando-se a incidência cada vez maior dos divórcios e que dentre os divorciados a maior parte torna a casar-se

uma ou mais vezes, surgem problemas relacionais novos. São especialmente as situações de "parentesco transicional", entre um casamento e outro, e que afetam tanto o par, quanto cada elemento separadamente, com sua própria linha generacional ou as crianças que às vezes, têm alguma consaguinidade, outras não. Será pequeno o número de casais em que apenas uma das partes contribui para o orçamento doméstico. Grande porcentagem das pessoas preferirá manter-se independente. Aquele estudo alerta para a necessidade de uma preparação para tais contingências, incluindo a educação para as tarefas dos serviços de atendimento familiar, e preparo dos especialistas. Estes devem reconhecer as condições sócio-econômicas e políticas que possam afetar a família, a fim de poder ajudar a solucionar seus problemas.

O atendimento a tal diversidade de condições familiares deve, acompanhando o ritmo das mudanças, procurar soluções em terapias, pesquisas e programas sociais que integrem conhecimentos e teorias diversas. Entretanto, como bem o mostra Freed (1982), não basta uma abordagem eclética para os casos, e sim flexibilidade para selecionar e classificar os vários tipos de indivíduos e de famílias a que devem servir, determinando teorias, hipóteses e testando modelos:

"It appears, at this moment, that an integrated theory containing elements of learning, systems, communication and development psychodynamic theories primarily might evolve from that effort"
(Op. cit., p.480).

Também Rogers (1974) prevê para o futuro novas tendências no casamento, que incluirão vasta gama de acordos, desde

contratos de uniões temporárias até outras que, em se revelando estáveis, incluam a prociração. O "casamento ideal" poderá ser buscado com auxílio dos computadores e as concepções só serão e fetuadas quando realmente desejadas. Otimista, diz ele

"Estã se tornando cada vez mais claro que a relação entre homem e mulher sã terã permanência na medida em que satisfizer as necessidades emocionais, psicológicas, intelectuais e físicas do parceiro. Portanto, o casamento do futuro serã atẽ melhor que o do presente, pois seus ideais e suas metas serã de ordem mais elevada. Os consortes exigirã mais de sua união do quẽ hoje (...) em que cada qual se empenha em promover o desenvolvimento do outro, e em que existe um entranhado apego mütuo, base sãlida para a geração e educação de filhos num ambiente de amor" (Op. cit., p. 16).

Sejam, porém, quais forem os rumos e aspectos que assumam a família no futuro, o certo ẽ que seu comportamento ainda se apõia nas diferenças individuais e por papẽis dos seus componentes nelas intimamente relacionados. Diante da dialética da família, quer aceitemos a posição de Malinowski que insiste na impossibilidade de imaginar qualquer forma de organização social carente de estrutura familiar, ou a de autores a ela contrários, continua inegãvel o fato de que a "família contém em si a esfera da cultura e a da natureza" (Canevacci, 1982, p. 29) e que, por ora, ainda nã foi encontrado melhor repositório que possa, simultaneamente, a ambas conter.

I.3 - EVOLUÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA NO BRASIL

"E vós que desejais compreender a justiça, como a compreendereis sem examinar todas as ações na plenitude da luz? Somente então sabereis que o erecto e o caído são um mesmo homem, vagueando no crepúsculo entre a noite de seu Eu-pigmeu e o de seu Eu-divino. É que a pedra angular do templo não supera a pedra mais baixa de suas fundações" (Gibran Khalil, 1965, p. 67).

O ser humano, vivendo em sociedade, necessita atender a condições que evitem ou dirimam os conflitos gerados pelos interesses das partes. O Direito tem como uma de suas mais relevantes funções a de caracterizar o ato jurídico perfeito, para as situações conflitantes que, no dia-a-dia das relações humanas, possam surgir. O Direito de Família é o conjunto das regras aplicáveis aos comumente intrincados problemas surgidos entre pessoas, ligadas pelos laços de parentesco ou casamento.

A evolução jurídica da família, nos povos que deram origem a nossa cultura, só tomou forma consistente a partir do Direito Romano. Seu corpo estrutural, entretanto, era baseado na autoridade soberana de um chefe, o "Pater Familiae". Tal chefe-de-família dispunha de poder incontestável, exercendo-o sobre a mulher, os filhos, servos e escravos como senhor, sacerdote e magistrado. Deles é até de suas próprias vidas podia dispor livremente, assim como de seus bens, por serem todos considerados "incapazes". Os vínculos conjugais perdurariam enquanto lhe conviesse unilateralmente mantê-los e, no caso da morte do "pater-familiae", a viúva ver-se-ia forçada a casar com um irmão do morto, já que não dispunha de autonomia para administrar a herança.

O Direito de Família Brasileiro foi em seus primeiros passos, baseado diretamente no Português, constituído pelas chamadas "Ordenações de Reino" (Afoncina, Manuelina e Filipina). Estas, por sua vez, tiveram origem em fontes remotas estrangeiras, notadamente as do Direito Romano (Corpus Juris Civilis), Germânico (Lex Wisigothorum) e Canônico (das Decretais); e em fontes mediatas nacionais (Leis Forais e Leis Gerais). Das Leis Gerais sô foram usadas no Brasil aquelas referentes às sucessões.

O Direito Positivo Brasileiro, na condição de caudatário do Direito Continental Europeu, tem como fontes principais: a lei escrita, onde o legislador busca prever nos respectivos artigos, parágrafos e alíneas todas as possibilidades a serem aplicadas na prática; as sentenças dos tribunais; e, finalmente o Direito Comparado mediante o qual a experiência estrangeira é consultada na busca de solução, para casos não previstos nas normas vigentes.

Até 1890, não havia no Brasil nem casamento, nem registro civís, sô religioso. Ocorreu, então, a separação entre o Estado e a Igreja, com grandes mudanças. Foi organizada a Justiça Federal; foram criados novos Códigos e Processos Penais; estabelecidos os Registros de Imóveis e Civil, assim como o casamento civil. O nosso primeiro Código Civil, entretanto, passou a vigorar apenas em 1917. Foi elaborado pelo eminente jurista Clovis Bevilacqua, por encomenda do então Ministro da Justiça Epitácio Pessoa, com setenta por cento de sua composição inspirada no Código Civil Alemão (B.G.B. - Livro de Leis dos Bur

gueses); vinte por cento no Código Napoleônico, e dez por cento nas Ordenações Filipinas (Direito Português).

A riqueza de nosso Código Civil levou-o a servir de modelo para vários outros na América Latina, apesar de suas falhas no campo da Família. Especialmente no que diz respeito ao Direito da Mulher ficou preso a normas retrógradas do Direito Português colonial, quando, em muitos países europeus, a revolução industrial já havia rompido com o quadro milenar da família ditado pelo Direito Canônico. Surpreende pois, a muitos - e com toda razão - que o gênio brilhante de Bevilacqua, tão evoluído na parte contratual, mercantil e da propriedade (Direito das Coisas) fosse tão atrasado e lacunoso quanto à parte da Família. Mais marcante ainda ficou a diferença pelo fato de ter-se ele louvado no que de mais moderno havia na época, no tocante a contratos, negócios em geral e propriedades. Essa atualização sobre tais temas é explicável através da experiência adquirida no trato com firmas exportadoras e importadoras, que mantinham filiais no Nordeste.

Ocorre, porém, que como é por todos sabido, as relações de família repercutem nos processos políticos, econômicos e sociais em geral, mas os códigos nem sempre acompanham o ritmo de tais mudanças. O Código Civil Brasileiro, por exemplo, continua o mesmo de 1917, com artigos completamente defasados e necessitando de emendas que disciplinassem o mais possível situações e fatos novos que, sem cessar, surgem na estrutura social. Como pode depreender-se, embora tais necessidades devam ser compreendidas por setores importantes da sociedade e por seus di-

rigentes, as alterações e emendas legais são muito lenta e cautelosamente aparecem, para regulamentar situações de fato. A demora em concretizarem-se essas regulamentações geralmente decorre da resistência natural que os grupos e classes sociais oferecem a todas as idéias novas, mormente às que violentem seus interesses, ou situações consagradas pelas tradições. E a solução para os problemas só é alcançada quando surge uma maior tomada de consciência, muitas vezes após ocorrências trágicas que mobilizem a opinião pública.

Ainda em consequência de resquícios do que se passava sob a égide das "Ordenações Filipinas", até relativamente pouco tempo, em alguns lugares do Brasil interiorano, prevaleciam, ainda, condições em que o chefe de família tinha poder de vida e morte sobre seus familiares, em especial sobre a mulher e os filhos. Como havia omissões nos Códigos Civil e Penal, os crimes eram perpretados sob várias alegações e seus autores escapavam impunes e continuavam a frequentar a sociedade local, em pleno gozo de seus mesquinhos direitos.

Devido a sucessivas e lentas emendas ao Código Civil, cada uma constituindo-se em autêntica vitória, a mulher casada brasileira já não se encontra em condições legais de dependência e incapacidade relativas, como no passado. Entretanto, resta muito ainda a fazer para diminuir injustiças no campo dos direitos femininos e para dar maior autonomia à mulher. Por isso mesmo, existe em tramitação no Senado Federal, um ante-projeto de novo Código Civil, que pretende beneficiar mais a mulher, mas que na opinião de eminentes advogados de Família, já nascerá de

satualizado, principalmente na parte de suas respectivas especialidades. Atualmente, conforme afirmam os estudiosos, existe no mundo nítida tendência a consagrar-se um código autônomo para a parte de Família, em vez de continuar misturando relações familiares, coisas, posse de terra e contratos.

Tal tendência não poderia ser mais justificável e oportuna, pois para fazer face às graves crises que abalam as estruturas sociais do mundo de hoje, códigos de família lúcidos e adequados fazem-se não apenas necessários, mas até urgentes.

1.3.1 - Mães e Filhos na Legislação Brasileira

"Être juste me dit mon père, il faut choisir. Juste pour l'archange ou juste pour l'homme? Juste pour la plaie ou pour la chair saine?" - Saint-Exuperry (Cita delle).

A terceira tiragem do "Código Civil dos Estados Unidos do Brasil" é comentada por Clovis Bevilacqua, e por isso mesmo, chamada de Edição Histórica. Ao discorrer sobre o Art. 6º quanto à incapacidade relativa das mulheres casadas, justifica sua posição afirmando (fls. 187) que

"o Projeto primitivo não consagrava a incapacidade da mulher casada; mas a Comissão revisora, nomeada pelo governo, recusou a inovação, aliás, sem a discutir (Actas, p. 37).

Ao mesmo tempo em que os membros da citada Comissão a fastavam de si a responsabilidade em causa, mais adiante consi-

deravam tal incapacidade "meramente formal" pois argumentavam, se ao marido, como chefe da família, competia a sua representação legal, a administração tanto dos bens comuns quanto dos próprios da mulher, a fixação do domicílio conjugal, autorização à mulher para o exercício de alguma profissão, esta, "no gozo de direitos extensos, no círculo das relações domésticas", poderia ter meios de controlar e fiscalizar a ação do marido. Ponderavam então que a Justiça, ao submeter a mulher à autoridade marital, fazia-o em nome da harmonização da vida conjugal. Não por fundamentar-se no "valor psíquico do sexo feminino", em sua "inferioridade mental" mas pela

"diversidade das funções que os consortes são chamados a exercer (...) Em tudo aquilo que exigir mais larga e mais intensa manifestação de energia intelectual, moral e physica, o homem será mais apto do que a mulher; mas, em tudo aquillo em que se exigir dedicação, persistência, desenvolvimento emocional dedicado o homem não se pode equiparar à sua companheira" (Ibidem).

Realmente, para efeitos legais, em que pese a ressalva, a mulher era considerada como incapaz de tanta energia intelectual e moral quanto seu consorte, e em sua incapacidade situava-se em mesmo nível que os pródigos, os selvícolas, e os maiores de dezesseis anos mas menores de vinte e um.

As modificações da lei que foram gradativamente considerando e regulamentando direitos da mulher casada obedeceram a sequência a seguir: na redação da lei 4.121 de 27/8/62, deixou de existir a "incapacidade relativa". Na que a substituiu, de número 6.515 de 26/12/77 a mulher além de "companheira" e "con-

sorte" adquire o status de "colaboradora", em vez de "auxiliar" do marido.

Finalmente, a aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei 634-B, de 1975, depois de nove anos de estudos e mais de mil emendas e de outras alterações legais, tenta diminuir o excesso de poder do homem sobre a mulher, e firmar jurisprudência sobre fatos já em desuso. Tal é o caso da perda da virgindade, não mais considerada como fator de anulação do casamento posterior. Também a direção da sociedade conjugal passa a ser exercida igualmente pelo casal, com responsabilidades e encargos mútuos relativos aos próprios cônjuges e aos filhos. O domicílio conjugal será escolhido por ambos os cônjuges sendo que, tanto um quanto outro, dele poderão ausentar-se a serviço de sua profissão ou de interesses particulares relevantes.

Quanto ao "Pátrio Poder", também, a evolução foi gradativa. Na redação de 1916, cabia ao marido, como chefe da família e na sua falta ou impedimento, à mulher. Ao contrair novas núpcias, porém, ela perderia esse direito. Na redação de 1962 já passou a pertencer aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Entretanto, em caso de divergência prevaleceria a decisão paterna, podendo a mãe recorrer ao juiz. Já os direitos relativos aos filhos de casamento anterior, a mãe não mais os perderá. Atualmente, divergindo os genitores, qual deles terá o direito de recorrer ao juiz para solucionar o conflito de interesses, desde que "as questões sejam essenciais e não se trate de matéria personalíssima".

Mesmo a Lei do Divórcio (1977), que já representa um

avanco na legislaçãõ de família nacional é ainda nitidamente im perfeita. Enseja, por exemplo, que uma pessoa solteira ao casar com quem seja divorciada perca a oportunidade, na hipótese de separaçãõ, de um segundo casamento, o que se constitui em fla grante desigualdade de direitos. A mesma Lei erra, também, ao reiterar um direito absoluto dos pais sobre o destino dos fi lhos, cujas preferências e interesses não são levados em conta quando da separaçãõ do casal.

Na prática, que consequências advirão para a mulher e seus filhos, das alterações legais previstas? Em caso de separaçãõ judicial (antigo desquite litigioso) serão de fato, considerados seus direitos, o do mais forte, ou os daquele mais prestigiado por preconceitos sociais? E no que diz respeito aos filhos, será levado em conta aquilo que lhes for mais convenien te? (*) Sabe-se que infelizmente, no Brasil as Varas de Família nem sempre estão aparelhadas com equipes que analisem sob tal enfoque o caso a ser decidido, causando ainda maiores danos que poderiam, de outra forma, ser evitados ou minorados.

Ainda outros ramos do Direito necessitam de renovaçãõ já que são nitidamente discriminativos em relaçaõ à mulher. Entre eles a Consolidaçãõ das Leis do Trabalho. O Artigo 446 faculta ao homem pedir rescisãõ contratual do trabalho de sua mulher que, por sua vez não pode fazer o mesmo. Ainda nesse campo sabido é que certos artigos limitam a participaçaõ feminina diminuindo suas possibilidades de emprego. O Código Penal Brasileiro atualmente em revisãõ, busca evoluir num aspecto delica do; trata-se da controvertida questãõ do aborto. Considera-o

(*) V. Anexo 2 (pág. 139).

crime, exceto em duas hipóteses (Art. 124 e 128 do Código Penal):

- aborto necessário - para salvar a vida da mãe;
- aborto sentimental - quando a gravidez resultar de estupro.

Em que pese, porém, às veementes objeções de caráter ético-moral, levantadas principalmente por grupos religiosos contra todos os casos, o ante-projeto do novo Código Penal inclui, ainda, terceira modalidade, cuja legalização seus autores julgam necessária também:

- aborto piedoso ou caridoso - quando houver probabilidade de grave e irreversível anomalia física ou mental do feto.

Além disso, o adultério que é ainda crime igualmente para os dois cônjuges, deixará de sê-lo, pois na realidade, tem sido mais rigorosamente julgado quando praticado pela mulher. De fato, outros crimes são cometidos contra a parte feminina sem a devida responsabilização. Tal é o caso dos crimes ditos em "defesa da honra" ou de violência e abuso sexuais. Em alguns países com legislação mais adiantada, o estuprador reincidente, por exemplo, chega a ser condenado à esterilização química ou cirúrgica. Mas, mesmo nesses países, é muito comum a vítima da violência sexual sofrer toda sorte de humilhações, chegando mesmo a ser acusada de incitar, com deliberada malícia, a sexualidade do réu. No Brasil, em caso mais ou menos recente, brilhante ad

vogado conseguiu, em memorável julgamento, a absolvição de sua cliente, que matara seu agressor, sob a alegação de que o fizera na "defesa da liberdade de escolha do parceiro sexual". O ilustre causídico, inteligentemente evitou a arriscada tese da "defesa da honra".

Outro setor em que urge sejam adotadas disposições legais no que diz respeito à mulher é o caso das fertilizações artificiais. Com o avanço científico, também no Brasil, pessoas que no passado, não poderiam ter filhos, hoje já têm opções a fazer. Óvulos podem ser retirados, fecundados "in vitro" e implantados na própria mulher; se o marido for estéril pode ser usado semen de um doador; há oferta de "mães de aluguel" para aquelas que tendo óvulos não possuem útero etc. Alguns países já estão fixando normas ético-jurídicas para resolver os problemas que daí resultarão (*). Na França, por exemplo, está em julgamento o direito requerido por uma viúva de ser fecundada pelo semen do marido morto.

(*) A Inglaterra foi a pioneira e diversos Estados Americanos já contam com alguma forma de regulamentação.

CAPÍTULO II

ASPECTOS DA DINÂMICA PARENTAL

"(...) os filhos não nascem nesse estado de igualdade, muito embora para ele nasçam. Os pais têm sobre eles uma espécie de regra e jurisdição quando vêm ao mundo (...) mas tal poder é apenas temporário. Os laços dessa sujeição são semelhantes aos cueiros em que se envolvem e que os sustentam durante a fraqueza da infância; a idade e a razão, a proporção que crescem, os afrouxam, até que afinal deles se libertam, ficando o homem à sua própria disposição. (Locke, p.55).*

A parentalização, dizem Rapaport e Rapaport (1981) começa antes do nascimento; na fase em que as pessoas estão preocupadas em serem produtivas. Para isso existem diversos canais por onde podem escoar sua criatividade. Dentre eles, os maiores referem-se ao campo ocupacional do trabalho e ao da parentalização. Também Bardwick (1981, p. 94), discorrendo a respeito, afirma:

"Poucas atividades oferecem tanto potencial de crescimento psíquico quanto a paternidade. Como pai ou como mãe, tudo o que se faz é importante, e é importante pelo seu selo pessoal (...) Para muita gente, ser pai é a maneira mais fácil de satisfazer os impulsos criativos e de transcendência".

Realmente, nada na vida humana pode ser mais importante que a geração e criação de um novo ser. Construído a partir de elementos que sintetizam a ontogenia ancestral, nas características transmitidas pelos pais, é essencialmente nutrido por amor, como tem demonstrado a moderna Psicologia. Isto é especialmente verdadeiro para a mãe mesmo quando, contra a própria

(*) Segundo Tratado sobre o Governo. In: Os Pensadores. São Paulo, Abr. Cult. 1973. Vol. 18.

vontade, em seu corpo gera outro indivíduo, totalmente único. Maior riqueza ocorre ainda quando a mulher se vê positivamente envolvida nessa tarefa evolutiva e pode contar com o apoio do companheiro, da família e da sociedade. Esse ato criativo, porém, que implica no desenvolvimento individual orgânico, psicológico e social, só se potencializa pelo exercício de funções parentais próprias, pelos seus comportamentos implícitos ou explícitos, e pela qualidade desses desempenhos, isto é, pelo clima afetivo e pelos deveres efetivamente assumidos pelos pais. Nessas condições, as variáveis que afetam a dinâmica parental poderão interromper, entravar ou - o que seria sempre desejável - fazer desabrochar plenamente as potencialidades do ser em formação. Nessa tarefa, os pais estarão não apenas transmitindo a vida, mas construindo nova geração, plasmando valores, assumindo a responsabilidade da contribuição quanto à qualidade da cultura do amanhã.

II.1 - FUNÇÕES PARENTAIS

"A stem is that which bears leaves, and a leaf is that which has a stem in its angle; and that which is in the angle of the leaf is a baby stem and so on"
(Bateson. Apud, Hoffman).

Filogeneticamente, o mais evoluído dos animais, ao nascer no entanto, é o mais frágil, o que mais carece de proteção. E os pais, ao exercerem as funções que lhes competem, têm a oportunidade de continuar seu próprio desenvolvimento, fortalecendo o caráter no treinamento da paciência, da ternura, prospec-

ção, força de vontade e sabedoria.

As funções parentais incluem, basicamente, todos os fatores relacionados com a proteção da vida e com a educação para a mesma. No primeiro desses dois vetores, pode-se dizer que é visada a maturidade biológica (o pleno desenvolvimento das potencialidades físicas) enquanto no outro o objetivo é a maturidade psico-emocional e social do ser humano (a plenitude psicológica e a capacidade de assumir seu lugar na sociedade dos adultos).

"O período durante o qual o organismo humano se desenvolve até completar-se na correlação com o ambiente é também o período durante o qual o eu humano se forma. Por conseguinte, a formação do eu deve também ser compreendida em relação com o contínuo desenvolvimento orgânico e com o processo social, no qual o ambiente natural e o ambiente humano são mediatizados pelos outros significativos" (Berger & Luckman, 1976, p. 73).

Em outros termos, os pais são mediadores entre as necessidades orgânicas, psicológicas e sociais do filho e o meio ambiente, nele compreendidos elementos físicos e humanos. Exercem funções protetoras e construtoras, organizando o meio em que devem viver e canalizando a ação da criança. Ao exercerem funções protetoras, os pais eliminam fatores agressivos ou perigosos do meio, que a criança aprende a distinguir e a deles defender-se. No exercício das funções construtoras, os filhos recebem aquilo de que seus corpos e seu psiquismo necessitam, isto é, alimento, cuidados e afeto. São funções que se realimentam através de informações recíprocas. Desta forma,

"Adapter l'enfant au milieu present et futur, adapter

le milieu présent et future à l'enfant, rechercher un équilibre entre ces deux mouvements, c'est la fonction médiatrice ou parentale, ou éducatrice, et elle concerne non seulement les parents, mais toute la société, tout individu responsable qui en fait partie; chacun devient le "parent" de l'espèce humaine" (Bergier, 1971, pe 3-4).

A meta visada nesse duplo processo é a autonomia do indivíduo, que só se torna possível pela dedicação parental e seu reconhecimento do direito que seus filhos, como todos os seres, têm à liberdade.

Na persecução desse ideal, os pais são os modelos e egos auxiliares, que se desempenham apoiados no princípio da autoridade e na qualidade afetiva com que o mesmo princípio é investido.

Como mostrara Cogswell (1975), a vida familiar é envolvida por imagens míticas: idealizadas, nunca chegando a ser plenamente atingidas e que sendo parcialmente verdadeiras, tampouco chegam a expressar completamente a realidade. Entre elas subsiste ainda hoje o mito da mãe - fonte de amor e pai - disciplinador. São apresentações parciais da distribuição de funções dos pais que, devendo ser igualmente repartidas, não o são, e mostram o pai sem afeto e a mãe sem autoridade. Na opinião de Bergier (1971, pe 3-4)

"Le décalage entre le mythe du pere-autorité mère-tendresse et la réalité s'accuse de plus en plus aujourd'hui. Ceci vient en particulier du fait que ce mythe ne fait qu'un avec tout le contexte de la domination de l'homme sur la femme, du père sur les enfants, des riches sur les pauvres, des forts sur les faibles".

Assim sendo, devem ser repensadas e distribuídas as funções parentais, de forma que, ao canalizarem a ação da criança, possam fazê-lo em condições de equilíbrio nas dosagens de afeto/autoridade. Só assim poderão favorecer o desenvolvimento completo da criança, psíco-físico-emocional, protegendo-a, porém, facilitando sua autonomia e capacidade de dedicação e amor.

II.2 - ATITUDES PARENTAIS

"(...) Cuando de cualquier cosa se ha hecho bien el principio, es natural que también en el término resulte bien, pues también por lo que se refiere a la tierra, deben esperarse los frutos de acuerdo a las semillas que se han sembrado, y cuando en el cuerpo joven se ha sembrado una educación vigorosa, esta vive y florece durante toda la vida y no alcanza a destruirla ni la lluvia ni la sequedad" (Platon. República, Frag. 60).

O conceito de atitude, de importância para a psicologia social e da personalidade, teve origem em três fontes principais: na psicologia experimental, empregando precursores conceituais, como predisposição muscular, atitudes mentais e motoras, tendências determinantes etc; na psicanálise, pela enunciação das bases dinâmicas e inconscientes dos comportamentos afetivos; na sociologia, que considera os fatores sócio-culturais como seus deflagradores (Rokeach, Milton, 1981).

Atitude é uma palavra com mais de um significado. Ora indica predisposição motriz e mental para a ação, uma forma de resposta antecipatória, ora serve para assinalar tendências reativas, que influenciam as interpretações das situações, promo—

vendo as respostas. Alguns autores usam o termo para referirem-se à totalidade das idéias, opiniões e disposições mentais das pessoas a fim de distinguí-las de suas pautas e hábitos de conduta manifestos (Young & Flügge, 1967).

A variedade de sentido dada a tal conceito leva a ambiguidades, que não permitem generalizações quer seja usado como unidade de análise ou de organização da personalidade. Segundo Rockeach (1981) esta é a opinião de uma minoria de autores, mas que, levando em consideração tais críticas, sugere modos de minimizar a problemática: que o conceito seja submetido a análises críticas contínuas, a fim de propiciar-lhe um significado conceitual e operacional mais preciso.

Resumindo, conclui que

"Atitude é uma organização de crenças, relativamente, duradoura, em torno de um objeto ou situação que predispõe para que se responda de alguma forma preferencial" (Rockeach, 1981, p. 466).

Entretanto, discorda da posição de Allport (1969), que atribui uma base hereditária às atitudes que "são aprendidas através dos princípios que regem a teoria da aprendizagem". Portanto, não as considera elementos básicos únicos, mas "agrupamentos ou síndromes de dois ou mais elementos interrelacionados". São organizados a partir de crenças subjacentes, que podem ser conscientes ou inconscientes. Cumpre, porém, notar que, embora as crenças estejam na base das atitudes, aquelas são "neutras", enquanto as últimas são apreciativas, pró ou contra alguma coisa ou alguém. São, assim, comportamentos afetivos que revelam o modo

com que o processo de socialização atua sobre as respostas aos estímulos humanos e da cultura. Essencialmente, são respostas a valiativas a conceitos também avaliativos (Shaw et alii, 1967).

A expressão das atitudes tem aspectos básicos comuns de conduta: são sempre reações determinadas pelo ponto de vista do emissor; o significado da atitude depende mais do enfoque que o indivíduo assume do que propriamente dos objetivos ou fatores reais da resposta comportamental afetiva; são aprendidas; se desenvolvem e derivam das atitudes alheias, que podem também alterá-las, favorável ou desfavoravelmente. Kanner (1967) diz que as atitudes são determinantes essenciais do desenvolvimento da personalidade e da conduta e que "atuam sobre o bebê desde que nasce, podendo traçar-lhe um molde de forças muito antes de ser concebido" (Op. cit., p. 36).

As atitudes que têm maior poder de influenciar a personalidade infantil são as que, geralmente, provêm de pessoas para ela significativas, como os pais, ou seus substitutos, os professores; médicos e associados grupais. O modo com que um adulto trata uma criança, continua Kanner, é a "conseqüência convergente de sentimentos, identificações, tropismos e normas de conduta desenvolvidas desde a infância" (Op. cit., p. 36), isto é, têm base nas vivências de cada um e em sua cultura.

A experiência individual e o ambiente de atitude só podem ser entendidos e existir em conjunto. Daí ser importante para o estudo do desenvolvimento da personalidade uma aproximação às atitudes parentais que, sendo ditadas pela história pessoal de cada um, só têm significado dentro do grupo cultural a

que pertencem.

Por serem aprendidas podem ser modificadas, através de novas aprendizagens. Nisso se baseiam tanto a Psicologia, quanto a Educação e as técnicas de Propaganda, a fim de influenciar e ajustar pessoas aos interesses de cada situação, quer sejam individuais, sociais, econômicos ou governamentais. Para isso, podem ser usados como agentes de mudança a família, a escola, a sociedade, a clínica ou os meios de comunicação.

As atitudes parentais transparecem especialmente nos métodos adotados quanto à criação dos filhos. Tais atitudes, as sim como a vida familiar em si, são fatores que atuam drasticamente sobre o desenvolvimento da personalidade. Bell (1958), re sumindo a complexidade dos estudos referentes a essa problemáti ca, afirma

"The home remains for all practical purposes a little black box" (Op. cit., p. 334),

pois na realidade são inúmeras as variedades de acontecimentos e qualidade das interrelações que, mais tarde, comporão a personalidade total do indivíduo. Tampouco se pode concluir qual a contribuição de cada elemento para o produto final.

A tese de que as atitudes dos pais quanto à criação dos filhos e sobre a vida familiar influenciam o desenvolvimento da personalidade infantil originou inúmeros estudos objetivos sobre as mesmas. Sendo, também, capazes de expressar traços individuais e motivações para comportamentos abertos, são

passíveis de observação e medida. Desta forma, pesquisadores , preocupados com as relações entre Atitudes e Socialização, Atitudes e Personalidade, etc criaram escalas e questionários para suas avaliações. Outros estabeleceram as bases de suas quantificações em entrevistas e relatos clínicos. Tradicional a esse respeito é a pesquisa de Sears Maccoby e Levin (1957) efetuada através de entrevistas e questionários. Nela foram levantados os modos e técnicas usados pelos pais para educar as crianças, os efeitos sobre elas das técnicas adotadas e as razões que os teriam levado a escolher um método em vez de outro. As questões eram relacionadas à masturbação, ao hábito de chupar dedo, desmame e treinamento dos esfíncteres anal e vesical.

Pesquisa paralela foi feita sobre a importância dos temas levantados, em épocas diversas. Nos textos de aconselhamento aos pais dados por especialistas na publicação "Infant Care", de 1914 a 1951 e foi notada significativa diferença de valoração de cada um dos problemas citados, no decorrer dos anos. O levantamento mostrou que os padrões de aconselhamento variam de acordo com os valores e práticas ditados pelas condições de vida, religião, origem étnica, status sócio-econômico, tamanho da família etc. Houve evidências de que os tipos de treinamento adotados exercem influências diversas sobre as crianças, assim como dependem da personalidade materna. Desta forma as práticas de criação dos filhos podem ser vistas tanto como causa quanto efeito, por serem responsáveis por características da personalidade infantil e simultaneamente produto de fatores culturais que atuam sobre a mãe.

Ainda Sears, Rau e Allport (1965) de modo mais com—

pleto voltaram a estudar as relações pais-filhos no desenvolvimento da personalidade da criança, com resultados semelhantes.

Entre muitos estudos mais recentes, que investigaram tais aspectos da criação infantil, é interessante citar o de Bell e Miller (1982, p. 13) também sob a forma de questionário. Nesse caso porém, os respondentes foram adolescentes, presumivelmente futuros pais, utilizando instrumento psicológico inicialmente proposto por Cox para uma amostra da Etiópia. Os resultados apresentados e obtidos na Bavária, foram comparados com outros de autores diversos e que utilizaram o questionário em questão, em seis outros países. Concluem eles pela existência de considerável semelhança entre grupos étnicos, especialmente quanto aos comportamentos parentais de apoio e demonstração de afeto. Revelaram, porém, grande ambivalência, quanto à categorização de itens referentes ao treinamento dos hábitos de toilete e socialização. As questões foram propostas em termos de "como você vê tais práticas na vida diária de sua própria comunidade", sendo os estudantes avisados de que as mesmas perguntas tinham sido anteriormente feitas em outros países e culturas.

Os autores sugerem a possibilidade de que as maiores ambivalências ocorreram em itens que, nas sociedades ocidentais, se referem a práticas consideradas privadas.

Os resultados junto a meninas e meninos foram diferentes em alguns aspectos, levando à hipótese de que os adolescentes conforme o sexo, tenham conflitos íntimos relativos à adequada maneira de criar filhos. Também a respeito das possíveis fontes de aprendizagem das tarefas parentais, houve diferenças

entre os grupos, em especial quanto à contribuição de "amigos", "livros" e "experts". Estes últimos foram considerados mais importantes para meninos, enquanto as meninas avaliaram mais alto "livros e revistas". Entretanto, ambos os grupos concordaram quanto à maior contribuição ser dada pela "própria mãe" e pela "experiência".

Outros autores preferiram focalizar essas mesmas variáveis sob a forma de testes ou escalas de atitudes. Isso pressupõe a capacidade das mesmas para expressar, quantitativa e qualitativamente, as disposições subjetivas dos respondentes. Os itens do questionário pertencem a um continuum que varia do positivo, passando pelo ponto de neutralidade até chegar ao negativo. Reportam-se a comportamentos que correspondem a categorias hipotéticas de reações afetivas. De um lado, correspondem a reações afetivas de apreciação, de outro a evitação ou repulsa. O afastamento, a partir do ponto neutro, dá a força ou intensidade da valência afetiva.

Block (1955), revendo a literatura existente sobre atitudes parentais e fatores da personalidade infantil, obtem dados que confirmam a relação atitudes maternas/ajustamento infantil. Esse e outros dados reforçam a capacidade dos inventários para investigação na área das atitudes. Block apresentou também informações que caracterizam mães de crianças esquizofrênicas como autoritárias e intolerantes, outras em que atitudes restritivas dos pais foram positivamente associadas a opiniões políticas conservadoras nos filhos. Em sua própria pesquisa sobre orientação restritiva vs. permissiva para com as crianças, con

clui que para

- pais mais restritivos, os filhos são mais constrictores, submissos, sugestionáveis e pouco seguros;
- pais mais permissivos, os filhos são autoconfiantes, positivos, com bom funcionamento afetivo.

Os dados encontrados foram semelhantes aos de Frenkel-Brunswick (1950) com adolescentes. Os que para Block faziam parte do grupo "restritivo" aparentemente tinham estruturas semelhantes às do grupo "etnocêntrico" de F. Brunswick e descrevem o "pai perfeito" como disciplinador, severo, punitivo e provedor. O grupo de jovens sem preconceitos descreve o pai ideal como companheiro, despreocupado etc.

Aquela autora chama a atenção para o fato de que o adolescente etnocêntrico é o tipo de pessoa que, mais tarde, será também um pai restritivo que estará agindo sobre os resíduos das ansiedades de sua própria infância, e se vingando sobre a geração errada. Desta forma, estará perpetuando um tipo frustrado de personalidade.

Os testes e questionários de atitudes, conforme esses autores, são úteis para relacionarem determinados fatores em grupos específicos ou para levantarem diferenças de cultura ou no tempo. Entretanto, como as atitudes são passíveis de mudança, quer pela aprendizagem, quer por alteração dos valores a elas associados, seu uso deve restringir-se ao momento e situação, sem poder de generalização. No caso de associar-se atitu-

des parentais com aspectos da personalidade dos filhos, por exemplo, é possível que, em dado momento de uma cultura, se obtenha um referencial com um determinado significado e noutro momento, o sentido já não seja o mesmo. No entanto, isso não invalida seu emprego, e muito menos o fato de que as atitudes são poderosos elementos que afetam o desenvolvimento da personalidade e a socialização.

Entre outras pesquisas sobre atitudes, é interessante citar o questionário sobre atitudes parentais elaborado inicialmente por Schaefer e Bell (1958). É composto por vinte e três escalas relacionadas a situações da vida cotidiana e informações sobre modalidades de comportamento quanto à criação dos filhos (com formas maternas e paternas). A conceituação das variáveis que o integram foi apoiada no pressuposto teórico do estudo, isto é, as atitudes dos pais têm efeito relevante sobre o desenvolvimento da personalidade infantil. A seleção dessas variáveis surgiu do levantamento de trabalhos de psicoterapeutas de adultos, estudos clínicos de família e orientação infantil e estudos objetivos sobre atitudes e socialização dos filhos.

Apesar de ter sido inicialmente proposto há mais de vinte anos, o Parental Attitudinal Research Instrument (PARI), tem sido constantemente utilizado em pesquisas transculturais, em sua totalidade ou em apenas algumas de suas escalas. Através desses anos, sofreu reformulações e aprimoramentos que, entretanto, não o descaracterizaram (Zuckermann, 1958, 1961; Schluderman & Schluderman, 1970, 1974, 1977, 1979). É interessante notar que as escalas que o compõem dizem respeito às mesmas ocupações que, ainda hoje, são levantadas por autores mais mo-

ternos e de enfoques diversos.

As variáveis usadas relacionam-se com a liberdade de expressão que pode ser permitida às crianças; com as atividades sociais dos pais e seus modos de disciplinar os filhos; com as satisfações que possam tirar de seus papéis parentais; como percebem as conseqüências do disciplinamento adotado e o papel do pai de outro sexo; como entendem os questionamentos infantis e suas expectativas de retribuição filial. Com o tipo de controle utilizado - se autoritário ou democrático; sua percepção da distribuição do tempo infantil, sexualidade e direito à privacidade; participação nas atividades dos filhos; preocupação com a segurança dos bebês, desenvolvimento da independência, agressividade, comunicação, problemas de comunicação com os filhos e entre o casal; irritabilidade, ascendência de papéis e dependência.

Feitas análises fatoriais com os dados obtidos por vários autores que utilizaram o PARI, foram confirmados dois fatores principais. Seriam eles os responsáveis pela influência decisiva da atuação parental sobre a personalidade dos filhos, e foram identificados como associados ao tipo de controle exercido pelos pais sobre os filhos (autoritário x democrático) e a fatores que afetam o processo familiar (harmonia x desarmonia).

II.3 - FATORES DA DINÂMICA PARENTAL

"(...) le foyer n'est pas un havre d'accueil et de paix, c'est aussi l'écran ou s'impriment nos conflits"
(Ajuriaguerra, 1970, p. 817)

O exercício da autoridade, como é efetivamente realizado, e o afeto são as duas grandes forças propulsoras da motivação e da aprendizagem infantis. Sendo a dinâmica familiar sintetizada na dualidade "ensinar-aprender", nela se conjugam os dois fatores, cujos principais agentes são os pais, embora o sistema seja retroalimentador.

Consciente ou inconscientemente, ao serem mediadores do mundo externo com o mundo interno dos filhos, os pais a eles transmitem suas próprias forças motivadoras e personalógicas. As circunstâncias ambientais, em interação com os fatores de personalidade das pessoas envolvidas, compõem o clima em que a interação pais-filhos se processa, sob duas valências:

- o afeto, expressando-se em aceitação ou rejeição;
- o controle, sob aspectos de autoritarismo ou permissividade.

II.3.1 - Aceitação vs. rejeição

O desenvolvimento emocional de uma criança começa junto com sua própria vida, diz Winnicott (1962). Referia-se ele ao nascimento, quando começa também a vida social do bebê. A direção desse desenvolvimento é orientada positivamente quando

a criança se sente aceita e amparada em suas necessidades físicas e psicológicas de calor e afeto. A atitude afetiva da mãe é sentida pelo bebê como experiência vital, que lhe dá segurança ou não.

Levy (1937; 1943) chamou de "fome de afeto" a uma síndrome caracterizada por amargura, frustração e extrema necessidade de amor, na vida adulta. Pesquisando retroativamente a vida dessas pessoas, chegou a suas infâncias detetando sentimentos de insegurança e rejeição, pela falta de sentimentos positivos de seus pais. A rejeição sofrida na infância, e manifestada posteriormente como "fome de amor" foi encontrada tanto em mães rejeitadoras, quanto em mães superprotetoras. E essa síndrome correlaciona positivamente com comportamentos agressivos. Mulheres com esse tipo de disfunção costumam buscar, no filho ou no marido, compensação para os problemas sofridos na infância. Tal fato leva, muitas vezes a relações conjugais tumultuadas.

Os cuidados excessivos para com a criança podem assim, esconder sentimentos ambivalentes ou de rejeição para com a mesma. Outras vezes, porém, a superproteção é devida a amor verdadeiro, com comportamentos intensificados por fatores psíquicos ou sociais. Pode ocorrer em mulheres naturalmente maternas.

Em qualquer dos dois casos - rejeição ou superproteção - a personalidade infantil sofre efeitos negativos da conduta materna. As duas condições favorecem o aparecimento, de traços comuns de personalidade: egocentrismo e dependência; dificuldade para estabelecer contatos sociais, tendência a fugir da realidade através do sonho e da fantasia; sentimentos de infe-

rioridade e desvalia; falta de iniciativa, de capacidade, de auto-proteção e desinteresse pelo futuro.

Erikson (1971) propõe, como requisito fundamental para a vitalidade mental, o sentimento básico de confiança que o bebê deve desenvolver em sua primeira etapa pós-natal. Essa confiança é adquirida quando ele absorve a intenção e habilidade maternas para alimentá-lo amorosamente. Nessa fase, a boca é o centro de sua percepção da vida. Com ela, absorve além do leite todos os estímulos que o mantem vivo. E o principal deles é o amor, aprendido pelo calor do contato com o corpo e calor da mãe, pelo som de sua voz, a qualidade de sua atenção etc. Se, nessa primeira etapa, a mãe conseguir transmitir ao bebê sua preocupação materna primária, em um ambiente suficientemente bom, ele poderá encontrar uma motilidade e sensibilidade para desenvolver suas potencialidades. O malogro nos primeiros cuidados leva a uma ansiedade sentida pelo bebê como ameaça. Esse sentimento pode, mais tarde, transformar-se em desintegração; em sentimento de despersonalização; ou na impressão de que o "centro de gravidade de sua consciência é transferido do cerne para a superfície, do indivíduo para o cuidado, a técnica" (Winnicott, 1978, p. 207).

II.3.2 - Autoritarismo vs. permissividade

No desempenho das tarefas de proteção e educação infantil, os pais assumem atitudes características a papéis próprios a cada um deles, geralmente de acordo com o modelo culturalmente transmitido. Talcott Parsons (apud Rapoport et alii ,

1980) sugere uma abordagem sistêmica aos problemas internos, de pequenos grupos. A família contemporânea, nas sociedades industriais urbanas, funciona como um desses agrupamentos. Uma das características funcionais desses sistemas é a emergência de dois tipos fundamentais de liderança: uma instrumental, voltada para a adaptação externa; outra expressiva, que lida primariamente com a harmonização interna, eliminação de conflitos e coesão entre seus membros. De forma semelhante, ocorre na dinâmica familiar, onde um dos pais sustenta uma posição com base no poder, na autoridade permitida por sua competência e maior maturidade; enquanto, por outro lado, surge uma posição estruturada pela diferença das tarefas atribuídas a cada elemento do grupo.

Na família ocidental, tradicional, as tarefas são distribuídas de acordo com os papéis sexualmente orientados: os meninos são induzidos para assumir liderança instrumental, através da identificação com o pai e a menina para papéis de orientação expressiva. Dessa forma, haveria uma tendência a dividir, com as tarefas, a competitividade entre os dois sexos, levando a maior equilíbrio nas relações domésticas.

A atuação parental de proteção e educação, exige a imposição de limites aos impulsos e atividades infantis. Ao canalizar a ação de seus filhos, os pais assumem atitudes repressoras e constritivas - física ou verbalmente - a fim de impedir atos perigosos num caso e obrigar a criança a alguma ação, no outro. Também podem sugerir informações para fazer ou deixar de fazer algo ou facilitar a ação autônoma de seus filhos.

O tipo de controle habitualmente exercido pelos pais, em geral, volta-se para um de dois polos: autoritarismo ou permissividade, ambos com efeitos perniciosos sobre as crianças.

Diversos modelos tentam classificar as famílias de acordo com sua dinâmica interna. A tipologia de Kantor e Lehr (Apud Hoffman, 1981) classifica as famílias à semelhança das categorias políticas, conforme o tipo de adaptação às mudanças que adote. Assim, a que assume regime autoritário é de estrutura fechada, hierarquicamente organizada e funciona mediante regras; o indivíduo é subordinado ao grupo. Segundo Adorno, a personalidade autoritária, orientada para o poder é dependente de tudo que lhe parece forte; despreza a fraqueza mas é insegura e predisposta à rigidez preconceitual. A família anárquica, falha em impor limites, caracterizando-se pela permissividade, individualismo e poucas regras. A democrática tem estrutura aberta e procura o equilíbrio entre interesses comuns e individuais, e tem os impasses e conflitos resolvidos de forma conjunta. É a modalidade de regime que leva à independência e autonomia com responsabilidade e respeito pelos direitos alheios e obrigações sociais.

CAPÍTULO III

BASES DO DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE

"Meu jardim me coloca diante da mesma questão intrínseca que tentei responder durante toda a minha vida profissional: — Quais as condições favoráveis ao crescimento? (...) E quando através de cuidados pacientes, inteligentes e sensíveis ofereço as condições que resultam na produção de um botão raro e glorioso, sinto o mesmo tipo de satisfação que obtenho quando facilito o crescimento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas" (Rogers, 1977, p. 45).

O problema assim enunciado leva ao da conceituação de Personalidade. Trata-se de compreender como e quês fatores contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo, podem através dos comportamentos revelar sua essência e predizer seu "vir-a-ser".

Conhecer o homem é objetivo imanente à ciência psicológica e estudar como esse homem se torna uma individualidade implica não só no estudo dos fatos psicológicos, das leis que regulam os comportamentos, mas também, nos dados históricos que o tornam uma individualidade. Personalidade é o termo que designa essa individualidade psicológica.

Diante das inúmeras dificuldades e controvérsias sobre o problema, Filloux (1966) enumera significados atribuídos vulgarmente ao conceito, mas que, na realidade, não o identificam: "personalidade não é estímulo social, nem personagem, nem ficção diretriz, nem entidade metafísica", ela é

"a configuração única assumida no decurso da história de um indivíduo pelo conjunto de sistemas responsáveis por seu comportamento" (Op. cit., p. 13).

E suas características básicas a definem como tal: é uma organização, não apenas a soma de funções; é temporal e

"não sendo nem estímulo, nem resposta, ela se apresenta como uma variável intermediária, afirmando-se como um estilo através e por meio do comportamento" (Ibidem)

Assim posto, a individualidade de cada homem afirma-se na permanente interação com o meio, nele incluídos os outros, auto formando-se e atualizando através das condutas. Estas revelam as transformações que se operam na personalidade, sob a ação dos elementos, a ela intrínsecos ou extrínsecos. As tendências ou inclinações pessoais, inatas ou adquiridas são os intrínsecos, que provocam os comportamentos atualizadores da personalidade. O meio interatuante, social e cultural, que pode ser facilitador ou frustrador do desenvolvimento individual, os extrínsecos.

Na abordagem ao problema da personalidade, alguns teóricos vêm-na como um conjunto de "traços" que formam "tipos". Desde a antiguidade houve preocupação em correlacionar processos fisiológicos com fatos psicológicos. A psicologia experimental procurou, por diversos modos e autores, comprovar tais relações. E nesta busca continua presente o problema clássico do "inato" ou "adquirido" no comportamento humano. Para Eysenck (1976), a personalidade é composta por uma série de fatores ou dimensões, que são baseadas em substratos biológicos, o que permite compreender a influência do ambiente sobre o constitucional. Para Allport (1969), porém o temperamento, o físico e a inteligência, como partes da constituição são "o material bru

to a partir do qual se forma a personalidade" e discorda daquele autor quando afirma que

"para o cientista o indivíduo singular é apenas o ponto de intersecção de algumas variáveis quantitativas" (Apud, op. cit., p. 25).

Também não acredita na possibilidade de enquadramento do indivíduo em classificações mais gerais, por serem arbitrárias e muito simplificadas. Além do que tal afirmação significaria que o interesse do cientista estaria voltado apenas para dimensões comuns e isoladas, em vez de focar a "mútua interdependência de parte - sistemas no sistema total da personalidade". Acredita entretanto, na possibilidade futura de um modelo biológico para substituir o psicológico quando os fatos biológicos comprovarem devidamente a extensão de sua influência sobre a personalidade. Allport ressalta ainda a não existência de conceituações corretas ou não e sim úteis para determinado propósito. Sua posição, diz ele, é essencialista e assim a situa:

"A personalidade é a organização dinâmica, no indivíduo, dos sistemas psicofísicos que determinam seu comportamento e seu pensamento característico" (Op. cit., p. 50).

III.1 - ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO

"Tudo que cresce tem um plano básico de onde surgem as partes, cada uma com seu tempo de predomínio específico, até que todas tenham surgido para constituir uma unidade específica" (Apud Erickson, 1971).

A premissa que expressa o princípio epigenético derivado do crescimento dos organismos "in utero" foi adotado por Erikson (1971) como modelo das condições de desenvolvimento psicossocial dos seres. Em sua teoria, o caminho que leva à maturidade humana é descrito como uma sucessão de oito etapas inclusivas. Cada estadio teria características, sentimentos e um conflito próprio. Desta forma, a passagem de uma etapa para a seguinte depende do modo com que é solucionada "crise" que define tal momento, daí resultando, ou o progresso, a integração, ou a estagnação, a sujeição da personalidade.

Convém ressaltar que "crise", como definida por Erikson, diz respeito ao processo evolutivo, diferente portanto de conotações de intrusão ou perigo. Explica ele:

"Crisis se usa aquí en un sentido evolutivo para conotar no una amenaza o catástrofe sino un momento decisivo, un período crucial de vulnerabilidad incrementada y potencial y, por lo tanto, fonte ontogenética de fuerza y desajuste generacional" (Op. cit., p. 79).

Em consequência, a cada nova aquisição o organismo vê-se frente a maiores possibilidades de expressão que deve aprender a desenvolver. A crise mais radical é a da passagem da vida intra-uterina para a extrauterina. Mas existem outros períodos marcan—

tes do desenvolvimento, além das adaptações constantes e ininterruptas que a elas conduzem, gerando novas perspectivas pois

"capacidades diferentes utilizan oportunidades diferentes para llegar a ser componentes completamente desarrollados de esa configuración siempre nueva que es la personalidad" (Ibidem)

Em cada momento do desenvolvimento, as capacidades adquiridas vão permitindo a consolidação de um sentimento de identidade com elas relacionado. A mudança de uma etapa para a seguinte surge da natural tensão entre o que já existe, e com que nos habituamos, e a tendência à mudança. Assim sendo, a auto-imagem obtida em função da percepção interna e da pressão externa precisa ser constantemente corrigida, embora continue pertinente a um eu imutável.

"Se puede decir, por lo tanto que la personalidad se desarrolla de acuerdo con pasos predeterminados en la disposición del organismo humano a ser impulsado a, a ser conciente de y a interactuar con una gama cada vez más amplia de individuos e instituciones significativas" (Op. cit., p. 76).

Nesse movimento, cada passo contribui para a constituição de um estado de maturidade própria às diferentes etapas, emergente às crises evolutivas, com maior sentimento de unidade interior .

Ao término da primeira etapa - oral sensorial - por volta dos três meses de idade, o bebê adquire o que Erikson chamou de CONFIANÇA BÁSICA, de segurança em si e nos outros. O sentimento oposto, "desconfiança básica", causa um estado de retrai

mento e descrença que, no adulto, pode tornar-se recorrente diante de problemas e pessoas. A crise dessa etapa parece coincidir com os incômodos da dentição e impulsos incorporativos, à crescente consciência de si mesmo e gradual afastamento da mãe para outras ocupações. No desenrolar do processo evolutivo, cresce o sentimento de identidade, através das etapas muscular anal (primeira infância: dos quatro aos seis anos), com aumento de iniciativa, em conflito com sentimentos de culpa, vergonha e dúvida é a crise da AUTONOMIA; do período de latência (idade escolar: cinco-seis anos) em que o problema é de REALIZAÇÃO PESSOAL, contra sentimentos de inferioridade. Completa-se assim, o período infantil do desenvolvimento.

Na etapa seguinte, referente à puberdade e adolescência, tem lugar a crise da IDENTIDADE. Nessa ocasião, o jovem tem dúvidas sobre seu papel no mundo, sua identidade pessoal, social e sexual. Devido ao grande poder que tem sobre os fatores que levam à integração social foi chamada de etapa da identidade pessoal. O processo de seu estabelecimento, porém

"comienza en el primer encuentro verdadero entre la madre y el bebe como dos personas que se pueden tocar y reconocer mutuamente, y no termina hasta que desaparece el poder de afirmación mutua de un hombre" (Op. cit., p. 19).

Embora a busca da identidade seja o principal problema a ser resolvido na adolescência, sua consolidação vem-se concretizando através da elaboração e assimilação das mudanças que o indivíduo sofre durante o desenvolvimento. Se para Erikson seu início ocorre no primeiro contato íntimo com a mãe, outros auto

res pensam de forma diferente. Winnicott (1978) referindo-se ao nascimento diz — "é uma fase temporária de reação e, por conseguinte, de perda de identidade" — situando-o assim na vida fetal. Piaget (1971) considera que, ao fim do primeiro ano de vida, aparecem duas formas complementares e solidárias de identidade que subsistirão por toda a vida: a do objeto, com sua permanência e localização no contínuo espaço-temporal; e a do corpo com a noção do eu e a compreensão da existência do outro.

Nas incoerências, necessidades de auto-afirmação e protestos pode chegar a haver uma adaptação natural às novas condições. Outras vezes, só com ajuda externa o adolescente chega a encontrar-se e a assumir sua própria identidade.

É comum dizer-se: "a vida imita a arte", mas o geral é a arte, assim como a ciência, ser parcialmente um produto dos fatos e necessidades sociais. Assim, na literatura, podemos encontrar inúmeros relatos sobre o doloroso processo que envolve a busca de identidade. Em "Grande Sertão: Veredas", por exemplo, Guimarães Rosa (1967) retrata o conflito de Diadorin sobre sua identidade sexual. Analisando essa obra, Ciro Martins (1970) dissecou a patologia da personagem e situa a origem do problema na ausência de um modelo feminino para a necessária identificação sexual. A capacidade de identificação é um dos elementos mais importantes das relações humanas e, quando adequadamente estabelecida, favorece a maturidade integral, em que o indivíduo se aceita e à vida.

A partir da conquista da identidade, as outras etapas são relativas ao modo com que ela é utilizada na idade adulta.

Na primeira dessas fases, o adulto jovem e bem equilibrado deve conseguir expandir seus interesses pessoais e sua carga libidinal a fim de vencer a crise da INTIMIDADE. Nas condições positivas, ele consegue estabelecer laços de amizade verdadeiros assim como intimidade psicossocial e sexual, sem sentimentos de perda de identidade, pois, conforme Erikson

"El joven que no está seguro de su identidad se aleja de la intimidad interpersonal o se lanza hacia actos íntimos promiscuos que carecen de fusión verdadera o de un abandono real" (Op. cit., p. 111).

Na busca do objeto sexual, muitas vezes o jovem está à procura de si mesmo, até atingir a capacidade criadora da idade adulta, em que a GENERATIVIDADE é o sentimento específico. Esse impulso criativo e natural faz com que a pessoa madura consiga estabelecer relações de reciprocidade, seletividade no amor, interesse pela geração futura e com que se sinta realizada por assumir a responsabilidade de sua educação (Ibidem).

Finalmente, para atingir a plenitude da maturidade, deve ter havido a conquista de todas as qualidades de INTEGRIDADE do eu, o que implica em reconhecê-las em si e nos outros, em saber receber e renunciar, em compreender o significado do ciclo vital e em ter transmitido vida e valores culturais, pois

"la fuerza psicosocial depende de un proceso total que regula al mismo tiempo los ciclos de vida individuales, la secuencia de las generaciones y la estructura de la sociedad, puesto que los tres se han desarrollado juntos" (Op. cit., p. 115).

Resumindo, podemos entender o processo de identidade

como uma complexa estrutura, cuja consolidação depende do mundo interno do sujeito em integração com os fatores sócio-econômicos e culturais, que podem facilitar-lhe ou dificultar o desenvolvimento. Seu começo instala-se sobre componentes biológicos, sensações de prazer e dor, percepção do próprio corpo e distinção do eu/não-eu até chegar a uma composição mais ou menos integrada, frouxa ou até dissociada.

Cada entidade cultural tem suas características próprias, que aparecem no ego integrado de seus cidadãos:

"El tipo de integridad desarrollada por su cultura o su civilización constituye de este modo el patrimonio de su alma, el sello de su paternidad moral sobre sí mismo (...). Ante esta solución final, la muerte pierde su aguijón" (Erikson, 1959, p. 216).

E o indivíduo transcendendo tudo que deu sentido a sua biografia pessoal pode chegar, confiante e esperançoso a clamar

"Oh God! May I be alive when I die"
(Winnicott, 1978, p. 46).

III.2 - RELAÇÃO MÃE-FILHO

" De donde venía yo cuando tū me encontraste? - preguntó el niño a su madre.

(...) "Tū estabas en mi corazōn, como su ansia, amor mío. (...) Estabas con las muñecas de juguete de mi infancia (...) Estabas en el altar con el dios de nuestra casa; al adorarlo a él te adoraba a ti. Estabas en todas mis esperanzas y en todos mis cariños. Tū has vivido en mi vida y en la vida de mi madre. Tū fuiste viniendo, siglo tras siglo en el seno del espíritu inmortal que rige el hogar nuestro (...) Primer amor del cielo, hermano gemelo de la luz del alba; bajaste al mundo en el río de la vida y al fin te paraste en mi corazón..." (Tagore - El Principio. In: Obra Escogida, p. 90).

Em que momento da ontologia a "relação" mãe-filho passa a ser "comunicação" mãe-filho? É esta uma questão que estende o problema da relação entre o biológico e o psíquico, e que cada linha de pensamento enfoca sob prisma diverso. Considerando-se que, geralmente "comunicar" refere-se a comportamentos verbais ou não-verbais, que incluem símbolos ou indícios utilizados pelos indivíduos quando recebem ou transmitem informações, pode-se como tal conceituar a relação feto-mãe?

Diz Spitz (1973, p. 39).

"Resuelta evidente que la formación de las relaciones objetales entra en la categoría del establecimiento de un sistema de comunicaciones entre madre e hijo"

Entretanto, tais relações não são possíveis no nascimento, pois

"El concepto de relaciones objetales implica un sujeto y un objeto. El sujeto (...) sería el recién nacido y (...) el recién nacido viene al mundo en un estado de indiferenciación, incapaz de ninguna acción psíquica. Por tanto, no hay relaciones objetales ni objeto". (Ibidem, p. 12).

Com maior razão, então, tais considerações não poderiam ser feitas antes dos "preparativos maturescentes que ocorrem no feto para que ele possa emergir para a condição de bebê" (Khan, 1978, p. 46). Porém se levarmos em conta os estudos demonstrativos de ocorrência de sonhos de tipo REM (rapid eye movement) em parte da vida fetal, não seria isso indicativo de ações psíquicas, uma vez que tais sonhos

"no solo tienen características psicológicas específicas sino también concomitantes fisiológicas, electroencefalográficas y en la conducta motora (sonrisas, sollozos, erecciones, etcétera) y parecen ser tanto más relativamente frecuentes cuanto menor es el sujeto, alcanzando a un 50 por ciento del dormir total en el recién nacido y a un 80 por ciento en los prematuros"
- (Rascovsky, 1971, p. 19)?

Continuando em proporção quantitativamente inversa à maturação fetal, o sono chega a transcorrer cem por cento de seu tempo em sonho ativado ou REM, entre a vigésima quarta e a trigésima semanas de gestação. Como os movimentos oculares, nessas condições, estão relacionados com estados subjetivos de prazer, bem-estar, desagrado ou mal-estar o fato fundamental que aí se encontra é a existência de projeções alucinatórias, logo, de alguma forma de desenvolver psíquico. Não seria justo, então, pensar-se que esse tipo de sonho fosse ontogeneticamente o mais tardio dos estados do sono, por ser revelador de tais atividades? Como são elas elaboradas? No entanto, o REM é, dentre eles, o mais precoce, e filogeneticamente o mais arcaico. Por esse motivo, Roffwarg, Muzzio e Dement (apud Rascowsky, 1971) levantaram a hipótese de serem necessários para o desenvolvimento do S.N.C. e provirem de "fontes endopsíquicas", para tal in-

dispensáveis.

Ao expor sua concepção sobre a posição maníaca inerente à condição inicial do psiquismo, isto é, de "um psiquismo sem objetos externos reais", Rascowsky (1964, p. 48; 1971, p. 20) as sinala a existência de um padrão de condições primitivas que regem a vida fetal. Essas condições derivar-se-iam de

- "a) La función de adaptación a la realidad exterior que está a cargo del organismo materno y que el feto no es capaz de ejercer aún.
- b) La existencia del suministro continuo y constante através del cordón umbilical, que brinda al yo en la forma pasiva la riqueza suficiente para satisfacer toda la demanda instintiva erótica y tanática.
- c) Las relaciones exclusivas del yo con la fantasía innata, que representa el mundo objetal primitivo anterior a la relación con los objetos reales externos. Esto explica la estructura específica del psiquismo fetal antes que se realice la incorporación endopsíquica del mundo externo real"

Dentre os mecanismos que também asseguram o processo ontogenético, o mesmo autor cita a onipotência e a idealização, características do estado narcísico fetal. Depois do nascimento, o indivíduo desenvolve estados, defesas e condições normais ou patológicas em decorrência da qualidade das adaptações à realidade objetiva.

Enquanto autores como Rascowsky reconhecem condições próprias de um psiquismo fetal, outros só concebem a existência de atos e predisposições reflexos até depois do nascimento. Alguns até chegam a perguntar se, psicologicamente falando, alguma coisa tem importância antes dos cinco ou seis meses. Para Winnicott (1978), tal questão deve ser considerada, embora dis-

corde daqueles que a isso respondem "não". Spitz (1973), apesar de não concordar com posição tão drástica, não reconhece processos intrapsíquicos no nascituro e afirma

"Segun el concepto de Freud, confirmado unánimemente por las observaciones y experiencias de todos aquellos que han estudiado al recién nacido, el pensamiento no existe en el momento de nacer. Tampoco estan presentes en forma alguna la sensación, la percepción ni la volición. (...) No admito, por consiguiente, la presencia de un yo al nacer" (Op. cit., p. 4).

Paralelamente a essa não-aceitação de Spitz, e à evidência de REM em fetos, pode-se contrapor a afirmação "sonhar é uma capacidade que depende do clima psíquico interno e da disponibilidade de certas funções de ego para poderem usar aquele discurso simbólico que é a essência da formação do sonho" (Khan, 1977, p. 375). Realmente, não seria mais aceitável crer na existência de funções de algo que já exista no nascimento?.

Alice Dickstein (1984) interessada nos achados mais atualizados da psicologia pré-natal, foi buscar em pesquisas estrangeiras informações que contradizem pontos de vista como o anteriormente citado. Entre outros, cita os experimentos de Tom Bower, demonstrativos de que, no feto os sentidos já se encontram bem desenvolvidos antes do nascimento, além de possuir ele, desde cedo, certa noção de um mundo tridimensional.

Até poucos anos atrás, o psiquismo infantil não havia despertado muito a atenção dos cientistas, talvez até por falta de meios adequados. Excetuavam-se trabalhos de alguns teóricos, e de uns poucos precursores da experimentação nesse campo.

Dentre eles, o que mais tempo dedicou a metódicos estudos sobre o desenvolvimento cognitivo da criança foi Piaget. Discorrendo sobre a obra que construiu em cinquenta anos de dedicação afirmou

*"Tenho perseguido um objetivo central que tem permanecido sempre o mesmo: tentar compreender e explicar em que consiste o desenvolvimento do ser vivo em sua perpétua construção de novidade e em sua adaptação progressiva à realidade".**

Atualmente, graças a métodos sofisticados são tornados viáveis pela moderna tecnologia, as habilidades psico-físicas infantis têm cada vez mais, sido objeto de observação e análise, com conclusões jamais pensadas. Com isso, os progressos adaptativos do bebê à realidade têm sido profundamente estudados por psicólogos, linguístas, etnólogos, neurólogos e neonatologistas, permitindo sua melhor compreensão como o desejava Piaget. Entretanto, os resultados agora obtidos discordam muitas vezes dos seus e as idades com que os bebês conseguem revelar suas habilidades são cada vez mais precoces. Assim, agora se sabe que ao nascer as unidades tato-visual e auditivo-visual estão presentes e permitem ao bebê não só ver como ter preferências visuais; distinguir o som da fala humana e virar a cabeça em direção de quem fala, tem capacidade para discernir cheiros e tentar pegar algo no espaço, embora não consiga ainda a organização gestual (Klaus & Kenell, 1976; Simonnett, 1982).

A psicologia pré-natal, nos países mais adiantados, preocupa-se com a interrelação materno-embrião e materno-fetal, pois as células nervosas completam-se bem antes do nascimento, permi

(*) Discurso ao receber o Prêmio Erasmo, em 1972

tindo uma complexa organização perceptual. Desta forma o cérebro começa a armanear dados bem antes do nascimento. A ação também é possível, embora limitada pelo espaço, e prazer e dor já são presentes.

A multiplicação das células cerebrais, que começa a se esboçar pela décima sexta semana de gestação, atinge uma velocidade de duzentas e cinquenta mil vezes por minuto. Ao nascer, grande rede de conexões sinápticas já completou "circuitos" em número bem maior do que o existente no cérebro adulto. Talvez cem vezes mais, conforme Jean Pierre Changeux, do Instituto Pasteur de Paris. A seguir, os neurônios vão se agrupando de acordo com a especificidade a que se destinam. Durante a maturação, que só se completa extra-uterinamente, as funções aprimoram-se se forem estimuladas. Mas se isso não ocorrer, suas conexões arriscam-se a ficar inativas. São tão vastas as implicações desses dados que levaram especialistas a observar, através de métodos de filmagem especial, pequenos gestos do feto sincronizados a tons específicos e sílabas emitidas pelo pai. Da mesma forma, foram notadas capacidades e preferências de bebês a determinadas músicas exercitadas constantemente pela mãe, durante a gestação. São fatos que mostram a possibilidade de certa predisposição e até possibilidade de aprendizagem fetal, na relação simbiótica da gravidez.

O psicólogo Jacques Mehler (apud Simonnet) apresenta tese que complementa os supostos neurofisiológicos citados segundo os quais

"Le développement intellectuel ne serait pas une

acquisition de facultés nouvelles mais, au contraire une perte de capacités présentes à la naissance!"

Cita ele como exemplo e base para suas afirmações, a capacidade humana para o aprendizado de linguas. O bebê aprende a linguagem de seu meio, não importa qual seja ela. À medida que cresce, cada vez mais difícil torna-se aprender outra, que terá sempre influência da primeira.

Sendo exatas essas novas concepções da neurofisiologia e voltando ao psiquismo fetal, segundo Rascovsky, há margem para se questionar:

'a função de adaptação à realidade exterior que estaria a cargo da mãe não teria assim evidenciada a participação progressiva do feto na construção de sub-estruturas, a partir de percepções, movimentos, reações afetivas elementares e até hábito?'

Nesse caso, o feto não receberia exclusivamente pelo cordão umbilical a satisfação de suas necessidades eróticas e tanáticas, mas também pelo exercício de seus incipientes sentidos. Justifica-se assim, o prazer observado in-utero de sugar o polegar, desenvolvendo-se simultaneamente o tato e sucção. Desta forma, estaria havendo uma antecipação das fases de assimilação e adaptação da realidade do período sensório-motor, não só por condicionamento de reflexos, mas já também por percepção.

Inferências desse tipo podem ser levantadas quando pesquisadores, como os do Laboratório de Psicologia Cognitiva da Linguagem de Paris, perguntam-se diante dos fatos, se as estruturas da linguagem não fazem parte da nossa herança biológica;

enquanto por outro lado, fetos "aprendem" a sincroniar gestos com vozes específicas, a se familiarizar com determinadas músicas e até com o abecedário (Bower, apud Simonnett, 1982).

Em que pese aos avanços da neurofisiologia, em muitos aspectos o cérebro continua funcionalmente um desconhecido, para nós. Por isso, continuamos apenas "inferindo". Com isso, os autores que primeiro se preocuparam com os processos psicológicos infantis pouco se aventuraram a falar sobre o que a respeito se passava no período pré-natal. Embora sempre tenha havido muitas crendices no folclore de todos os povos, sobre fatos que pudessem afetar a mulher grávida, prejudicando seu filho, cientificamente pouco havia há menos de cinquenta anos. Ferreira (1960), em revisão bibliográfica a respeito da repercussão dos processos emocionais da gestante sobre o nascituro, pouco encontrou. Os esforços feitos por Sontag e colaboradores, Ernest Jones e Turner apenas concluíram que as profundas perturbações emocionais em mulheres grávidas provocam marcante atividade no feto, e que a atitude da mãe para com o filho não-nato influencia o curso da gravidez e do parto.

Winnicott, pediatra e psicanalista, em conselhos às mães, afirmava que vale a pena conhecer o bebê, como pessoa, desde o primeiro instante de nascido,

"incluso en el vientre, su bebé es un ser humano, distinto de cualquier otro ser humano, y en el momento de nacer ya tiene una considerable experiencia, tanto agradable como desagradable (...) en cierta medida capta su ansiedad, su excitación o su enojo (...) Por el otro lado, si usted es una persona reposada, el bebé ha conocido la paz y quizás antecipe un regazo tranquilo y una cuna inmovel" (1962, p. 14).

Refere-se, também, Winnicott (1978) ao processo do nascimento. Nessa ocasião, para o bebê, o ambiente torna-se mais importante que ele, que reage à "invasão" que representa a seu "self" incipiente, que só no estado de não reação pode existir.

Sejam quais forem as condições que distingam relação de comunicação, o que aqui se pretendeu discutir foi a necessidade de melhor conhecimento dos processos que podem afetar o desenvolvimento emocional infantil, por perturbação da relação mãe-filho, pois que

(...) "Hã seguramente antes do nascimento, primórdios de um desenvolvimento emocional, e é provável que também haja uma capacidade para um movimento falso e do-entio nesse desenvolvimento emocional" (Winnicott, 1977, p. 324).

Supondo-se, como sugere o autor, que corpo e psiquê desenvolvem-se juntos desde a concepção, "inicialmente fundindo-se, gradualmente, tornando-se independentes" (Idem, p. 336), e que a saúde mental do adulto tem raízes nos cuidados maternos em todas as etapas do desenvolvimento emocional, urge que a prevenção da doença comece na atenção e cuidados psicológicos voltados para a unidade gestacional corpo-psiquê.

III.2.1 - Vinculação Afetiva

*"Love is too young to know what conscience is: yet
who knows not conscience is born of love?"
(Shakespeare, Sonnet CLI)*

*"Since the good mother holds me
still a child!
Good mother is bad mother unto me!
A worse were better; yet no worse
would I"
(Tennyson, Garrett y Lynette, lines
25-17)*

A relação de afeto entre mãe e filho passou a ter a maior relevância, desde as descobertas de Freud e do estabelecimento de sua metapsicologia. A partir daí, houve dissidências, mas os principais teoremas psicanalíticos permaneceram. Pela sexualidade e transformações da libido, foram explicados os comportamentos humanos. Com o aparecimento de dois estudos publicados quase simultaneamente, surgiu o que, para Zazzo (1973), constituiu-se em um "facto novo" na Psicologia:

- a teoria da Vinculação Afetiva (Attachment).

Em 1958, foi publicado, sob a forma de artigo o trabalho de Harlow, com macacos rhesus, sob o título "The Nature of Love".

Bowlby, psicanalista interessado nos problemas derivados da privação do afeto materno, descobriu através de Lorenz e Hinde que, na etologia poderia encontrar meios de responder às exigências de verificação do método experimental.

Seu artigo "The Nature of Child's tie to His Mother",

apesar de apresentado à British Psychological Society em junho de 1957, só apareceu em fins do ano seguinte. Isto é, na mesma época que o de Harlow. Coincidência maior, ambos preocupados com a natureza dos laços que unem o bebê e sua mãe, um estudando a infância animal designou-os "amor"; o outro, voltado para a infância humana, caracterizou-os como "vinculação".

Foram principalmente dois temas centrais, nesses estudos que convergiram para formar a nova teoria:

- a estampagem, um fenômeno animal, promovendo pesquisas para a descoberta de equivalentes humanos;
- as consequências da separação afetiva, ou da falta de laços de afeto entre mãe e bebê, e a compreensão de suas origens.

Comparando o comportamento de bebês humanos e bebês rhesus, Bowlby e Harlow chegaram a posições semelhantes e concluíram que

"a necessidade de estabelecer relações de afeto é uma conduta social que cumpre uma função biológica interna, determinada por conjuntos de sistemas inatos de resposta".

A estruturação desses sistemas é de tal ordem que sua consequência é a conduta de apego. Constitui-se esta em um tipo específico de ligação, que se processa entre a mãe e o infante, diferente de todas as outras formas de relação e que ultrapassa as necessidades orais do nascituro. É uma espécie de monotropismo que, em 1958, Bolby descreve como uma "necessidade primária de re

lação com o objeto". Isto é, como uma busca autônoma de contato que se traduz em condutas instintivas. Cada espécie tendo seu repertório próprio de respostas a garantir a sobrevivência. Ao despertar a atenção materna, elas provocam seu cuidado e o contato íntimo que cria e sustenta as relações sociais.

No início de sua postulação, Bowlby (Ibidem) descrevia as pautas de conduta em função de componentes instintivos das respostas. Mais tarde, enfatizou as respostas sob o enfoque da teoria do controle da conduta.

Na primeira, cinco padrões comportamentais contribuiriam para a criação dos laços de afeto: sucção, aferramento, seguimento, sorriso e o pranto. Algumas especificamente provocando a aproximação da mãe, outras a do bebê.

Na versão de 1969, aqueles comportamentos continuam a ser considerados importantes. Entretanto, vão sendo incorporados a sistemas que fazem a criança permanecer próxima à mãe, favorecendo a vinculação.

Assim, entre os nove e os dezoito meses, a presença da mãe é a meta pré-fixada. Nesse sentido, todo comportamento que a facilite torna-se um componente da conduta de apego.

Apoiados em trabalhos empíricos, os pesquisadores concluíram por fim que o equivalente motor humano das condutas de vinculação animal poderia ser o sorriso, pois por ele

"compreende-se melhor como o psíquico emerge do fisiológico, como se estabelecem as ligações e a comunicação antes da construção de qualquer objeto permanen-

te, antes de qualquer fixação eletiva; (...) pertence, simultaneamente, pelo seu duplo papel orgânico e social, à ordem da emoção e à ordem do conhecimento; (...) é simultaneamente, dependência e instrumento duma autonomia progressiva"() (Zazzo, 1973, p. 25).*

Continuando com a análise das pautas de conduta, aqueles estudiosos inferiram que o relacionamento mãe-filho oferece gradações sobre um continuum, entre as diversas espécies superiores. Dos primatas inferiores até o homem ocidental, pode-se notar que, quanto menos avançada a espécie, mais cedo o infante agarra-se à mãe, sem que esta ajude; quanto mais avançada a ordem (gorila e homem), menos condições tem para conseguir aferrar-se a ela sem ajuda da mesma, que tem então, de tomar a iniciativa e assim assegurar a proximidade do bebê.

Em decorrência desse fato, o bebê humano consegue identificar sua mãe antes de poder buscá-la, enquanto o bebê rhesus, por exemplo, consegue aferrar-se à mãe antes de conseguir distingui-la de outros, semelhantes ou objetos. Assim, o início da vinculação torna-se difícil de ser determinado com exatidão, uma vez que necessita de evidências que só por volta dos quatro meses começam a ser mais flagrantes, quando também começam a aparecer ligações afetivas dirigidas para outros elementos do grupo familiar. Estes fazem parte do que Bowlby (1976) denominou "ambiente de adaptação", dentro do qual os sistemas se regulam e se comportam, geralmente de forma similar ao que deverão ter no futuro. Portanto, além de problemas a curto prazo, a falta de ligação com a mãe ocasiona, também, problemas a longo termo.

(*) O grifo é nosso

Desta forma, aquele autor sugere que, na raiz de qualuquer condição psiquiátrica possa haver uma incapacidade para estabelecer laços de afeto, ou uma perturbação dos mesmos.

Nessa teorização, estão envolvidas aproximações a dois distintos problemas: ao antigo da "finalidade" e ao moderno da "retroalimentação". O primeiro, com referência às metas prefixadas e o segundo dizendo respeito ao sistema de controle dos componentes da afetividade. Esses componentes instintivos são respostas que mobilizam o ritmo biológico, fazendo não só surgir como reforçar o afeto incipiente. Assim, o sistema se desenvolve circularmente a partir de dois pólos: a conduta materna provocando a atitude do infante e a deste, por sua vez, retroalimentando a da mãe.

Assim, a nova teoria conclui que, na ontogênese como em alguns ramos da filogênese, a busca de relação é uma necessidade primária que, como tal, não pode ser consequente nem ao prazer de comer, nem aos cuidados maternos, embora estes o reforcem. Desta forma, pressupõem uma estrutura neurofisiológica, que determina os sistemas inatos de resposta que são ativados por estímulos internos e externos, numa interação de moldes cibernéticos. Para que esse processo se estabeleça adequadamente, essa ativação deve ocorrer nos chamados "períodos críticos de sensibilização", infantis e maternos (Klaus e Kennell, 1976). Harlow, (1973) situa o relacionamento mãe/filho dentro do contexto mais geral das afetividades. Estas são "conjuntos de comportamentos e seus complexos processos subjacentes, que criam e sustentam as relações sociais individuais, ligando entre si os membros de uma mesma espécie". Compreendem quatro sistemas de

afeto:

- 1) o afeto infantil, resultante da interação do materno com o infantil;
- 2) o afeto entre companheiros de mesma idade, companheiros de jogos;
- 3) o sistema de afeto heterossexual, que se estabelece a partir da diferenciação de papéis e dos laços sociais daí decorrentes e é independente das atividades libidinosas do indivíduo;
- 4) o sistema de afeto paternal.

O desenvolvimento adequado desse sistema múltiplo de afetividades determina o desempenho normal da sexualidade nos homens e em determinadas espécies de macacos. Para atingir seus objetivos sócio-pessoais, cada sistema varia na forma e função, mas o cumprimento das atividades dessa sucessão de afetividades é que permite atingir o alvo principal, isto é, o desenvolvimento da personalidade que assegura a proteção da espécie.

A formação dos laços entre mãe e filho corresponde assim, a uma necessidade psico-física-emocional que orienta um para o outro. A qualidade e a força dessa orientação dependendo, porém, das condições individuais do bebê, e das condições adaptativas ambientais estando nestas incluídos os fatores maternos. A contribuição do bebê é composta por sua bagagem congênita, formada pelos determinantes hereditários, influências intrauterinas e eventos ocorridos no parto (Spitz, 1973).

Ao mesmo tempo em que a necessidade primária de rela-

ção guia o infante, que precisa do calor, do contato pele a pele de sua mãe, também esta necessita transferir o amor que antes do parto dedicara ao feto como parte integrante de seu corpo, para o bebê, indivíduo independente em quem deve investir esse amor.

Os pontos iniciais desse processo devem, pois, ser ativados quase simultaneamente e alimentados por qualquer dos componentes que para isso concorrem. Em investigações controladas Klaus et alii (1976) concluem que todos os eventos sucessivos ao parto humano ocasionam efeitos prolongados sobre o primeiro relacionamento, pois nesse período estão os dois preparados para isso; a mãe está pronta psicológica e biologicamente para receber o filho, e encontra-se no que chamou de "período crítico de sensibilização materna", o melhor momento, portanto, para se conhecerem. Desmond e colaboradores (1966), confirmaram que, logo após o nascimento o bebê já pode ver; ter preferências visuais; e pode virar a cabeça em direção da voz que ouve, se estiver no estado ideal de consciência ou de atenção. Wolff (1959) descreve esses estados numa gama de seis possibilidades que variam do sono profundo ao de gritos intensos, passando por outros intermediários. Dessa forma, desde o contato físico com a mãe, sua voz, olhar e até o odor são estimulantes que mobilizam e regularizam, o ritmo biológico no sentido do afeto. O amor materno é uma resultante das qualidades pessoais da mãe e da satisfação que a criança lhe proporciona; que esta contribui para formar e reforçar o instinto materno enquanto a maternagem contribui para a regularização dos automatismos biológicos, assim dando início ao esquema referencial do espaço psíquico (Ajuria-

guerra, 1970).

Há crianças entretanto, que por razões biológicas pessoais não se encontram, ao nascer, nas condições ideais de atenção, ou de assimilação dos sentimentos, ocasionando uma patologia dos afetos (Ajuriaguerra, 1970), mas o comum é que estejam ao nascer aptas para darem início ao primeiro relacionamento afetivo que será o suporte do seu futuro desempenho social.

Quanto à vertente materna desse processo interativo sabe-se que, realmente, depende de toda uma bagagem psicológica e cultural de cada mulher que inclui desde sua personalidade, relacionamento com a própria mãe, passando pelos jogos infantis, educação, relacionamentos, traumas, vivências e filosofia de vida, chegando ao reconhecimento e aceitação da gravidez. Todos esses fatores irão beneficiar ou prejudicar a vinculação afetiva entre mãe e bebê.

Klaus e Kennell (1976) enfatizam e resumem os seguintes princípios, que regem os componentes da vinculação:

1. Há um período de sensibilização nos primeiros minutos e horas de vida, durante os quais o pai e a mãe precisam ter um contato íntimo com o bebê para que seu desenvolvimento posterior seja ótimo.
2. Parece que cada espécie apresenta uma resposta específica dos pais ao verem pela primeira vez o filho.
3. O processo é estruturado de tal forma que permite

uma vinculação ótima apenas com uma criança de cada vez.

4. Durante o processo, os pais necessitam de uma resposta do filho a seus estímulos, mesmo que seja a apenas um sinal, movimento ocular ou do corpo etc.
5. As pessoas que assistem ao nascimento ligam-se fortemente à criança.
6. É difícil, para alguns adultos, estabelecer simultaneamente um processo de ligação e outro de desligamento, por perda da mesma ou outra pessoa.
7. Alguns eventos precoces têm longa duração em seus efeitos. Por exemplo, preocupações com eventuais problemas de saúde do bebê, no parto, podem ocasionar ansiedades duradouras, na mãe, com prejuízos para o desenvolvimento da criança.

Em seus estudos, sobre a "separação afetiva", Bowlby (1976) notou três fases distintas do comportamento infantil, por ocasião em que se vê afastada da mãe, depois de já estar a ela apegada. Para cada uma das fases encontrou um correlato na teoria psicanalítica:

1. a criança protesta veementemente pela separação , procura pela mãe e origina uma ansiedade de separação.
2. se a situação persiste, vem a desesperança. A criança não acredita mais no reencontro e surge o pro

blema da aflição e dor pela perda de um ser amado.

3. a seguir, vem o desapego como mecanismo de defesa.

É possível que Bowlby tenha se inspirado em Spitz (1958) que, anteriormente, em 1953, apresentara trabalho abordando os transtornos sofridos por carência afetiva, em bebês hospitalizados. A privação emocional parcial levando ao estado que chamara de depressão anaclítica, e a total chegando ao marasmo e morte. Spitz estabeleceu, também, uma relação entre atitudes maternas e transtornos psicotóxicos do bebê. A partir desses trabalhos, Bowlby segue caminho inverso para teorizar sobre a vinculação afetiva. Seu posicionamento, inclui pontos de vista estruturais, genéticos e adaptativos para os modelos de condu^{ta}, esclarecendo ainda a sociabilidade do homem como parte de sua natureza animal, e invertendo a posição até então dominante sobre o amor e a sexualidade: o amor é o elemento primário e a sexualidade apenas uma de suas modalidades.

Em sua inicial preocupação de manter-se fiel à Psicanálise, Bowlby (1976) justifica a não inclusão de alguns postulados básicos da metapsicologia psicanalística, entre as características da nova teoria. São aqueles que dizem respeito aos pontos de vista dinâmico e econômico, aplicados ao modelo de energia psíquica. Isso por não guardarem relação com os conceitos essenciais da teoria (papel dos processos mentais inconscientes, repressão como processo ativo; transferência como determinante da conduta, origem das neuroses, e trauma infantil). Também o fato de pertencer a um modelo baseado em outras disciplinas que não a psicologia (física e química de acordo com as corren-

tes dominantes do século XIX), permite sua substituição por outro modelo mais atual, sem que os princípios científicos sejam negados.

Bowlby (1976) afirma que apesar de refletir o pensamento e clima da época, e de embasar-se em disciplinas afins, o novo modelo elimina importantes falhas do psicanalítico, como as seguintes:

- condutas que não podem ser explicadas pelo modelo hidrodinâmico de acúmulo e esgotamento da energia psíquica.
- limitadas possibilidades de verificação do mesmo.
- extinção do nexa entre psicologia e as ciências propriamente ditas, uma vez que os modelos de motivação que permitem uma forma especial de energia biológica, diversa da energia física, não são aceitos pelos biólogos, além de os princípios da entropia não serem aplicáveis aos seres vivos.
- os conceitos de organização e informação da teoria biológica, ao contrário, definem os organismos vivos como sistemas abertos de energia física, o que os integra nas ciências contemporâneas.

Embora autores como Rutter (1982) discutam a efetividade do enfoque de Bowlby, ele apresenta condições que permitem a verificação empírica das hipóteses de trabalho que nele se apoiam (Ainsworth, 1978).

Em sua reavaliação da privação do afeto da mãe, Rutter (1982) mostra que as desordens sociais estão mais ligadas a lares desfeitos que à separação materna. Aponta também, as condições individuais das crianças como fatores que predispõem para a falta de formação dos laços de afeto.

O posicionamento de Bowlby tem quatro características básicas que o situam melhor que o enfoque psicanalístico: volta-se para o futuro; tem preocupação com os fatores patógenos e suas consequências; e utiliza a observação de condutas da primeira infância, assim como dados do comportamento animal.

Apesar das diferenças, o referencial básico de Bowlby continua sendo a psicanálise, quanto aos conceitos centrais da teoria (relações objetais, ansiedade de separação, dor, defesa, trauma, períodos de sensibilização). O enfoque dado aos mesmos situa a teoria em posição privilegiada para a compreensão de problemas, que envolvem a psicologia, tanto clínica quanto preventiva. Além disso, tem a qualidade de colocar em lugar de destaque o papel da mulher como entidade de participação ativa e necessária na estruturação da personalidade e da sociedade, através da relação de amor baseada na comunicação e não apenas numa teoria da libido, essencialmente masculina (Zazzo, 1973).

CAPÍTULO IV

ABORDAGEM PSICOSSOCIAL AO PROBLEMA DA MULHER E DO MENOR

IV.1 - SITUAÇÃO DA MULHER

"Ton bonheur ne peut pas être comme celui des autres
il faut que tu te fabriques
Un bonheur unique
Un bonheur qui soit comme les piteux lustucru en
chiffon d'une enfant pauvre
- Fait par elle même"

(Manuel Bandeira, Bonheur Lyrique)

Pode dizer-se que a problemática social da mulher começou com as ideologias político-econômicas que, através dos tempos, determinou em cada época, as funções e tarefas que lhe competiam na distribuição do trabalho. Para isso, porém, ela não era consultada nem suas necessidades e psicologia próprias sequer admitidas.

A partir dos estudos de Freud, a maior parte dos teóricos e psicólogos clínicos adotou, quase como dogma, suas contribuições à psicologia. Como toda teoria reflete, historicamente, valores de uma época e cultura, fundamentou-se Freud em parâmetros vitorianos, baseados em casos clínicos, para estabelecer os princípios psicanalíticos. Assim sendo, era natural que a imagem feminina fosse, pelo menos distorcida. Desde então, muitas revisões ocorreram na psicanálise, alguns conceitos questionados, mas ela continuou apoiando-se em pontos de vista falocêntricos. Desta forma, a normalidade psicológica do "segundo sexo" foi considerada em bases discutíveis, naquilo que a

mulher não é, nem possui: um corpo e psiquê masculinos, decorrendo daí uma suposta inferioridade comparativa.

No modelo psicanalítico, a dinâmica da personalidade está inquestionavelmente interligada às etapas do desenvolvimento psicosssexual. Segundo ela até os cinco anos de idade, mais ou menos, meninos e meninas passariam igualmente pelas fases "oral" e "anal", até entrar no "período fálico". A partir daí, começaria a problemática feminina: ao descobrir que sua genitalia é diferente da que o menino possui. Considerando-se mutilada, sentiria, então, uma "ansiedade de castração" que modificaria seu relacionamento com a mãe (que não lhe teria dado um órgão bem dotado para a satisfação sexual) e com o pai, para quem se voltaria em busca de objeto tão valorizado. A única saída sadia seria a sublimação, em que o desejo de um órgão masculino fosse substituído pelo desejo de um filho. De outra forma, ficaria sofrendo de uma neurose, a chamada "inveja do penis". Ao tentar negar o sentimento de mutilação, a mulher poderia adquirir um "complexo de masculinidade", evidenciado, através de sentimentos de inferioridade, tendência ao ciúme, à agressividade e inveja. Assim sendo, as funções específicas de seu corpo, a maternidade e até a feminilidade, nada mais seriam que formações reativas a uma sexualidade frustrada, defesa contra a neurose. A verdadeira feminilidade seria caracterizada pela passividade, aceitação da dor, submissão, dependência, dedicação e narcisismo.

A esse enfoque, Karen Horney e Clara Thompson (Thompson, 1967) opuseram a ressalva de fatores culturais, na base dos sentimentos de inferioridade femininos. A inveja seria pelo

poder e prestígio masculinos, que o penis simboliza. As forças e poderes masculinos seriam porém, cultivados como oposição à superioridade criativa do útero feminino. A capacidade, impossível para os homens de abrigar novos seres em formação estaria na base da eterna rivalidade homem-mulher. Os sentimentos de inveja continuavam, porém, aceitos nessa teoria de orientação e valorização falocêntricas. De acordo com a mesma, a patologia, uma vez estabelecida, pode ser estendida e reaparecer em qualquer situação de cobiça por algo não atingido; e isso acontece muito em qualquer sociedade competitiva.

Um terceiro grupo teórico considera que, basicamente, não existem diferenças no desenvolvimento psicológico relativas aos sexos, apenas aquelas valorizadas pelas sociedades masculinas. Isso levaria, inevitavelmente, à superestimação das mesmas e situa a mulher em posição secundária.

Opondo-se a essas colocações Bardwick (1971) acredita que a psicologia de homens e mulheres tem diferenças fundamentais que são, em parte, relacionadas aos sexos. As etapas desenvolvimentais, com suas crises próprias, podem ser semelhantes para os dois sexos. Porém, a natureza e a época de seu aparecimento tendem a ser distintos. Assim sendo, meninos e meninas adquirem qualidades relacionadas à aquisição da identidade, de acordo com sua maturação endócrina e do sistema nervoso central pois

"The development of one's identity is inextricably linked with the development of one's masculinity and femininity, and the crises experienced will be interwoven with the tasks of one's sex-role - its challenges, gratifications and frustrations (Op. cit., p. 206).

Cada cultura valoriza alguns aspectos da personalidade ligando-os às diferenças sexuais. De um modo geral, na cultura ocidental, as atividades que requeiram qualidades de independência e agressividade são atribuídas aos homens. As mulheres levam vantagens nos campos que peçam sensibilidade, dedicação e ocupações não-competitivas. A auto-estima de mulheres e homens é relacionada assim, com as atividades que estão de acordo com o que é esperado para cada sexo.

A internalização dos conceitos masculino e feminino é procurada desde cedo, através da pressão que as respostas parentais exercem sobre os filhos. Os comportamentos infantis, inicialmente aceitos para todas as crianças, vão sendo discriminados de acordo com os sexos, à medida que elas crescem. Assim, por exemplo, os impulsos agressivos e sexuais dos meninos sendo geralmente maiores que nas meninas, são também mais controlados. Em decorrência, meninos atingem a crise de identidade mais precocemente que as meninas. Simultaneamente, a cultura valoriza essa mesma agressividade para os meninos, orientando-a, porém, para formas socialmente aceitas. Enquanto isso, a dependência infantil é até estimulada para as meninas, e comportamentos impulsivos e sexuais são reprimidos. Bardwick (1971) concorda com os sentimentos de medo da castração e ansiedade dos meninos, ligados ao Complexo de Édipo. Para as meninas pequenas porém, não atribui sentimentos típicos de rejeição, ciúmes edípicos, raiva e de castração. Aquela autora considera que as maiores diferenças psicológicas entre homens e mulheres são derivadas de fatores e qualidades de personalidade, desenvolvidos de acordo com as tradições culturais sobre os fatores genéticos,

de temperamento e do aparelho reprodutor adulto. Desta forma, homens e mulheres seguem orientações distintas. As variáveis mais flagrantes são a passividade, a dependência e consequente falta de auto-estima nas mulheres; e independência e agressividade nos homens. Entretanto, embora a passividade e agressividade sejam dimensões estáveis nas personalidades femininas e masculinas, existem normalmente em ambos os sexos. Estudos têm demonstrado que qualidades de personalidade específicas do sexo oposto, se não forem extremas, podem ser vantajosas, apesar de causar alguma ansiedade e conflito. Uma menina ativa, independente e competitiva, assim como um menino empático e intuitivo que tenham, porém, outras características próprias a seus respectivos sexos, seriam mais criativos do que outros sexualmente tipificados.

Eysenck (1976) aponta raízes biológicas nessas diferenças psicológicas entre os sexos. O comportamento agressivo ou cauteloso, diz ele, está intimamente ligado ao aparelho sexual. Apresenta como prova os comportamentos animais, naturais, que não sofrem influência da cultura, e os experimentos em que castração ou injeções hormonais modificam-lhes a agressividade e dominância. Há que considerar-se, entretanto, como o mostra Bardwick (1971), que há diferentes formas de agressividade e passividade, relacionadas à atividade motora e postural. Cumpre não esquecer, também, das observações de etólogos e psicólogos, sobre os comportamentos agressivos relacionados a fases hormonais das fêmeas de diversas espécies.

Na problemática social da mulher é da maior relevân—

cia que sejam considerados os fatos relativos à variação hormonal periódica. Não apenas relativamente à fase gestacional. A mulher precisa conhecer-se e a seu corpo, e a sociedade deve reconhecer isso até para a prevenção de conflitos e da doença mental.

Mulheres há que apresentam, geralmente na fase pré-menstrual, labilidade humoral tão grande que as tornam passíveis de atitudes impulsivas, de alto risco para elas mesmas, a famí—lia ou até a estranhos. Há poucos anos os jornais publicaram notícia de uma mulher que foi absolvida de crime de morte, na Inglaterra, por ter conseguido provar que agira sob esse tipo de emoção. Também no climatério muitas mulheres são afetadas de irritabilidade, e outros sintomas psicológicos que devem ser reconhecidos e cuidados. Sob essas duas condições, os fenômenos psicológicos podem assumir aspectos que interessem até para a-valiações judiciais. Já as alterações psicológicas durante a gravidez interessam mais ao clínico. Podem parecer quadros de sérias perturbações neuróticas e, no entanto, não passarem de adaptações normais, características da gravidez.

A adolescência, a gravidez e a menopausa, são períodos vulneráveis da mulher, envolvendo mudanças endócrinas, somáticas e psicológicas. Representam "crises evolutivas" com características, tarefas adaptativas e libidinais próprias, e que requerem reorganização maturacional para solução de conflitos.

A agressividade faz parte e constitui uma parcela do comportamento materno, diz Levy (1943), e é semelhante em pássaros e mamíferos em geral, inclusive na espécie humana. Vi

sando a proteção da prole, pode aparecer antes mesmo que ela esteja ameaçada. Nos pombos, já é evidente quando da escolha do lugar para o ninho. As atitudes agressivas da mãe podem aparecer indiretamente, nas funções de proteção e dedicação requeridas pela dependência do infante: amamentação, cuidados corporais, técnicas de disciplinamento etc. Acredita Levy que, nessa submissão às necessidades do filho, esteja a origem das teorias de passividade e masoquismo feminino. Segundo tais teorias a fase agressiva da maternidade é evidência de masculinidade, muito embora, estejam relacionadas com suas variações hormonais. O mesmo autor cita estudos de Groot que associam alto grau de comportamento maternal com mau ajustamento sexual, decorrente de grau também elevado de masculinidade. Inversamente, as mulheres muito femininas seriam mães medíocres. Embora esses dados sejam confirmados pelos de Levy, este último acredita que as causas dessas relações situam-se em conflitos entre os "drives" sexuais e maternos. De seu trabalho, ficou a verificação de grandes variações entre os componentes do comportamento materno, incluindo influências hormonais, fatores sociais e biológicos.

Mas seriam essa dedicação e submissão maternas realmente inerentes à biologia feminina? Se realmente o fosse, a realização feminina só se completaria com a maternidade e o cumprimento das tarefas a ela relacionadas. Mas, não é certo que todas as mulheres tenham tido em qualquer época, tal propósito em suas vidas. Se o tivessem, como explicar o abandono, os maus tratos e o filicídio? Mesmo na atualidade, o número de mulheres afligidas por stress ou depressão é maior dentre as que têm filhos do que as que não os têm. A explicação da excepção

nalidade à regra não basta. Pesquisas históricas o têm demonstrado, nas diversas culturas. Na China, por exemplo, até a implantação do Socialismo era comum o afogamento de crianças do sexo feminino; possivelmente para subtraí-las a um destino de escravidão e submissão. Badinter (1981) conta em sua obra a história do amor materno, na França, durante quatro séculos. Essa história, possivelmente, seguiu caminho semelhante no resto do mundo civilizado. Até o século XVII as famílias eram sociedades em que o amor não era cogitado, e para ela pouco contavam as crianças. Longa evolução foi necessária antes que se chegasse à compreensão e valorização atual.

A partir da publicação de "Emile", de Rousseau, novas idéias sobre infância e maternidade começaram a influenciar a opinião pública, e permitiram o aparecimento das relações familiares, nos termos em que hoje compreendemos. Até então, mesmo as famílias cristãs, seguiram por mais de dois séculos a orientação de pedagogos, quase sempre teólogos, que recomendavam severidade e frieza no trato com as crianças. Mesmo assim, algumas mães tendiam a mostrar-se amorosas, o que era tido até como pecaminoso. Por que razão apenas algumas mulheres se rebelavam contra tais normas? Conclui Badinter (1981)

"L'amour maternel n'est qu'un sentiment humain. Et comme tout sentiment, il est incertain, fragile et imparfait. Contrairement aux idées reçues il n'est peut-être pas inscrit profondément dans la nature féminine" (Op. cit., p. 11).

Se o amor materno fizesse parte da natureza feminina, mães que haviam perdido mais de um filho sob os cuidados de determinada nutriz não mais lhes entregariam os seguintes. No en-

tanto, assim prosseguiam agindo, continuando a perder diversos outros. Tornou-se célebre o exemplo, descoberto por historiadores franceses, de Marie Bienvenue, que deixou morrer trinta e uma crianças, em cerca de quatorze meses apenas. Aquela autora transcreve informações de outros pesquisadores sugerindo que este hábito, como outros favorecedores da mortalidade infantil, seriam formas quase conscientes de limitar a família. As motivações poderiam ser várias, desde econômicas até por interesses egoísticos de qualquer dos pais. Entretanto, recomenda ela, tais dados não devem ser interpretados como generalizada falta de amor materno, mas como possível superioridade do instinto de vida sobre o instinto maternal.

Também estudos mais recentes, sobre o já agora tradicional papel de maternalização, têm revelado fatos que apoiam as conclusões de Badinter. A socialização, estereotipada para a passividade e desamparo femininos, leva as mulheres a se comportarem de forma nem sempre condizentes com suas tendências. Nickerson (1974) encontrou maior incidência de depressão entre mães apenas domésticas do que entre mães que trabalham fora; maior que entre solteiras e entre homens casados e deprimidos; o desamparo e a desesperança são conceitualmente aprendidos e evidenciados em relação com os papéis parentais.

Mead (1966) mostra, sobre estudos comparados de sete grupos primitivos da Oceania, que na construção dos valores humanos uma das principais condições tem base nas diferenças entre os sexos. Dessa forma, a maior ou menor agressividade dos grupos, ou de cada sexo, é ensinada culturalmente e sua ênfase é colocada ora no homem, ora na mulher. Alguns povos atribuem

determinadas qualidades a um sexo, outros ao sexo oposto e alguns a ambos, mas em todas as sociedades humanas existe uma divisão de papéis e atributos relacionados sexualmente. São exemplos citados as condutas receptivas e agressivas, respectivamente de mulheres e homens Iatmul; Mundugumores de caráter hostil e desintegrado, os dois sexos detestam gravidez e lactação; os homens Tchambulis são artistas, sensíveis, e as mulheres fortes e práticas; já os Arapesh são suaves e dividem papéis e funções.

A socialização feminina, pelos padrões ocidentais tradicionais estabelece bases para o fortalecimento de conflitos e tendências opostas. Para que a mulher possa atingir a maturidade plena e sua independência psicológica, deve estar preparada para reconhecer os conflitos e solucioná-los. Condicionada à dependência, a ficar em segundo plano, esquecendo-se de seus anseios e ambições, para servir, a mulher adquire um "Complexo de Cinderela" (Dowling, 1981) a fim de não perder o afeto do parceiro ou dos filhos. A mulher aprende a temer a independência, enquanto simultaneamente a deseja. A própria possibilidade de obter sucesso a apavora, apagando o desejo de obtê-lo. Nessa luta, sua auto-imagem começa a deteriorar-se, com perda da auto-estima. Muitas vezes, ao reagir contra a insegurança e sentimentos de inferioridade que daí advêm e as ameaçam, adolescentes adotam personalidades contra-fóbicas. Nessas condições, procuram situações de auto-suficiência que não são autênticas, profissões perigosas ou comportamentos desviantes. Não é, porém desafiando ou rejeitando os valores dos papéis tradicionais da mulher, nem assumindo os masculinos que a mulher se tornará independente para escolher seu próprio caminho.

"A libertação psicológica não vem da ausência de compromissos, mas do crescimento que deriva de enfrentar e cumprir os compromissos importantes" (Bardwick, 1981 p.94).

A mulher moderna não deve sucumbir nem à ideologia antiga da dependência, da abnegação total à custa de sua individualidade; nem à posição contrária, em que maternidade, dedicação e amor sejam tidos como núcleos opressores. As pesquisas têm demonstrado que, se para muitas mulheres a exclusiva vida doméstica é frustrante, também para a maioria dos homens é exaustiva a limitação ao papel de provedor. Ambos, sentem a necessidade de um vínculo emocional, de "âncoras existenciais" (Bardwick, 1981), que dão um senso de integração e significado à vida. E, mesmo com as mudanças de valores que caracterizam a época de transição que vivemos, na família ainda podemos estabelecer as melhores bases para nossas necessidades emocionais. Se é verdade que os laços familiares podem ser neuróticos, destrutivos e opressores, também - é fato - podem ser fonte de identidade e auto-estima. Isso porque "o relacionamento recíproco e verdadeiro é uma defesa contra o mundo instável, do trabalho competitivo e arriscado" (Op. cit., p. 30). Cabe à mulher estabelecer as condições em que possa optar, conscientemente, sobre o papel que melhor lhe convém. Para tanto, precisa valorizar suas atividades, tanto profissionais quanto domésticas. Se deseja ou não ter filhos, é escolha que deve assumir, quando para tal estiver preparada^(*). Além dos aspectos psicológicos envolvidos muito problema social poderia ser evitado, com a opção esclarecida. A pobreza, por exemplo, está positivamente relacionada com gravidez indesejada. A taxa de crescimento populacional cairia para zero, diz Salton (1980) se apenas nascessem os filhos realmente desejados. Também nessas condições, seria bem menor o número de agressões e maus tratos infantis, pois os dados não parecem confirmar Winnicott (1962) quando acreditava que a mater-

(*) V. Anexo 3 (pág. 144-145)

nagem vem naturalmente do fato de ser mãe. Porém, pode estar e le certo quando afirma que a mãe é responsável pela boa paternidade de seu marido. Na realidade, a evolução do pensamento feminino está demonstrando posicionamentos mais claros de suas necessidades e desejos.

Segundo Badinter (1980), em um levantamento de opinião do F. Magazine (setembro de 1978), dezoito mil e quinhentos leitoras responderam sobre a satisfação sentida em cuidar dos filhos:

"1. assez plaisant -----	39%	} 64%
2. très plaisant -----	25%	
3. plutôt ennuyeux ou Franchement une corvée ----	5%	} 36%
4. indifférent -----	3%	
5. je n'ai pas à le faire ----	21%	
6. sans réponse -----	7%	

(Op. cit., p. 361)

Aquela autora chama a atenção para o fato de que a uma indagação, abordada de forma tão crua, não deve ter sido fácil responder negativamente sem sentimentos de culpa. Mesmo assim, 39% das entrevistadas avaliaram moderadamente sua satisfação enquanto 36% a rejeitaram.

A mesma publicação, em outro item, procura saber se uma mulher pode sentir-se realizada sem ter filhos

"1. oui, certainement sans problème ---	41%
2. oui, mais c'est difficile -----	34%
3. non, c'est une vie incomplète ----	23%
4. sans opinion -----	2%

A pesquisa conclui que a maioria das mulheres não vincula sua feminilidade com maternidade; que

"la maternité est un don et non un instinct comme on essaie de nous le faire croire. Que celles qui ne sont pas dovées pour cela soient laissées en paix"
(Op. cit., p. 363)

Outros levantamentos mostram que oito em cada dez mulheres, de mil entrevistadas, são contra assumirem sozinhas os encargos da criação de crianças; consideram que o justo é a divisão das tarefas relativas aos filhos. Simultaneamente, a própria mentalidade masculina parece estar evoluindo a respeito. Os pais modernos aparentam maior participação, e tentam transformar o conceito tradicional de pai autoritário/mãe dedicada e amorosa em pais que educam com dedicação e amor.

De fato, esse posicionamento vem ao encontro dos dados que apontam a necessidade da figura positiva do pai, para a socialização adequada da criança. As tarefas assim repartidas, simultaneamente as valorizam, assim como dão maior crédito ao papel, até então só da mulher.

A valorização do "status" feminino, para Carolyn Merchant, (apud Thuillier, 1984) acompanhou sempre as atitudes das sociedades ocidentais quanto à natureza. A exploração indiscriminada da natureza - destruição ou poluição, dissipação das fontes de riqueza - apresenta esquemas semelhantes aos da exploração da mulher e violências contra ela. Os problemas ecológicos só serão de fato resolvidos quando a "imagem da mulher" tornar a ser realmente valorizada. Só o estudo consciencioso, hu-

mano e inteligente dos dois temas poderá levar a soluções que preservem o dom da vida e os valores sócio-culturais.

IV.2 - SITUAÇÃO DO MENOR

"Si echo mi misma sombra en mi camino, es porque hay una lámpara en mi que no ha sido encendida"
(Tagore, Pajaros Perdidos, 109).

Em 1959 a ONU promulgou a Declaração dos Direitos da criança. É uma carta de princípios sem força coercitiva, mas que mereceu do Congresso da Associação Internacional de Juízes de Menores (Oxford, 1974), a redomendação especial para que fosse incluída em todos os Códigos de Menores do mundo. No Brasil, porém, na nova elaboração de 1979, tal sugestão não foi seguida uma vez que, segundo Cavalière (1983), "seu espírito está presente em todo o código". Se alguns apenas de seus princípios fossem realmente tornados efetivos, possivelmente não haveria necessidade de legislação própria ao "Menor", pois este termo tem o alcance restrito a abandonados e delinquentes, isto é, atinge menores em "situação irregular", segundo as atuais normas jurídicas:

- 29) A criança gozará de proteção especial e serão-lhe proporcionadas oportunidades e facilidades por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade...
- 49) A criança gozará dos benefícios da previdência social, terá direito a crescer e criar-se com saúde; para isto, tanto a criança como a mãe, serão proporcionados cuidados e proteção especiais, inclu-

sive adequados cuidados prē e pōs-natais (...) te
nã direito a alimentação, habitação e assistência
 mēdica adequadas...

79) (...) terã direito de receber educação, que serã
 gratuita e compulsōria pelo menos no grau primā-
 rio...

99) (...) gozarã de proteção contra quaisquer formas
 de negligência, crueldade e exploração...

Ora, tendo-se em vista que, se alguém tem direitos a
 receber, outro alguém tem com aquele deveres e obrigações a cum
prir. Se a todas as crianças forem dados os benefícios e prote
ção como os acima descritos é porque, supõe-se, na falta de
 pais ou responsáveis que os propiciem, a sociedade tem capacida
de de atendê-las. No entanto, longe está a realidade social de
 seus próprios ideais. A "criança", acima rēferida, não existe;
 é um ser abstrato distanciado das crianças indivíduos, especi-
 almente em épocas de crise econômica, ética e moral. As crian-
 ças reais têm heranças biológicas diversas, têm lares bem ou
 mal constituídos, ou não os têm de todo; são aceitas pela famí-
 lia ou por ela rejeitadas.

São idealizadas; não pertencem a um mundo ideal, em
 que famílias e sociedade tivessem condições de oferecer a seus
 membros possibilidades iguais de desenvolvimento das potencialidades
 de cada um; muito menos saúde, educação, trabalho e bem estar
 social.

Onde quer que haja tais impedimentos, aliados às dife-
 renças individuais, haverá sempre graus diversos de satisfação
 e formas contrastantes de adaptação às normas e valores cultu-
 rais.

Já se disse, sob todas as formas, que "povo feliz não tem história". O mesmo pode ser aplicado às crianças que recebem cuidados e amor adequados, crescem e tornam-se adultos maduros, cidadãos úteis, capazes de zelar pela geração seguinte. Outro, porém, é o caso que os dados, oficiais ou não, nos apontam a cada momento. É o aumento indiscriminado do número de menores abandonados, delinquentes, adictos às drogas e com poucas probabilidades de chegarem a ter uma vida de realizações positivas. É o resultado de uma patologia social, cujas origens são estudadas sob linhas teóricas diversas, quer sob o ângulo da psicologia, quer da sociologia ou do direito. Para algumas, o comportamento anti-social decorre de causas econômicas; para outras o fator predominante é situacional, em que influências nocivas levam à formação de contra-culturas de grupos que delinquem; outras vêm a culpa na marginalização dos migrantes. Costa Acevedo (1983), aponta ainda duas outras linhas teóricas, específicas da conduta desviante: a da formação de sub-culturas, de Sutherland e Cohen, onde a renegação dos valores dominantes leva à busca de soluções próprias de cada "gang"; em segundo lugar, a teoria estrutural de Merton, baseada no conceito durkheimiano de anomia.

Durkheim utilizava o conceito "anomie" especialmente para o suicídio, mas Merton expandiu-o para explicar também o crime, a delinquência, a toxicomania e toda sorte de reação social negativa. Durkheim dava importância à natureza biológica humana dessas reações, já para Merton a maior importância reside na ordem social

"las estructuras sociales ejercen una presión definida sobre ciertas personas en la sociedad induciéndolas a una conducta de rebeldía antes que de conformidad" (Apud, Clinard, p. 22)

Explicando melhor,

"La anomie es pues una condición del ambiente social, no de individuos particulares. La gente se enfrenta con una anomie esencial cuando, de hecho, no que de confiar con un alto grado de probabilidad en que la conducta de otros estará mas o menos de acuerdo con patrones reconocidos conjuntamente como legítimos" (Merton, 1967, p. 213).

Portanto, não deve haver confusão entre o estado de de sorganização da estrutura social e o estado de desorganização do indivíduo, a que Leo Srole chamou de anomia (Ibidem). Para Merton, a anomia surge da contradição entre o conjunto organizado de valores normativos, que constitui uma estrutura cultural e o conjunto de relações sociais que compõe a estrutura social. Para Durkheim, a "anomie" aparece como "falta de normas" quando "la desintegración del orden colectivo permite que las aspiraciones del hombre se eleven por encima de toda posibilidad de cumplirse" (Clinard, 1967, p. 20).

Os seres humanos, encontrando discordância entre as normas e as metas culturais e as capacidades sociais dos indivíduos para atingí-las, sentem-se sem apoio normativo para agir. São fontes potenciais anômicas, para Merton: sistemas de normas contraditórias; a falta de determinação para escolha entre muitos valores; ambiguidade na definição das normas, umas em relação a outras e assim dificultando as respostas. Desta forma, haveria incerteza nas relações sociais e consequente procu-

ra de ações adaptativas desviantes das que seriam culturalmente consideradas legítimas. As pessoas passariam a agir de acordo com uma das formas do seguinte paradigma de Merton.

Tipología de modos de adaptación individual

MODOS DE ADAPTACIÓN	METAS CULTURALES	MEDIOS INSTITUCIONALIZADOS
I. Conformidad	+	+
II. Innovación	+	±
III. Ritualismo	-	+
IV. Retraimiento	-	-
V. Rebelión	±	±

+ = aceptación; - = rechazo; ± = rechazo de valores predominantes y sustitución por otros nuevos.
(Op. cit., p. 28)

I - Para Merton o conformismo com as metas culturais ou com os meios institucionais constitui uma forma adaptativa vinculada a condutas desviantes. No dizer de David (1979), seria a outra face da violação das normas, pois, muitas vezes, o que está em jogo é a percepção do fato, independentemente de ser ele completado ou não. Como é a forma normal de aceitação das metas e normas sociais, torna possível a participação social.

II - A inovação é uma modalidade adaptativa, que implica em socialização inadequada dos indivíduos, levando-os a atos

ilícitos para sobrepassar as metas culturais que não seriam possíveis por meios legítimos. Pode ocorrer em todas as classes, e propicia a anomia, procurando diminuir a legitimidade das normas institucionais.

III - O ritualismo, a rigor, não seria considerado uma adaptação desviante, mas um submetimento a baixo nível de aspiração a fim de evitar esforços e frustrações. Dessa forma também não permite a ascensão social ou lutar, "con preferencia por medio de procedimientos institucionalizados, con el fin de adelantar y acender en la jerarquia social" (Ibidem).

IV - No retraimento, a pessoa não afasta a meta do êxito, mas com mecanismos de escape não consegue atingi-la. É uma das formas adaptativas de "psicóticos, autístas, párias, proscritos, vagabundos, bebedores crônicos y toxicómanos. É uma forma improdutiva de fuga à divergência de meios e fins. Pode ocorrer na obtenção de metas; na depressão como apatia em reação à anomia aguda. A adicção às drogas e ao álcool são soluções de retraimento.

V - Na rebelião; o indivíduo procura formas adaptativas que não levam em conta a estrutura social convencional

"Representa una respuesta transitoria que trata de institucionalizar nuevas metas y nuevos procedimientos para que los compartan otros miembros de la sociedad" (Op. cit., p. 29).

É o caso daqueles que lutam por novas ideologias, pretendendo modificar a estrutura cultural e social. Essa forma

de adaptação pode levar à constituição de sub-grupos, coesos internamente, porém afastados das instituições estabelecidas. Ao estruturar inicialmente sua teoria, Merton considerava as cinco formas adaptativas como desviantes. Mais tarde reconsiderando sua posição dividiu a conduta desviante em duas categorias: a não-conformista e a aberrante. Na primeira, o indivíduo demonstra sua opinião, ou luta por seus ideais sociais. Na segunda, completamente diferente, o desviante reconhece a legitimidade das normas sociais que viola; é o caso dos delinquentes e criminosos, que atuam por inovação, ritualisticamente ou por retraimento.

São muitos os supostos teóricos explicativos da desorganização social e moral, e especialmente, dos atos delituosos, praticados por e contra menores. Entretanto, nos mais diversos estudos aparece uma linha diretriz comum, apontando a anomia familiar como uma de suas maiores responsáveis.

IV.2.1 - Patologia Social: menores em situação irregular

A transmissão dos valores ético-sociais é uma das consequências da socialização adequadamente desenvolvida. E as normas e valores a serem transmitidos de geração para geração, variam de acordo com as culturas.

O estudo do desenvolvimento da moral segue as linhas teóricas que as embasam. Cada uma delas dando maior relevância a um dos três fatores básicos da moral: afetivo, cognitivo e comportamental.

A teoria psicanalítica, e suas derivadas, dão ênfase ao componente afetivo. Acreditam que o desenvolvimento moral da criança é alcançado através das relações emocionais com os pais, isto é, da resolução do Complexo de Édipo, por volta dos seis anos de idade. Os pais de mesmo sexo seriam modelos adotados pelos filhos no comportamento moral, e sua internalização, o superego, seria uma espécie de árbitro moral.

Os proponentes da teoria cognitiva, cujo principal expoente foi Piaget, acreditam que o raciocínio moral acompanha a aquisição das etapas cognitivas. Progride através de uma sequência de estádios invariantes, emergindo cada um deles de seu antecessor, porém todos diferentes uns dos outros. Para Piaget, o estágio de moralidade autônoma é geralmente conquistado por volta dos dez, onze anos de idade. A influência dos amigos teria maior importância do que a dos pais, para a aquisição do estágio de moralidade autônoma.

Os teóricos da aprendizagem social contemporâneos, questionam a posição de seus antecessores que enfatizavam o papel parental de controle comportamental na socialização. Acreditam que a moralidade pode aparecer como específica a cada situação, porque "the child's moral character is a product of a vast array of social influences in which parents and peers play a primary role" (Shaffer & Brody, p. 88). O papel da criança é também visto como ativo e modificador do meio que sobre ela atuará de forma circular, isto é, a própria criança cria condições para seu desenvolvimento moral.

Sob a ótica psicológica, o papel socializador dos pais

enfoca a qualidade do relacionamento com os filhos, no afeto transmitido juntamente com as normas através dos métodos aplicados na criação dos filhos. Se a perspectiva for sociológica estará voltada para a forma com que são adquiridos os valores, convencionais ou contestatórios. Ferreira (1983), lembra, porém, que são ambas formas parciais de estudar a socialização, pois o processo não é único; depende do conteúdo dos valores, normas, padrões, métodos de treinamento e de aprendizagem utilizados pelas instituições sociais. Realmente, o que pode ser socialmente válido para determinada classe social, pode ser considerado agressivo, contestatório em outra. Assim sendo, o "estudo da delinquência deve, obrigatoriamente, focar os agentes interagindo com os meios que os socializam, regulam e sancionam" (Op. cit., p. 50).

Desta forma, o enfoque do comportamento desviante sôpode ser qualificado dentro do contexto situacional e considerados os fatores que o geraram. Assim, a vinculação da delinquência com a pobreza não explica tudo. Ela constitui-se em um fator predisponente ao forçar o menor a lutar pela subsistência em tenra idade, não lhe permitindo uma escolarização adequada e fazendo-o adquirir uma maturidade precoce e distorcida. Entretanto, nem todo pobre é delinquente, nem a delinquência juvenil é privilégio das classes pobres. Pode ocorrer em qualquer nível social. O tipo de delito, porém, pode diferir em médias que variam segundo a escala sócio-econômica dos infratores. Os dados aparentes, isto é, que chegam a processo, não correspondem à realidade pois as "cifras negras" escondem crimes como abortos, estupros e outros abusos sexuais, uso de entorpecentes etc, es-

pecialmente cometidos nas classes mais favorecidas.

Isolando o fator pobreza, Costa Acevedo (1983) pesquisou o campo da ação familiar entre menores delinquentes e não-delinquentes. Sua amostra foi constituída por elementos carentes do bairro do Gama, na periferia de Brasília. Suas conclusões, no âmbito da causalidade da conduta irregular do menor de classe baixa, indicam a disfuncionalidade familiar como principal agente. A família desestruturada não oferece apoio, afeto e referenciais positivos para a socialização dos filhos, levando-os à anomia pessoal. A partir da qualificação anti-social primária, originada na família, o jovem, desprezado e desamparado, fica sujeito a fatores secundários que o levam à delinquência. Na pesquisa citada, em geral os menores delinquentes provinham de famílias de composição anômica, de relacionamento agressivo e em que o pai, quando presente, não tem emprego fixo ou é alcoôlatra; "há como que uma carência de laços intrafamiliares, não se percebendo, nos membros desses grupos, identificação familiar" (Op. cit., p. 49). Enquanto isso, no grupo não-delinquente o bom relacionamento e coesão familiar, além de espírito religioso, foram os achados mais importantes, que permitiram o equilíbrio individual e familiar dos menores. Tiveram eles, na infância, possibilidade de identificação normal com modelos parentais positivos. O mesmo, porém, não ocorrera com os do grupo de delinquentes, que não raro, tiveram identificação negativa com os pais.

No importante trabalho de equipe, apresentado por Rosa Maria F. Ferreira (1979) para a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, sobre os "Meninos da Rua", também foram encontrados re

sultados semelhantes. Entretanto, os aspectos resultantes dos conflitos familiares, separação dos pais e conduta inadequada dos adultos seriam aspectos incompletos do problema, pois não considera a heterogeneidade estrutural da família. As famílias, nas camadas marginalizadas, são caracterizadas pela utilização de todos os seus membros em atividades que atendam às necessidades básicas de sobrevivência. Assim sendo, o papel de socializador é reversível; a criança e o jovem, influem no processo de socialização dos adultos, à medida em que aumenta sua participação no papel de supridores. Geralmente nesses casos, a mulher está sozinha, ou para manter os filhos pequenos, ou muda muito de parceiro sendo seu centro decisório, provedor e de controle. Tal fato é verdadeiro mesmo quando existe a figura do pai, que perde muito de sua autoridade pela dispersão de tarefas que levam o grupo para a rua, em busca de qualquer forma de ajuda financeira. As meninas, em geral, ficam com os encargos domésticos desde muito pequenas, e sujeitas ao domínio tanto dos adultos quanto dos irmãos que trazem dinheiro para casa. Estes, desde pequenos na rua, tendem a fazer parte de grupos de outros marginalizados e facilmente, podem ser levados à delinquência.

O menor infrator é, em grande parte a consequência dessa situação em que, para suplementar o orçamento, vêm-se obrigados a mendigar, a fazer pequenos biscates e a usar de expedientes delituosos;

"sem ninguém que as oriente, essas crianças maduras adquirem uma crescente revolta pela sua pobreza, pelas desigualdades existentes, evidenciando-se às vezes, um ódio ao rico e a tudo o que a riqueza representa e que lhes é inatingível!" (Leal, 1983, p. 100).

A delinquência, e em especial a juvenil, não é porém, exclusividade das classes pobres. Pode manifestar-se em qualquer nível social, mas com fatores predisponentes distintos. A desorganização social também tem poder de debilitamento na ab tança, favorecendo a ociosidade e o hedonismo imediatista, atr ves do consumismo sem significado, do acesso abusivo ao álcool e às drogas, e à influência de más companhias. Muitas vezes, com o dinheiro, os pais tentam suprir sua ineficácia para conceder amor, apoio moral, e de servirem de modelo para identificações positivas.

Costa Acevedo (1983) encontrou traços característicos semelhantes em menores delinquentes de classes pobre e média:

- nunca trabalharam;
- devido a constantes mudanças de emprego dos pais já haviam passado por algum período financeiro difícil;
- relações parentais desequilibradas e agressivas, as sim como deles para com os filhos;
- consideram a mãe afetuosa e o pai distante ou agres sivo;
- descrença nas instituições e nas autoridades governamentais;
- alto nível de aspirações e forte confiança na conquista de seus objetivos.

Estudos psicológicos mostram que os laços afetivos es babelecidos na primeira infância asseguram o padrão bio-psico-social efetivo do adulto. A privação dos cuidados maternos tem sido por demais enfatizada, demonstrada e discutida. Na realida de, a importância da figura materna é inquestionável. Entretanto-

to, cumpre não ignorar a contribuição paterna para o pleno desenvolvimento da personalidade infantil. Relativamente, porém, poucos têm sido os trabalhos empíricos que a comprovem.

Andry (1971) concentra sua atenção sobre o papel do pai em referência à delinquência juvenil. Sem negar a importância da atuação materna, enfatiza a supremacia do bom relacionamento pai-filho quando compara comportamentos de jovens delinquentes e não -delinquentes. Para os componentes desse último grupo, o afeto oferecido por ambos os pais foi considerado a dequado; identificavam-se positivamente com a figura do pai e consideravam satisfatórios os métodos de treinamento, disciplina e intercomunicação adotados. Já os meninos delinquentes percebiam seus pais negativa e hostilmente, sentimentos que extrapolavam para o mundo em geral. Muitos deles sentiam que suas mães haviam tentado suprir, para com eles, o amor que os pais não lhes haviam dado. A delinquência juvenil, conclui Andry, pode ser encarada como consequência dos conflitos primários com pessoas do mesmo sexo, isto é, entre um menino e seu pai, ou entre um menino e figuras que, para ele, assumiram uma conotação de autoridade.

Os menores delinquentes ou com desvio de conduta, assim como os privados de condições essenciais a sua subsistência, saúde e instrução obrigatória são qualificados pelo Código de Menores como em situação irregular. Esse conceito abrange, também, as vítimas de maus tratos ou castigos imoderados impostos por seus pais e aquelas que estão sem a representação legal dos mesmos; aquelas sujeitas a perigo moral por se encontrarem habitualmente, em ambiente ou atividade contrários aos bons costumes. Como se pode perceber, aí estão incluídas duas categorias distintas de menores atingidos pelo processo de marginalização, e em que um grupo pode servir de passagem para o seguinte

- "a) menor carente - aquele que, em virtude do não atendimento de suas necessidades básicas e da ausência ou incapacidade dos pais ou responsáveis, se encontra em situação de abandono total ou de fato, ou está sendo vítima de exploração.
- b) menor de conduta anti-social - aquele que infringe as normas éticas e jurídicas da sociedade".
- (FUNABEM, 1978, p. 21).

Em outras palavras, é evidente que os componentes do primeiro grupo estarão sempre a um passo do ingresso no segundo sendo até mesmo difícil distinguirem-se as fronteiras que os separam.

Poder-se-ia então concluir que todos os esforços devem ser voltados para impedir que os menores do primeiro grupo ultrapassem os limites que os separam do segundo grupo. Entidades públicas ou privadas devidamente subsidiadas, voltadas para a política social de amparo ao menor devem ser estimuladas. É óbvio, entretanto que tais entidades devam assumir papel abrangente, que ampare as famílias, ao mesmo tempo que propiciem oportunidades de profissionalização, emprego e educação. Sabe-se porém, o quão difícil faz-se na prática, a generalização desses esforços; e as tentativas de sobrevivência feitas por menores em trabalhos impróprios para seu desenvolvimento, ou em que são explorados, podem ser até justificadas, já que a falta de orientação, aliada ao estado de necessidade, levam-nos a todos os descaminhos imagináveis (*).

(*) V. Anexo 4 (pág. 146 a 161).

IV.2.2 - Síndrome da criança maltratada

Quando se tem conhecimento de graves agressões contra crianças, como tratamento sádico, abusos de toda espécie, inclusive sexuais, em especial com estupro e/ou morte, a opinião pública se levanta revoltada. Como massa violenta tenta até fazer justiça com as próprias mãos e chega muitas vezes, ao linchamento dos culpados. Mesmo criminosos encarcerados têm agido dessa forma quando lhes dão por companhia réus de tais crimes.

Muitas vezes, acorrem às clínicas médicas, ambulatórios e hospitais de todo o mundo, crianças com fraturas, danos cerebrais, lesões internas, queimaduras e sintomas de envenenamento. As causas podem ser inúmeras, mas muitas delas têm origem comum: decorreram de atitudes violentas assumidas justamente por quem as deveria amar e proteger, isto é, por seus próprios pais. Os danos físicos mais graves podem requerer tratamentos difíceis e deixar sequelas permanentes como cegueira, surdez, deficiências mentais, prejuízos neurológicos e mutilações. Outros podem ser menos drásticos e de tratamento mais fácil. Em todos os casos, porém, os problemas emocionais costumam ser de recuperação demorada, além de exigirem atendimento familiar para estudo e prevenção de recidivas. Paralelamente aos mesmos, aspectos policiais - legais e econômicos têm que ser considerados.

Rheingold (apud Rascovsky, 1961) apresentando dados, já alarmantes há vinte anos atrás, afirma

"El abuso no parental de los niños según se observa

en los orfanatos, hospitales y escuelas, ha sido re-frenado, pero el abuso parental se mantiene constantemente entre nosotros (...) La Asociación Americana estima que 10.000 niños sufren abusos físicos cada año en los Estados Unidos y que la incidencia de tales malos tratos aumenta".

São fatos paradoxais que se nos apresentam: a revolta ante as agressões infantis, e simultaneamente sua ampla ocorrência. As origens arcaicas e profundas de tal contradição comportamental são procuradas com enfoque ora nas próprias crianças ora nos pais ou nas sociedades que as facultam. A questão é vista por Rascovsky (1961) como um fenômeno de profundidade e importância universais, a que deu o nome de "filicídio". Esta designação tem o objetivo de mostrar claramente a distinção entre o infanticídio comum e aquele perpetrado pelos próprios pais. As mesmo tempo em que se torna evidente a tendência a evitar o tabu, principalmente pela jurisprudência criminal, ao classificar ditos crimes de infanticídio e assim não caracterizá-lo como ato parental.

"paradójicamente, la matanza del hijo aparece exigida sin rodeos en diversos mitos básicos en las orígenes de la cultura; a menudo como um requisito esencial en las relaciones armónicas del individuo o de la sociedad con la deidad o como un fundamento del pacto con la misma (...) Por ello, todas las formas de actuación parental punitiva o restrictiva (...) deben incluirse psicológicamente en la conceptualización de filicidio atenuado, puesto que actúan en el inconsciente con dicha significación" (Op. cit., p. 198).

Somente a investigação psicanalítica permitiria, afirma o mesmo autor, a compreensão do significado e dos fundamentos da estruturação psíquica que levam ao filicídio assim como

dos motivos sociais que tendem a disfarçar, por meio de eufemismos, sua existência. Esse fenômeno tem sido observado nas diversas sociedades, de forma "tanto más evidente cuanto más primitiva y tanto más encubierta cuanto más evolucionada" (Op. cit., p. 202), não havendo, porém, condições para negá-lo.

Na maior parte dos países civilizados, os pais já não podem mais considerar os filhos como coisas ou propriedades, com direito de vida e morte sobre os mesmos. Entretanto, a violência parental contra sua prole continua ocorrendo por toda parte e em todas as camadas sociais. Estima-se em mais de um milhão o número de crianças americanas que sofrem injúria ou negligência anualmente, sendo que mais de 60.000 gravemente maltradas, 20.000 mortas; e que de todas as menores de 5 anos traumatizadas fisicamente, pelo menos de 10 a 15% sofreram violências não-acidentais. O volume desses dados deu origem a organizações voltadas para sua prevenção e socorro às vítimas. Nos Estados Unidos, surgiram as primeiras em 1874 e na Grã-Bretanha, em 1895. No Brasil, infelizmente, ainda não contamos com serviços assim especializados, embora em São Paulo, o Instituto da Criança esteja empenhado em criar condições para isso.

A crueldade praticada contra as crianças geralmente só se torna pública nos casos mais dramáticos em que há traumatismos, lesões graves e violências sexuais e mortes. Mesmo nessas condições a realidade é bem maior do que o número que chega aos hospitais, delegacias policiais ou Juizados de Menores, excetuando-se as mortes. Cifras bem maiores incluem também danos internos e emocionais, que afetam toda a vida e personalidade dos atingidos, além de casos menores, embora repetidos. E o mais de

sencorajador ainda é saber-se que, aqueles que sofrem na infância de abusos de qualquer espécie, inclusive sexuais, serão provavelmente os algozes do futuro, contribuindo para o aumento da violência e criminalidade no mundo.

Chamando a atenção para fatos tão clamorosos, Kempe (1961), descreveu ante a American Academy of Pediatrics o que classificou de "The Battered Child Syndrome". O que para nós seria literalmente "síndrome da criança espancada", mas que, por sua maior abrangência, é também chamada de "Síndrome da Criança Maltratada". Inicialmente referia-se a bebês, mas inclui crianças maiores. De fato, a maior incidência de vítimas encontrava-se entre bebês, mas depois observou-se que ocorre em qualquer idade.

Desde então, muitos estudos têm focalizado o tema dos maus tratos e negligência infantis sob todas as formas, suas características, tipologia, terapêutica, etc.

Jones (1982) apresenta resultados de diversas pesquisas sobre o tema do abuso infantil. Alguns dos autores postularam que o termo deveria abranger qualquer forma de tratamento que impedisse uma criança de atingir suas potencialidades seja em casa, na escola ou em qualquer lugar. Jones, como outros autores, não concorda com conceituação tão ampla que dificulta a operacionalização no planejamento de serviços de atendimento à criança maltratada.

Características comuns emergiram de vários desses estudos, permitindo maior conhecimento das causas e fatores que

contribuem para a probabilidade de ocorrências desse tipo. Como resultado, foi reconstruída uma tipologia referente a aspectos parentais e das crianças envolvidas, além de sugestões para ajuda. Quanto aos pais foram encontradas:

- alta incidência de desordens de personalidade;
- privação materna/paterna na biografia parental;
- atitudes parentais de rígido disciplinamento;
- percepção distorcida da criança;
- ignorância sobre comportamento e desenvolvimento infantis normais;
- comportamento parental impulsivo/baixa tolerância ao stress;
- circunstâncias sociais adversas;
- saúde fraca;
- classe social baixa.

(Idem, p. 32).

O autor ressalva o fato de que os aspectos acima descritos não levam, necessariamente à ocorrência de maus tratos e evidencia a possibilidade de tendenciosidade nas amostras que possibilitaram a tipologia apresentada.

Outro grupo de estudiosos britânicos encontrou os seguintes traços comuns nos assassinatos em ambiente doméstico:

- agente masculino;
- não o pai biológico;
- histórico criminal incluindo violência e prisão re-

cente;

- desempregado;
- tomando conta da criança enquanto a mãe trabalha fora;
- condenações anteriores por desonestidade e violência.

Outro esquema apresentado por Jones faz distinção entre abusos primários e secundários. Naqueles ocorre uma distorção fundamental de origem "compreensível", na relação pais-filhos e em que não estão envolvidas outras áreas de problemática social ou da personalidade. Já nos abusos secundários, a violência ou negligência costuma associar-se a dificuldade no lidar com as tarefas da criação infantil, graves desordens de personalidade ou doença mental.

Nos três tipos pertencentes ao grupo de abuso primário, geralmente a mãe é a agressora. No tipo 1, as principais características maternas são seu alto nível de expectativa; dificuldade de conseguir estabelecer bom relacionamento com determinada criança; separação neonatal; bebês difíceis de lidar; desapontamento pelo sexo da criança; estados depressivos e ansiosos, além de fadiga excessiva dentro dos seis meses após parto; idade da criança abaixo de oito meses. Nesses casos, qualquer ajuda oferecida é, geralmente, aceita com sentimentos de alívio e gratidão.

No tipo 2, há semelhança com o primeiro, porém com características maternas obsessivas. A mãe é geralmente perfec-

cionista e o marido pode ser crítico em demasia e castrador. Às vezes ela reconhece os problemas e procura ajuda antes que ocorram maus tratos mais sérios. A criança costuma estar na fase de aprendizado do andar. O incidente original costuma estar relacionado com a disciplina.

O tipo 3 é de mais difícil delimitação. A probabilidade de ser o pai o agressor aumenta correlativamente com a idade da criança; este geralmente, tem trabalho regular e altas expectativas. A criança costuma ser bem cuidada, mas mostrar sinais de perturbações emocionais, distúrbios do comportamento, rebelião, e sofrer punições que a revoltam.

Os sub-grupos, descritos dentro do critério dos abusos secundários, pertencem a seis tipos. Alguns compõem quadros de privação e caos social, com pais jovens padecendo de alto grau de depressão, "stress" e dificuldades em lidar com os problemas diários; outros, são formados por casais ainda adolescentes, que se uniram para fugir de lares desastrosos; alguns são compostos por pessoas com certo grau de subnormalidade mental, esquizofrenia crônica, epilepsia ou surdez e necessitam de assistência semi-institucionalizada. Geralmente desconhecem os problemas infantis e têm condições financeiras deficientes. Dois outros subgrupos, mais raros, são os que chegaram ao assassinato de seus filhos. Os autores dos mesmos são possuidores de graves desvios sociopáticos da personalidade, e em geral não são os pais verdadeiros. Quando são ocasionados pelas mães, suas infâncias foram quase sempre violentas, com baixa auto-estima, tiveram pais tiranos e, não raro, foram por eles agredidas. Pais com doenças mentais raramente atacam seus filhos, exceto alguns

casos de mães com psicose pós-natal.

Algumas pesquisas levantaram a questão da falta de formação de laços afetivos nos primeiros dias de vida, como responsável pela agressividade materna ou de sua negligência (Bowlby, 1976; Klaus e Kennell, 1976). Egeland e Vaughn (1981) mostraram que seus dados não confirmam a relação entre abuso infantil e negligência com os indícios de falta de formação de laços afetivos: prematuridade, complicações no parto, doenças do bebê e anomalias. O desenvolvimento ótimo da vinculação entre mãe e seu bebê tendo complexa etiologia, muitos fatores podem afetá-la inclusive, é claro, os cuidados afetivos que a favorecem. Citam esses autores o trabalho de Klein e Stern (1971) sobre a possível relação entre baixo peso no nascimento e a Síndrome da Criança Espancada. Sugerem que, apesar do alto número de crianças maltratadas ter sido de prematuras, ao menos de peso, a grande maioria das que nasceram nessas condições não chegaram a ser vítimas de agressões parentais. Na referência citada, Klein e Stern apresentam porém, quadros bastante sugestivos apoiando suas conclusões.

Table 2.—Analysis of the Records of 12 Low Birth Weight
($<2,500$ gm) Battered Infants

Case	Sex	Birth Weight (gm)	Gestational Age (Weeks)	Age at Diagnosis (mo)	Type of Battering	Newborn Problems	Newborn Hospital Stay (Days)
1	M	1,980	32	30	Multiple fractures	2 exchange transfusions	60
2*	M	1,050	27	24	Multiple fractures starvation ruptured stomach	Multiple, severe fractures (case reported)	80
3	F	2,367	32	24	Multiple fractures emotional deprivation	Prematurity only	14
4*	M	1,247	30	42	Starvation fractures	Hyperbilirubinemia 3 exchange transfusions apnea, severe hyaline membrane disease	66
5	F	1,984	32	2	Multiple fractures	Pneumonia Rh erythroblastosis 4 exchange transfusions	35
6	F	1,205	31	7	Severe neglect	Hyaline membrane disease asphyxia neonatorum cyanosis, severe	30
7*	F	2,268	?	48	Severe neglect	None	7†
8	M	1,814	35	12	Severe neglect dehydration	Abruptio placenta microcephaly	30
9	F	1,616	34	30	Multiple bruises	Birth asphyxia, severe hyperbilirubinemia 2 exchange transfusions	28
10	M	2,285	36	6	Multiple bruises skull fracture	Birth asphyxia microcephaly seizures	30
11	F	1,928	36	30	Multiple fractures	None	7†
12	F	2,070	30	18	Multiple fractures	None	7†
Mean		1,783	32.2 (n=11)	22			41.4 (n=9)

* Indicates death from battering.

† Estimate: these three cases were excluded from calculation of the mean.

A revisão teórica do tema da criança espancada em geral enfatiza o papel dos pais, afirmam Friedrich & Boriskin (1976) e Yates (1981). Os autores desses dois artigos fazem, porém, cuidadosa revisão da literatura especializada, mudando o enfoque para aspectos da criança, especialmente seus traços de personalidade.

Crianças emocionalmente perturbadas, após violências, foram por seis anos acompanhadas e estudadas por Yates (1981). Em seus achados, mostra que geralmente a agressão partira da

mãe, principalmente quando praticada contra bebês. Por ocasião da ocorrência de atos agressivos, demonstravam estar superextenuadas, irritadas, desanimadas e desamparadas; o choro do filho tendo sido o estopim deflagrador da violência. Outros autores encontraram também o stress parental como a maior causa desses procedimentos (Rapaport et alii, 1980; Roland, 1965; Saul, 1960); Soifer, 1982; Maldonado, 1981; Hughes, 1984). Na maioria dos casos, os danos foram lesões, ossos quebrados, queimaduras por água quente ou brasa de cigarro; fraturas antigas testemunhavam "acidentes" anteriores. No atendimento pediátrico prolongado, de Yates (1981) tres padrões comportamentais surgiram em crianças com mais de um ano.

- 1) Grupo destrutivo: extremamente irritáveis e raivosas, desobedientes e destruidoras; impulsivas agrediam as outras crianças e provocavam fantasias de maus tratamentos nas atendedoras; necessitavam de contínua atenção — Funcionamento precário do ego; composto principalmente por meninos — Posteriormente era o grupo mais propenso a agressões subsequentes, enurese diurna, raiva regressiva, crueldade para com outras crianças e animais. Pouco rendimento escolar e precário relacionamento. Traços de personalidade regressivos, labilidade emocional, e falta de tolerância à ansiedade.
- 2) Crianças assustadas: o grupo mais numeroso que incluía quase todas as meninas — Inicialmente mostravam-se retraídas, ansiosas e passivas, evitando contato com os outros, mas submissas; Deficiência cognitiva da

fala, crescimento e das funções do ego, embora menores que no grupo anterior. À medida que percebem o meio menos perigoso, passam a demonstrar problemas comportamentais como furto compulsivo, ansiedade manifesta, obstinação e busca inquieta por comida. Hiperativas por imaturidade.

- 3) Crianças especiais: o menor dos grupos e que ofereceu aspectos psicológicos interessantes. Composto por crianças com funcionamento precoce de ego em algumas áreas e prejuízo em outras - Agradáveis, atraentes, inteligentes. Apreendem facilmente o modo de lidar com cada atendente. Tolerância à frustração, controle dos impulsos, atenção, incrível capacidade de sublimação. Pobreza de relacionamento com outras crianças.

Os dados sugeriram formação precoce de traços narcísicos de personalidade, que juntamente com alguns fatores sociais e emocionais dificultavam o tratamento.

Enquanto nos dois primeiros casos as crianças são percebidas por seus pais e responsáveis como pouco gratificadoras, exigentes e voluntariosas, as do último grupo, "the private children receive intensely positive, as well as negative, projections by the abusive parents" (Op. cit., p. 61).

Friedrich e Boriskin (1976), concluem que tanto o enfoque específico na criança, quanto no polo oposto, na atuação parental, não podem ser concludentes:

"Abuse is the product of a complex set of interactions and assigning weights to any of its components is premature" (Op. cit., p. 588).

Para melhor compreensão das causas dos abusos, apresentam uma equação expandida de outra, inicialmente apresentada por Green:

- a) criança especial + pai especial + crise + tolerância cultural = abuso;
- b) criança especial + pai normal + crise + tolerância cultural = abuso
- c) criança especial + pai normal + tolerância cultural = abuso.

Explicam que a ênfase posta em apenas um dos fatores (psicopatologia parental, "stress" ambiental etc) pode obscurecer outras variáveis. O conhecimento pelos pais, de que algumas crianças podem levá-los a condições estressantes pode reduzir-lhes os sentimentos de culpa e assim auxiliar o tratamento. Assim sendo, chamam a atenção para a prevenção. Observam que as crianças com deficiências de qualquer espécie, sendo as mais passíveis de violências devem ser atentamente observadas em seus eventuais acidentes ou súbitos mal-estares, para que haja definição real de sua etiologia.

Mesmo nos dois tipos de enfoque, não são as condições específicas da criança ou aquelas dos pais os fatores mais dominantes a serem considerados. Importa mais a situação interacional deflagradora do abuso que, segundo Parke e Lewis (1981), pode ser assim esquematizada:

A - Direta: em que o papel na díade é recíproco

1) pai \rightarrow criança \rightarrow pai

2) mãe \rightarrow criança \rightarrow mãe

B - Indireta: em que a atuação de um dos pais sobre a criança é mediada pelo comportamento do outro genitor.

1) pai \rightarrow criança \Rightarrow mãe \rightarrow criança

2) pai \rightarrow mãe \Rightarrow mãe \rightarrow criança

3) mãe \rightarrow criança \Rightarrow pai \rightarrow criança

4) mãe \rightarrow pai \Rightarrow mãe \rightarrow criança

No campo psicossocial, há ainda pontos a observar. As práticas inadequadas de criação infantil e os limites parentais de resistência ao "stress". Mesmo sob tais condições afirma Parke

"the role of stress in abusive families, it may be necessary to treat stress not as an objectively quantifiable phenomenon but instead, as a subjective event that must be understood in terms of the individual and family's cognitive interpretation of the event" (Apud Parke & Lewis, p. 191).

Realmente, as condições estressantes, per se, não são suficientes para explicar os comportamentos desviantes. Com elas necessitam ser associadas as determinantes da situação de flagradora do atrito, os atributos psicológicos e biológicos individuais dos elementos envolvidos, e as características do sistema social que permitiram chegar à situação de violência.

Entre as variáveis psico-biológicas, convem não sejam esquecidas as variações emocionais - humorais ligadas às fases hormonais maternas. Isto porque, já ficou cientificamente provado, há mulheres com tensão pré-menstrual que as leva a comportamentos que não correspondem a suas disposições ordinárias. Nessas fases, podem ocorrer instabilidades emocionais com atitudes auto ou heteroagressivas, depressões sérias e propensão a acidentes.

Entretanto, as famílias não são entidades isoladas, auto-suficientes. Estão inseridas em contextos sociais onde se nutrem mutuamente. Desta forma, nos grupos familiares em que ocorrem abusos infantis, a sociedade tem importante parcela a ser compreendida. O "stress" que leva aos maus tratos infantis pode ser deflagrado por condições relacionadas às diversas classes sociais e, também, a fatores mais gerais. Ainda Parker & Lewis, mostram que mesmo os pais normais são socializados dentro de padrões culturais que permitem a manifestação da violência. Tal posição é evidenciada em um modelo que considera os três aspectos interrelacionados:

- a sanção cultural da violência e agressão
- a família com seus padrões próprios de criação in-
fantil
- a comunidade que sustenta o "modus operandi" fami-
liar

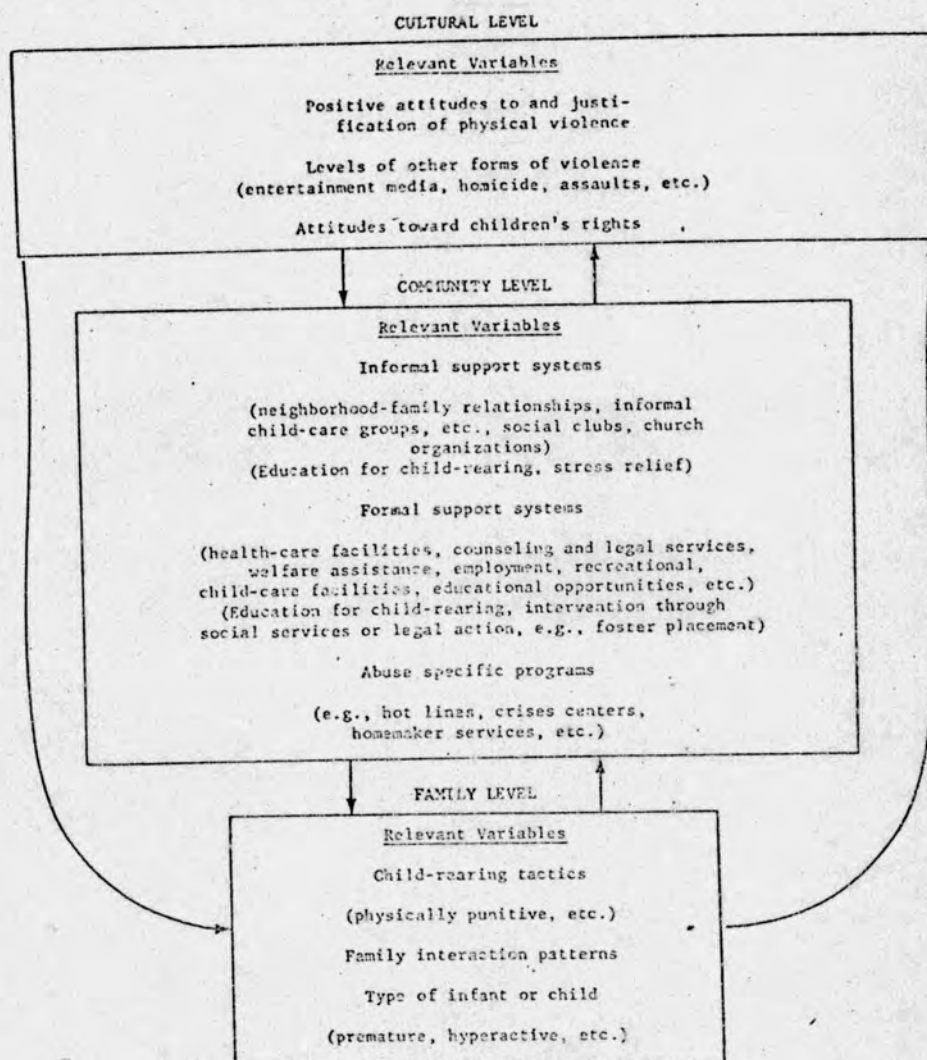


Figure 6.1. A multilevel social interactional model of child abuse.

De acordo com o modelo apresentado, também a intervenção deve obedecer e atender aos níveis citados. A curto prazo, deve voltar-se para a solução da crise familiar e sua prevenção. A longo termo, visar a modificação tanto de indivíduos, quanto dos padrões familiares; e o estabelecimento de programas de suporte comunitário e mudanças culturais quanto às diversas formas de atitudes violentas (*).

(*) V. Anexo 5 (pág. 162 a 163).

C O N C L U S ã O

O problema central deste estudo poderia ser sintetizado na seguinte pergunta: como preparar a criança de hoje para ter uma personalidade sadia? Esta indagação demonstra uma preocupação futura, ou seja, com o adulto de amanhã, e tem resposta na múltipla aproximação teórica à situação atual da mulher. A abordagem é social, abrangendo porém referências psicológicas diversos.

Desses pressupostos, o principal diz respeito à influência das relações mãe e filho sobre o desenvolvimento físico e emocional e intelectual deste último. Complementa-o o ponto de vista que associa delinquência juvenil à identificação negativa com a figura do pai.

A aceitação das posições teóricas expostas leva à consideração da necessidade de conscientização da mulher para as responsabilidades que daí advêm, e para as quais deve estar preparada. Sua conduta como mulher, por exemplo, depende das relações que mantenha consigo mesma, da valorização de sua feminilidade e das tarefas que seja capaz de exercer; é conhecendo seu corpo e suas funções, suas emoções e potencialidades que pode tomar decisões lúcidas quanto à questão de tornar-se, ou não, mãe. Reconhecendo seus direitos ao desenvolvimento afetivo e escolha de parceiro sexual, deve considerar também, que os filhos que conceber cobrarão seus próprios direitos à proteção, educação, amor e a um pai.

A estrutura e dinâmica familiares alicerçam-se não só

na opção matrimonial mas, principalmente, no apoio efetivo que o pai dará aos filhos, o que indiretamente, sustenta a posição da mãe. Ademais, a postura da mulher, frente a direitos e obrigações relativos a todos os papéis que venha a desempenhar, serve como indicador do seu grau de maturidade e capacidade de arcar com as consequências de seus atos (v. quadro à página 138). Quanto mais consciência tiver, mais segurança emocional experimentará e melhor será seu relacionamento familiar, que incidirá diretamente sobre o desenvolvimento da personalidade infantil. Se assim não for, estará expondo a criança a abusos e explorações externos, que propiciam futuros comportamentos desviantes. Em vista disso, é de suma importância que a mãe saiba interpretar as mensagens não explícitas de seus filhos para melhor protegê-los.

Finalizando, deve considerar-se que a cultura que admita o estabelecimento de abusos e maus-tratos infantis, ou que justifique a violência física para com os mais fracos, enseja também a situação inversa - filhos oprimindo e maltratando os pais - e o desencadeamento da espiral ascendente da desorganização social, com todo o espectro que vai das drogas à violência contra a vida, a natureza e a propriedade.

B I B L I O G R A F I A

- ACKERMAN, NATHAN, W. Psicoterapia de la familia neurotica. Buenos Aires, Paidós, 1969, 304 p.
- ADORNO, T.W.; FRENKEL-BRUNSWICK, ELSE Et Alii. The Authoritarian Personality. New York, Harper & Brothers, 1950, 990p.
- AINSWORTH, MARY, D. SALTER, Et Alii. Patterns of Attachment: a psychological study of the strange situation. Hills Dale, New Jersey (etc) John Wiley & Sons, 1978, 391p.
- AJURIAGUERRA, J. de. Manuel de Psychiatrie de l'Enfant. Paris, Masson et Cie, 1970, 1023p.
- ALLPORT, GORDON, W. Personalidade: padrões e desenvolvimento. São Paulo, Herder, Ed. da Univ. de São Paulo, 1969, 721p.
- ANDRY, ROBERT, G. Delinquency and parental pathology: a study in forensic and clinical psychology. Norwich and London, Fletcher & Son, 1971, 189p.
- BADINTER, ELISABETH. L'amour en plus: histoire de l'amour maternel (XVII^e - XX^e Siècle). Paris, Flammarion, 1981, 372p.
- BARDWICK, JUDITH, M. Psychology of Women: a Study of Bio-Cultural conflicts. New York, Harper & Row, 1971, 242p.
- _____. Mulher, Sociedade, Transição. São Paulo, Difel, 1981, p.
- BELL, RICHARD, Q. Retrospective Attitude Studies of Parent-Child Relations. Child Development, 29 (3): 323-337, Sept. 1958.

BELL, RICHARD, Q. Isolation of Elevation and Scatter Components in Personality and Attitude Questionnaires. Educational and Psychological Measurement, 22 (4): 699-714, Wint., 1962.

_____. & MILLER, WALTRAND. Child-Rearing Practices Reported by Schoolchildren in Bavaria. The Journal of Social Psychology, 117 (1): 13-18, june, 1982.

BELTRÃO, PEDRO CALDERAN. Família e política social. Rio de Janeiro, Agir, 1962, 316p.

BERGER, PETER, L. & LUCKMANN, THOMAS. A Construção Social da Realidade. Petropolis, Vozes, 1976, 247p.

BERGIER, JACQUES ET ATHANASIEDES-MERCANTON MARGUERITE. Le Developpement de l'Enfant. Psychologie du Développement. Suisse Université de Lausanne, 1971. Cap. 3; 48fl.

BETTELHEIM, BRUNO. The problem of generations. In: ERIKSON, ERIK, H. Youth: change and challenge. New York and London Basic Books /c. 1983/ p. 84-92, 1963.

BIBRING, GRETE, S. Some Considerations of the Psychological Processes in Pregnancy. Psychoanalytic Study of the Child, 14: 113-121, 1959.

_____. & DWYER, THOMAS, F.; HUNTINGTON, DOROTHY, S. & VALENSTEIN, ARTHUR, F. A Study of the Psychological Process in Pregnancy and of the Earliest Mother-Child Relationship. I. Some Propositions and Comments. Psychoanalytic Study of Child, 16: 9-27, 1961.

BLOCK, JACT. Personality characteristics associated with fathers' attitudes toward child-rearing. Child Development, 26 (1):

41-47, mar., 1955.

BOLTON Jr. F.G. No Turning Back: The School and Child Maltreatment. Educational Leadership, : 25-26, mar, 1983.

BOWLBY, JOHN. Separation Anxiety. In: MUSSEN, PAUL, H.; CONGER, JOHN, J. & KAGAN, JEROME. Readings in Child Development and Personality. New York, Avaston and London, Harper & Row, Publishers, 1965, 1965, p. 140-148.

_____. La Separacion Afectiva. Buenos Aires, Paidós, 1976, 444p.

_____. El Vinculo Afectivo. Buenos Aires, Paidós, 1976, 418p.

_____. Nota sobre o Contexto Histórico da Teoria da Vinculação. In: A Vinculação: "Attachment". Lisboa, Socicultur, 1978, p. 45-46.

BRASIL, Leis, Decretos etc. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, comentado por Clovis Bevilacqua. Edição Histórica. Rio de Janeiro, Sociedade Cultural Limitada, 1977.

BRUNQUELL, DONALD; CRICHTON, LESLIE; EGELAND, BYRON. Maternal, Personality and Attitude in Disturbances of Child-Rearing. Amer. J. Orthopsychiat. 51(4): 680-691, Oct., 1981.

CANEVACCI, MASSIMO. Dialética da Família. SP, Brasiliense, 1982, 282p.

CAPLAN, GERALD. Princípios de psiquiatria preventiva. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, 323p.

CATTELL, R.B. & KRUG, S.E. Personalidade: a opinião do experimentador. In: Nova Antropologia; o homem em sua existência biológica, social e cultural. São Paulo, EPU. Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. V. 5, p. 101-117.

- CAVALLIERI, ALYRIO. 1.000 Perguntas - Direito do Menor. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1983, 260p.
- CHESS, STELLA & THOMAS, ALEXANDER, Infant Bonding: Mystique and Reality. Amer. J. Orthopsychiat, 52 (2): 213-221, Apr., 1982.
- CLINARD, MARSHALL, B. Las implicaciones teóricas de la anomie y la conducta desviada. In: Anomia x Conducta desviada. Buenos Aires, Paidós, 1967, p. 15-63.
- COGSWELL, BETTY, E. Variant Familiy Forms and Life Styles: Rejection of the Traditional Nuclear Family. The Family Coordinator, 24(4): 391-406, Oct., 1975
- CONGER, JOHN JANEWAY et alii. Antecedents of delinquency: personality, social class, and intelligence. In MUSSEN, PAUL HENRI. Readings in Child Development and Personality. New York, Evaston and London, Harper & Row, (1965), p. 442-470.
- COSTA ACEVEDO, HILDA SIMÕES LOPES. Do Abandono à Delinquência. 1a. ed. Rio de Janeiro, Shogun Arte, 1983.
- CUNHA, MARIA OCTÁVIA. Cartilha de Direito de Família. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1983. 187p.
- DAVID, PEDRO, R. Sociologia Criminal Juvenil. Buenos Aires, De palma, 1979, 241p.
- DESMOND, M.M.; RUDOLPH, A. J., et alii. The transitional care nursery: a mechanism of a preventive medicine, Pediatr. Clin., North Am. 13: 651-668, 1966.
- DICKSTEIN, ALICE. Biopsicologia Pré-Natal. Journal Brasileiro de Medicina, 46(4): 26-27, abr. 1984.

- DIGNAN, M. HAVARD. Ego Identity and Maternal Identification. Journal of Personality and Social Psychology, 1 (5): 476-483. 1965.
- DOWLING, COLETTE. Complexo de Cinderela. São Paulo, Melhoramentos, 1981, 222p.
- EGELAND, BYRON. Failure of "Bond Formation" as a Cause of Abuse, Neglect, and Maltreatment. Am. J. Orthopsychiat, 51 (1): 78-84, Jan. 1981.
- ELBOW, MARGARET. Children of Violent Mariages: The Forgotten Victims. Social Casework: The Journal of Contemporary Social Work, 63(8): 465-471, Oct. 1982.
- ERIKSON, ERIK, H. Infancia y Sociedad. Buenos Aires, Paidós, 1959, 365p.
- _____. Identidad, Juventud y Crisis. Buenos Aires, Paidós, 1971, 260p.
- EYSENCK, H. J. A Desigualdade do Homem. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, 258p.
- FERREIRA, ANTONIO, J. The Pregnant Woman's Emotional Attitude and its Reflection on the Newborn. Am. J. Orthopsychiat. 30 (3): 553-561, Jul. 1960.
- FERREIRA, ROSA MARIA FISHER. Meninos da rua. São Paulo, Ibrex /s.d./, 173p.
- FILLOUX, J.C. A personalidade. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966, 136p.
- FREED, ANNE O. Building Theory for Family Practice. Social Casework: The Journal of Contemporary Social Work: 472-481, Oct. 1982.

FRIEDRICH, WILLIAM, N. & BORRISKIN, JERRY, A. The Role of the Child in Abuse: a review of the literature. Am. J. Orthopsychiatry, 46(4): 580-591, Oct. 1976.

FUNABEM. O "menor - problema social" no Brasil e a ação da FUNABEM. Rio de Janeiro, MAPS/FUNABEM, 1978, 142p.

GILLIGAN, CAROL. New Maps of Development: New Visions of Maturity. Amer. J. Orthopsychiatry, 52(2): 199-211, Apr. 1982.

GOMES, ORLANDO. Direito de Família. Rio de Janeiro, Forense, 1978, 514p.

GUNTRIP, HARRY. El Self en la teoría y la terapia psicoanalíticas. Buenos Aires, Amorrortu, 1971, 196p.

HARLOW, HARRY, F. As afetividades. In: A Vinculação: "Attachment". Lisboa, Socicultur, 1978, p. 47-57.

HASELOFF, O.W. Comunicação, transformação e interação. In: Nova Antropologia: o homem em sua existência biológica, social e cultura. São Paulo, EPU, Ed. da Univ. de São Paulo, V. 5; 1977, p. 66-100.

HEBB, D.O. On the Nature of Fear. In: MUSSEN, PAUL, H., CONGER, JOHN, J.; KAGAN, JEROME. Readings in Child Development & Personality. New York /etc/, Harper & Row, 1965, p. 169-192.

HENDERSON, RONALD, W. Parent-Child Interaction. New York /etc/, Academic Press, 1981, 335p.

HOFFMAN, LYNN. Foundations of Family Therapy: a conceptual framework for systems change. New York: Basic Books, 1981, 377p.

HUGHES, JAMES, G. Sinopse de Pediatria. Rio de Janeiro, Cultura Médica, 1984, 931p.

- JONES, BLURTON NICHOLAS. Estudos Etológicos do Comportamento da Criança. São Paulo, Pioneira Ed., 1981, 414p.
- JONES, DAVID, N. Understanding Child Abuse. Great Britain, Hodder & Stoughton Ltd., 1982, 299p.
- JONES, E.; De GROOT, J.L.; THOMPSON, C.; VAN OPHUIJSEN, J.H.; HORNEY, K.; FREUD, S.; GREENACRE, P.; MASLOW, A.H.; MARMOR, J.; LORAND, S. Psicoanálisis y Sexualidad Femenina. Buenos Aires, Paidós, 1967, 277p.
- KAGAN, JEROME. Socialization of Agression and the Perception of Parents in Fantasy. Child Development, 29(2): 311-319, Jun., 1958.
- _____. The Concept of Identification. In: THOMPSON, G. Ed. Social Development and Personality. New York, John Wiley & Sons, Inc., N.Y., 1971, p.
- KANNER, LEO. Factores Sociales de la Actitud. 3. Factores determinantes de la attitude. In: YOUNG, K. et alii. Psicología de las Actitudes. Buenos Aires, Paidós, 1967, p. 36-38.
- KAPLAN, DAVID, M. & MASON, EDWARD. Maternal Reactions to Premature Birth Viewed as an Acute Emotional Disorder. Am. J. Orthopsychiatry, 30 (3): 539-552, jul. 1960.
- KARDINER, ABRAM. O conceito de personalidade básica. In: Cardoso, Fernando Henrique & Ianni, Octavio. Homem e Sociedade. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1976, 317p.
- KEESING, FELIX M. Antropologia Cultural. 1a. ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, V. 2, 1961, p.
- KHAN, M. MASUD, R. Prefácio. in: WINNICOTT, D.W. Testes se-

- lecionados: da pediatria à psicanálise. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, 526p.
- KHAN, M. MASUD, R. Psicanálise: teoria, técnica e casos clínicos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977, 397p.
- KLAUS, MARSHALL, H. & KENNEL, JOHN. Maternal-infant bonding. Saint Louis. The C.V. Mosby Company, 1976, 260p.
- KLEIN, MICHAEL & STERN, LEO. Low Birth Weight and the Battered Child Syndrome. Amer. J. Dis. Child, 122: 15-18, jul. 1971.
- LANG, JUDITH. Beyond Polarization: the Holistic Approach to Family Practice. Social casework: The Journal of Contemporary Social Work, 63 (7): 394-401, Sept., 1982.
- LEAL, CESAR BARROS. A delinquência juvenil: seus fatores exógenos e prevenção. Rio de Janeiro, AIDE, 1a. ed., 1983, 109p.
- LEVY, DAVID, M. Maternal Overprotection. New York, Columbia University Press, 1947, 417p.
- MALDONADO, MARIA TEREZA. Comunicação entre Pais e Filhos. Petrópolis, Vozes, 1981, 165p.
- MARTINS, CYRO. A criação Artística e a Psicanálise. Ed. Sulina, Porto Alegre, 1970, 88p.
- MEAD, MARGARET. El hombre y la mujer: un enfoque revolucionario de las relaciones entre ambos sexos. Buenos Aires, Mirasol, 1966, 374p.
- MEHTA, FRENY. The Scientific consensus and recent british philosophy. Bombay, Popular Press, 1980. V. 1; 301p.
- MERTON, ROBERT, K. Anomie, Anomia e Interacción Social: contextos de conducta desviada. In: CLINARD, MARSHALL, B. ed. A-

- nomia y Conducta Desviada. Buenos Aires, Paidós, 1967, p. 201-226.
- MULHERN, RAYMOND, K., Jr. and PASSMAN, RICHARD, H. The Child's Behavioral Pattern as a Determinant of Maternal Punitiveness. Child Development, 50: 815-820, jul. 1979.
- MUSSEN, PAUL, H. CONGER, JOHN, J. & KAGAN, JEROME. Readings in Child Development & Personality. New York, etc. Harper & Row, 1965, 480p.
- NICKERSON, EILEEN, T. Learned Helplessness and Depression: Traditional Mothering as a Depressing Life Style. Boston University /s.d./, 26fls.
- ORLANSKY, HAROLD. Infant Care and Personality. Psychological Bulletin, 46(1): 1-48; Jan., 1949.
- PARKE, ROSS, D. & LEWIS, NANCY, G. The family in context: a multilevel interactional analysis of child abuse. In: HENDERSON, RONALD W. ed. Parent-child interaction. New York /etc/ Academic Press, 1981, p. 169-204.
- PIAGET, J. & INHELDER, B. A psicologia da criança. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968, 146p.
- PICHON-RIVIÈRE, ENRIQUE. Del Psicoanálisis a la Psicología Social. Buenos Aires, Ed. Galerna, 1971. V. 2, p. 193.
- PIZZOLANTE, MARIA LUCIA D'ÁVILA. Guia dos Direitos da Mulher. Rio de Janeiro, 1984, 102p.
- RAPOPORT, RHONA; RAPOPORT, ROBERT & STRELITZ, ZIONA. Fathers, Mothers & Society: perspectives on parenting. New York. Random House, 1980, 421p.

- RASCOVSKY, ARNALDO Y MATILDE et alii. Niveles profundos del psiquismo. Buenos Aires, Sudamericana, 1971, 343p.
- RAY, JOHN. Authoritarianism/Libertarianism as the second dimension of social attitudes. The Journal of Social Psychology, 117: 33-44, 1982.
- REICH, BEN & ADCOCK, CHRISTINE. Valores, Atitudes e Mudanças de Comportamento. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- RIBBLE, MARGARET, A. Os Direitos da Criança: as necessidades psicológicas iniciais e sua satisfação. Rio de Janeiro, Imago, 1970, 125p.
- ROGERS, CARL, R. Em retrospecto quarenta e seis anos. In: _____ Rosenberg, R.L. A Pessoa como Centro. São Paulo, EPU/Ed. da Univ. de São Paulo, 1977, Cap. 1, p. 29-45.
- _____. Tornar-se Pessoa. Santos, Martins Fontes, 1973, 342p.
- ROKEACH, MILTON. Crenças, Atitudes e Valores. Rio de Janeiro, Interciência, 1981, 178p.
- ROLAND, THARP, G. Marriage Roles Child Development and Family Treatment. Amer. J. Orthopsychiatry, 35(3): 531-538, 1965.
- RUTTER, MICHAEL. Maternal Deprivation Reassessed. Middlessex, England, Penguin Books, 1982, 285p.
- SALTON, JORGE ALBERTO. Gravidez Indesejada: fatores psicológicos e sociais associados à sua ocorrência. In: Temas de Psiquiatria. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 1980, p. 105-118.
- SARAIVA, TEREZINHA. O Menor Autor de Infração Penal. Brasília, MAPS/FUNABEM, 1983, 42p.

SCHAEFER, EARL, S. & BELL, RICHARD, Q. Development of a Parental Attitude Research Instrument. Child Development, 29(3): 339-361, Sept., 1958.

SCHLUDERMAN, SHIRIN & SCHLUDERMAN, EDUARD. Conceptual Frames of Parental Attitudes of Fathers. The Journal of Psychology, 75 (2): 193-204, jul. 1970.

. Conceptualization of Maternal Behavior. The Journal of Psychology, 75(2): 205-215, jul. 1970.

. A Methodological Study of a Revised Maternal Attitude Research Instrument: Mother's PARI Q4. The Journal of Psychology, 95 (1): 77-86, jan. 1977.

. Response Set Analysis of Mother's Form of Parental Attitude Research Instrument (PARI). The Journal of Psychology, 86(2): 327-334, Mar., 1974.

. Sociocultural Change and Adolescents' Perceptions of Parent Behavior. Developmental Psychology, 19 (5): 674-685, 1983.

SEARS, ROBERT, R.; MACCOBY, ELEANOR, E. & LEVIN HARRY. Patterns of Child Rearing. Evanston /etc/. Row, Peterson and Company, 1957, 549p.

SELFE, LORNA & STOW, LYNN. Children with handicaps. Great Britain, Hodder and Stoughton Ltd., 1981, 247p.

SHAFFER, DAVID, R. & BRODY, GENE, H. Parental and Peer Influences on Moral Development. In: HENDERSON, RONALD, W. ed. Parent-Child Interaction: theory, research, and Prospects. New York

/etc/, Academic Press, 1981, p. 83-124.

SHAW, MARVIN, E. & WRIGHT, JACK, M. Scales for the Measurement of Attitudes. New York /etc/, Mc Graw Hill, 1967, 604p.

SIMONNET, DOMINIQUE. Intelligence: Les premiers pas. L'Express, /s.1./, 1982, p. 72-79.

SLATER, PHILIP, E. Parental Behavior and the Personality of the Child. The Journal of Genetic Psychology, 101 (1): 53-68, 1962.

SLUCKIN, W. Imprinting y Aprendizaje Temprano. Buenos Aires, 1968, 238p.

SOARES, ORLANDO. Perspectivas para a Emancipação da Mulher. Rio de Janeiro, Liber Juris, 1978, 101p.

SOIFER, RAQUEL. Psicodinamismos da Família com Crianças: Terapia familiar com técnica de jogo. Petrópolis, Vozes, 1982, 271p.

SPITZ, RENÉ, A. No y Sí: sobre la genesis de la comunicación humana. Buenos Aires, Paidós, 1972, 196p.

_____. El Primer Año de Vida del Niño: Genesis de las primeras relaciones objetales, 3a. ed. Madrid, Aguilar, 1973, 127p.

SUGARMAN, MURIEL. Paranatal Influences on Maternal-Infant Attachment. Am. J. Orthopsychiatry, 47(3): 407-421, July, 1977.

TERUEL, GUILHERMO, T. Diagnóstico y Tratamiento de Parejas en conflicto. 1a. ed. Buenos Aires, Paidós, 1974, p.

THARP, ROLAND, G. Marriage Roles, Child Development and Family Treatment. Am. J. of Orthopsychiatry, 35 (3): 531-538, 1965.

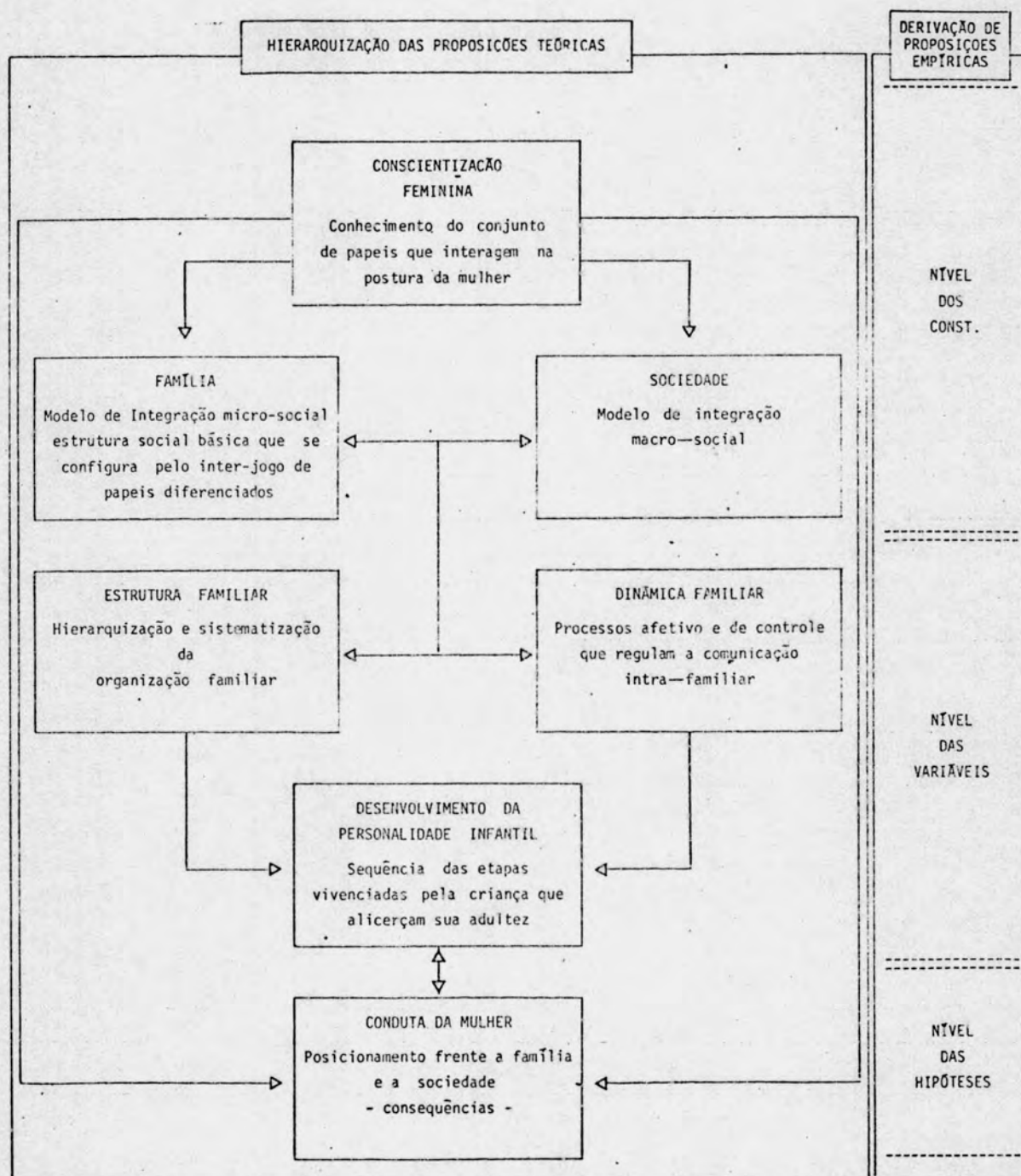
- THUILLIER, PIERRE. La cause des femmes et l'écologie. La Recherche, 15 (151): 80-83, Jan. 1984.
- VALLADÃO, HAROLDO. História do Direito Especialmente do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1977, 234p.
- WINNICOTT, DONALD, W. Conosca a su Niño. Buenos Aires, Hormé, 1962. 189p.
- _____. O Brincar e a Realidade. Rio de Janeiro, Imago, 1975, 203p.
- _____. Textos selecionados: da pediatria à psicanálise. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978, 525p.
- WINNICOTT, D.; GREEN, A.; MANNONI, O.; PONTALIS, J.B. y otros. Donald W. Winnicott. Trieb. Buenos Aires, 1978, 125p.
- WOLFF, PETER, H. Observation on Newborn Infants. Psychosomatic Medicine, 21(2): 110-118, 1959.
- YARROW, LEON, J. Maternal Deprivation: Toward an Empirical and Conceptual Re-evaluation. Psychological Bulletin, 58(4): 459-490; jul. 1961.
- YATES, ALAYNE. Narcissistic Traits in Certain Abused Children. American J. Orthopsychiatry, 51(1). 55-62, Jan. 1981.
- YOUNG, K.; FLÜGEL, J.C. et alii. Psicologia de las Actitudes. Buenos Aires, Paidós, 1967, 178p.
- ZAZZO, RENÉ, A. Vinculação. In: A Vinculação "Attachment". Lisboa, Socicultur, 1978, p. 17-43.
- ZIMMERMAN, SHIRLEY, L. The Family: building block or anachronism. Social casework. The Journal of Contemporary Social Work, 61 (4): 195-204, Apr. 1980.

ZUCKERMAN, MARVIN & NORTON, JAMES. Response Set and Content Factors in the California F Scale and the Parental Attitude Research Instrument. The Journal of Social Psychology, 53(1). 199-210, 1961.

& RIBBACK, BEATRICE BARRETT; M ONASHKIN, IRWIN and NORTON, JAMES, A. Jr. Normative Data and Factor Analysis on the Parental Attitude Research Instrument. Journal of Consulting Psychology, 22(3): 165-171, 1958.

A N E X O S

ANEXO 1



ANEXO 2

cados são realmente área indígena.

das

O GLOBO - 11/07/1984

Foto de Antonio B. Moura



Vizinhos juntaram-se aos dois irmãos no protesto em Pinheiros

Briga de pais leva filhos a protesto

SÃO PAULO — Inconformados com a morosidade da Justiça no julgamento do processo de separação litigiosa de seus pais e com o fato de suas opiniões não terem peso na definição do caso, Flávia Angélico, de 15 anos, e seu irmão Rodrigo Pacheco Angélico, de 13, organizaram ontem à tarde manifestação de amigos, vizinhos e familiares diante do Fórum do bairro de Pinheiros.

O Promotor da 3ª Vara de Família, Carlos Eduardo Ataíde, pensou em princípio em abrir inquérito para a apuração dos fatos, mas

se limitou a pedir a detenção dos manifestantes e a apreensão de faixas e cartazes.

O pai dos adolescentes, advogado Américo Angélico, é Presidente da Subseção do Ibirapuera da Ordem dos Advogados do Brasil e a mãe é a cientista Cláudia Bernhard, estando o casal separado há sete anos. Agora as crianças desejam viajar com a mãe, que irá lecionar em uma universidade norte-americana, mas o Juiz, segundo elas, só estaria disposto a autorizar quando elas completarem 21 anos.



En février dernier, la *Recherche* (n° 130, p. 245) rapportait que des chercheurs australiens avaient présenté pour la première fois des données expérimentales sur la congélation d'embryons humains : ces embryons provenant de fécondation externe, *in vitro* avaient été congelés dans l'azote liquide à -196°C , puis décongelés et placés dans l'utérus de leur mère suivant une procédure très banalisée en pratique vétérinaire. Aujourd'hui en France, l'hôpital Béchère à Clamart et l'hôpital Necker à Paris conservent des embryons humains à très basse température, en liaison avec un laboratoire de l'INRA à Jouy-en-Josas spécialisé dans des travaux analogues chez les animaux d'élevage. (1)

L'objectif de ces tentatives est d'améliorer la technique des «bébés-éprouvettes» pour permettre à certaines femmes stériles d'avoir cependant un enfant : les œufs humains obtenus en surabondance sont conservés, ce qui permet de tenter à chaque cycle menstruel un remplacement dans l'utérus maternel (voir figure).

Il est facile d'imaginer que, avec l'accroissement du nombre de candidatures à la fécondation *in vitro* liée aux premiers succès de la méthode, se constitueront de véritables banques d'embryons, comme existent déjà des banques de sperme humain, les C.E.C.O.S.. Elles pourraient être utiles non seulement aux parents donneurs d'embryons qui cherchent à lutter contre leur propre stérilité, mais également, en cas de surplus, à de tierces personnes. Certes, à ce jour, aucun enfant n'est né dans le monde après congélation de ses premières cellules. Mais les essais de congélation se multiplient. Et on peut penser que très rapidement, le juriste, le magistrat auront à traiter des conséquences humaines et sociales de ces nouvelles données, puisqu'à partir du moment où un embryon peut être congelé il peut être transféré chez une autre femme, voire vendu... Ainsi, peut-on imaginer quelques exemples qui ne relèvent pas de la fiction :

— Un embryon confié par une patiente à un hôpital pour un essai de congélation éclate au moment de la décongélation. Cet espoir déçu de maternité ne pourrait-il pas être sanctionné par le biais d'une action en responsabilité ?

— Deux femmes qui attendent chacune le succès d'une fécondation *in vitro* s'entendent pour échanger mutuellement, en cas de meilleure chance de l'une, l'embryon qu'elles espèrent avoir en surplus. L'une d'entre elles obtient deux embryons, l'un est transplanté sur celle-ci, l'autre congelé, dans l'attente d'être déposé dans l'utérus de l'autre candidate à la maternité. Les deux enfants naissent. Quelques mois plus tard, la mère «biologique» revendique l'enfant né de sa voisine d'hôpital... Le mari de celle-ci au contraire désavoue cet enfant... Ce dernier pourrait-il faire établir sa véritable filiation tant maternelle que paternelle ?

— Ailleurs, un couple marié obtient de faire congeler leur embryon. Le mari meurt accidentellement. La femme, après quelques mois d'hésitation, décide de se faire implanter cet embryon. L'enfant naît... Les parents du mari viennent contester la vocation à héritage de cet enfant né hors mariage...

— Quelles réponses donner encore pour des cas à notation pénale tels que le vol, la substitution, la destruction volontaire ou le commerce d'embryons ? Après tout, il existe bien une banque de sperme de prix Nobel, pourquoi pas une banque d'embryons appartenant à tel groupe social supposé privilégié ?

Un aménagement législatif apparaît donc nécessaire dès à présent, avant même la banalisation future des transplantations différées d'embryons que permettra l'essor inévitable des techniques de congélation. Il convient de poser une définition juridique de l'embryon, de préciser les procédures nécessaires au bon usage de cet embryon, d'aménager les conséquences des progrès médicaux, de prévenir les abus, de prévoir le statut des enfants nés de ces nouvelles techniques. De même, il pourra difficilement être fait l'économie d'une réponse à la question suivante : qui, de droit, pourra recevoir un embryon congelé ? (2)

La congélation : une pratique aujourd'hui illégale.

Dans le cadre actuel, la congélation d'embryons humains apparaît constituer une pratique illégale. Le droit à la vie, prérogative essentielle de l'être humain, est en effet reconnu à l'homme dès sa conception (lois des 17 janvier 1975 et 31 décembre 1979 sur l'interruption volontaire de grossesse). Il ne peut être porté atteinte à ce principe qu'en cas d'avortement thérapeutique ou dans les dix premières semaines de la grossesse.

L'être humain dispose donc d'une personnalité juridique dès sa conception. Certes, elle n'est que conditionnelle puisque la mère doit accepter de mener à bien sa grossesse et l'enfant naître ultérieurement vivant et viable. Mais elle existe. En conséquence, dans l'état actuel du droit français, toutes les études sur l'embryon humain conçu *in vitro* et conservé grâce à la technique de la congélation apparaissent illégales, comme n'ayant pas été spé-

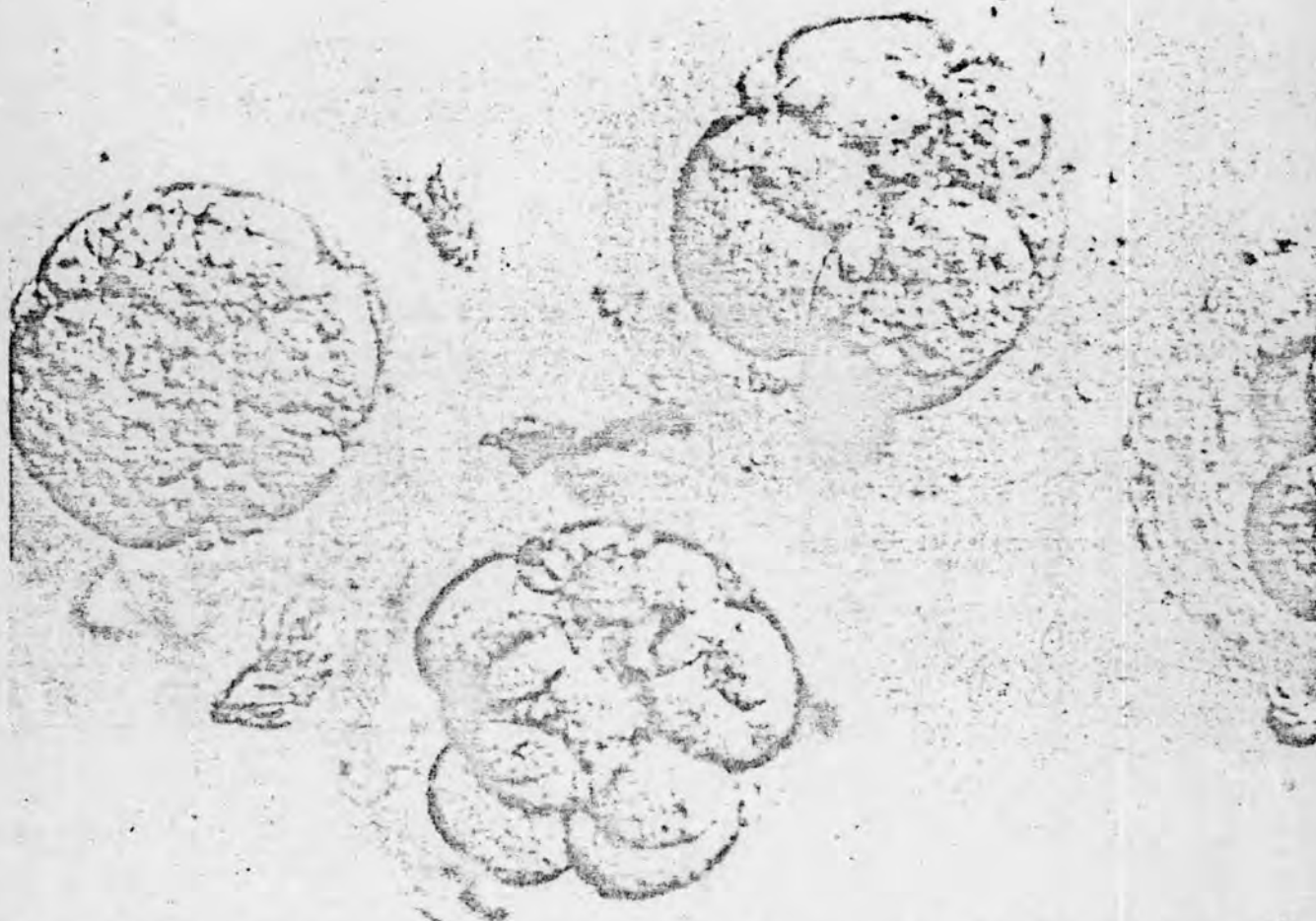
cifiquement autorisées et leurs conditions définies. La transplantation immédiate d'un embryon dès sa conception *in vitro* n'entre pas dans ce cadre puisque, entre la fécondation et la transplantation, il n'y a pas, à proprement parler, de manipulations biologiques.

Dans quelles conditions la manipulation d'embryons congelés peut-elle devenir licite ? Faut-il au contraire l'interdire et se limiter à la seule fécondation *in vitro* ? Dans ce dernier cas, le nombre d'œufs disponibles pour la transplantation dans l'utérus de femmes candidates à la maternité serait considérablement restreint. De même, on éliminerait toute possibilité de manipulation, notamment l'étude scientifique du début du développement de la vie, des anomalies chromosomiques, etc. Il convient de séparer là, très soigneusement, l'aspect médical, en vue de «produire un enfant» et l'aspect scientifique. En effet, ces études peuvent être effectuées sur une partie seulement de l'embryon, l'autre partie prélevée par microchirurgie pouvant conserver sa viabilité et, après congélation, être transplantée pour se développer normalement dans l'utérus maternel.

Considérons d'abord cet aspect scientifique, en supposant acquis ce que nous discuterons plus loin, que la manipulation d'embryons congelés peut être autorisée. Le caractère licite des «manipulations» scientifiques pourrait être évalué au fur et à mesure de leur réalisation. Ce n'est qu'en fonction de cas concrets et des résultats envisagés que l'on pourrait apprécier si les techniques utilisées peuvent déboucher sur un danger pour l'espèce humaine. C'est d'ailleurs pour permettre une évaluation préliminaire des risques au fur et à mesure des découvertes et une information du public que le sénateur Henri Caillaud a, dans une récente proposition de loi au Sénat, suggéré l'élargissement de la composition de l'actuel comité d'éthique de l'INSERM dans le but de contrôler les investigations avec, comme critère, le besoin thérapeutique. Il a également proposé la création d'un institut de bioéthique, comme il en existe aux Etats-Unis, qui serait chargé de définir des règles de conduite applicables aux progrès de la biologie et aux risques qu'ils peuvent entraîner (3). La C.F.D.T. a, elle aussi, suggéré récemment la mise en place d'un organisme pour un contrôle social des expérimentations scientifiques, organisme qui pourrait être saisi par des associations diverses ou de simples particuliers (4). Ces différentes structures, qui pourraient regrouper non seulement des chercheurs et des médecins, mais aussi des représentants du public, des parlementaires, des magistrats, devraient pouvoir arrêter tel ou tel projet de recherche.

Une procédure d'abandon des embryons.

Mais à qui appartient l'embryon, qui peut légalement autoriser sa congélation, sa manipulation éventuellement ? Nous



La fécondation externe de l'œuf humain est une méthode qui permet à certaines femmes stériles de mener à bien une grossesse. Il s'agit de femmes dont les trompes sont bouchées et ne permettent pas la rencontre de l'ovule et du spermatozoïde. Pour «court-circuiter» l'obstacle, l'ovule est alors prélevé dans l'ovaire, fécondé en laboratoire par le sperme du conjoint, puis réplacé près de 3 jours plus tard dans l'utérus maternel pour s'y développer jusqu'à terme (*la Recherche*, n° 130, p. 144, fév. 1982).

Aujourd'hui, plusieurs enfants conçus par cette méthode — dite aussi des «bébés éprouvettes» — sont nés. Mais les échecs restent très nombreux. Aussi pour tenter de multiplier les chances de réussite, les chercheurs ont-ils commencé à congeler les embryons humains. Une stimulation hormonale permet de recueillir plusieurs ovules à la fois. Les 4 embryons de la photo proviennent ainsi de la même femme. Avec un 5^e embryon, ils ont tous été fécondés en même temps *in vitro* puis cultivés pendant un peu plus de 48 heures à 37°. Le 5^e embryon a été remis en place sur la femme, les autres sont conservés à très basse température et stockés actuellement à l'hôpital Béchère. En cas d'échec, lors d'une première tentative, un œuf décongelé pourra alors être replacé dans l'utérus le cycle suivant et ainsi de suite jusqu'à l'obtention d'une grossesse. La photo montre l'aspect des embryons au début de la congélation.

Très vite, l'essor des techniques de congélation peut conduire à la création de véritables banques d'embryons humains. Dès lors, à qui appartiennent ces embryons congelés ? Peuvent-ils être transférés chez une tierce personne, voire vendus ? Que se passerait-il en cas du décès des parents donneurs ? Quel serait le statut de l'enfant à naître ? etc. Autant de questions qui soulignent l'urgence d'un contrôle éthique de ces recherches et la nécessité d'un aménagement législatif pour, dès à présent, prévoir les conséquences humaines et sociales que ces techniques ne manqueront pas d'avoir. (Cliché Renard-Testart).

l'avons dit précédemment, l'embryon humain devient «personne humaine» dès sa conception. Mais c'est un être exempt de volonté. Ne jouissant d'aucune intégrité mentale, il doit par conséquent être représenté par des personnes qui sont elles-mêmes libres de leur jugement. Ces personnes ne peuvent être que ses parents : le médecin n'ayant eu qu'un rôle technique, est étranger à cette relation. Seuls donc les parents agissant en qualité de représentants de l'embryon doivent avoir la possibilité, soit d'affecter celui-ci à leur descendance, soit le confier à l'institution médicale. C'est pour protéger ce choix que la loi doit intervenir afin de préserver le caractère libre et sans ambiguïté du consentement des parents. Ce consente-

ment devrait présenter un caractère solennel, être effectué devant une personne légalement habilitée à le recevoir, être inscrit sur un registre officiel chaque embryon étant référencé. La tenue d'un tel registre, à l'instar des registres d'état civil, devrait être contrôlée chaque année par une personne extérieure au monde scientifique. L'affectation des embryons serait ainsi tenue secrète mais sans clandestinité.

L'accès aux cryoembryothèques : un droit pour tous ?

Les parents devraient, comme en matière d'adoption bénéficier d'un délai de rétraction de trois mois, leur consentement ne devenant effectif qu'après expiration de ce délai et le refus des parents de don-

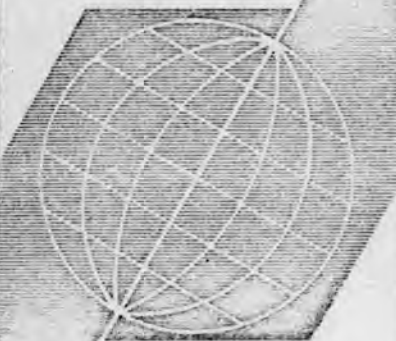
ner un embryon à la science devant toujours être respecté.

L'embryon étant légalement donné, qui peut le recevoir, lui assurer ainsi la naissance ? L'accès aux services dispensés par les futures banques d'embryons humains doit-il être libre pour toute personne ? Il semble que la possibilité nouvelle de procréer offerte par ces techniques entre parfaitement dans la définition de la santé établie par l'OMS «état de complet bien-être physique et mental permettant le plein épanouissement de chacun». Le recours à ces techniques de procréation «induite» par la science contribuant nécessairement au bien-être du patient peut par suite être toujours considéré comme un acte thérapeutique.

MESUCORA
PHYSIQUE


82

EXPOSITION
INTERNATIONALE
DE LA RECHERCHE
A L'AUTOMATISME




6-11 DECEMBRE 1982
PARIS
PORTE DE VERSAILLES
FRANCE

même lieu, mêmes dates :



Exposition Internationale
de l'Equipeement Electrique



Commissariat Général SEPIC
40, rue du Colisée
75381 Paris Cedex 08
Tél. : (1) 359.10.30
Télex 640 450 F SEPIC

GERP TUL

Les centres d'études et de conservation du sperme humain (CECOS) ont élaboré des critères très stricts pour admettre qu'une femme puisse bénéficier d'une insémination artificielle par donneur (IAD) (5). L'IAD n'est possible qu'au profit d'une femme mariée et sous certaines conditions.

Le problème ici n'est plus médical mais social, la législation se faisant simplement le reflet de l'évolution des mœurs comme de la sensibilité ambiante et la devançant rarement. Certains estiment ne pas devoir reconnaître en toutes circonstances le droit de la femme à la maternité, le seul bénéficiaire reconnu des nouvelles techniques de procréation étant le couple mais jamais la femme célibataire ou veuve ; de telles techniques devraient en outre n'avoir qu'un but médical, celui de lutter contre la stérilité ou d'éviter la transmission de maladies génétiques à la descendance du couple (6). D'autres, comme le professeur Michael Thomas en Angleterre, parlent au sujet de la transplantation d'embryons humains, du « caprice de patientes mettant en danger des vies humaines » (7). D'autres encore estiment suspecte la volonté que pourrait présenter une femme veuve d'avoir un enfant de son mari décédé (8).

La Déclaration Universelle des Droits de l'Homme (en son article 16) et la convention européenne des Droits de l'Homme (art. 12) reconnaissent pourtant, sous les termes du droit pour chacun de fonder une famille, la liberté qu'a tout individu, quelque soit son statut matrimonial, de donner la vie. Il est désormais possible en France, pour une seule personne de l'un ou de l'autre sexe, de plus de 30 ans, de demander l'adoption plénière (9). Alors pourquoi pas l'IAD ou la transplantation d'embryons ? Aux Etats-Unis, 9,5 % des médecins pratiquant l'IAD reconnaissent avoir inséminé des femmes qui n'avaient pas de partenaires masculins (6). Il est donc devenu impossible d'écarter ce débat et il semble raisonnable, comme le dit le sénateur Caillaud dans sa proposition de la loi sur l'IAD, de discuter publiquement du droit de la femme célibataire ou vivant en concubinage ou veuve, d'accéder aux services des futures banques d'embryons, au même titre que la femme mariée (10).

Un droit qui existe déjà : l'adoption.

Ce droit d'accès de tout individu à la procréation rendu possible par les cryoembryothèques devrait, bien sûr, avoir pour corollaire le nécessaire respect de l'intérêt du futur enfant. Pourquoi dans ce cas ne pas utiliser la procédure classique d'adoption ? Tout candidat à la transplantation d'un embryon conçu par des tiers devrait alors obtenir un jugement d'adoption de cet embryon, lequel embryon serait porté par la mère adoptive, le médecin ayant la responsabilité, au moment de la transplantation, de vérifier que la mère « receveuse » est bien la mère adoptive. Dès lors, la « location » de l'uté-

rus d'une femme par une autre, comme il existait autrefois des mères nourricières, deviendrait impossible, et ferait échec à une pratique effective aux Etats-Unis de rémunération de « mères porteuses ». Le jugement pourrait être pris par le Tribunal de Grande Instance compétent aujourd'hui en matière d'adoption ou, pourquoi pas, par un tribunal composé, peut-être de juges, mais aussi de représentants, du monde médical et scientifique, ainsi que des associations familiales, féminines ou autres... Le débat est ouvert.

Le recours à la notion de « l'intérêt de l'enfant à naître ».

Une telle procédure permettrait l'examen des demandes, dans le but de vérifier que les « conditions appropriées pour assurer le bien-être du futur enfant » sont remplies (11). Le tribunal pourrait examiner aussi le cas de la femme veuve qui désirerait se voir transplanter l'embryon conçu pendant le mariage. Le recours à ce tribunal pourrait alors garantir qu'une telle demande n'est pas détournée de son but, notamment pour modifier une succession ou en cas de remariage, et, si cette demande était admise, permettre l'attribution de la paternité et du nom du mari à l'enfant né de cette transplantation.

Au-delà de ce dernier cas, une telle solution permettrait de définir le statut des enfants nés d'un don d'embryon, par analogie avec le statut des enfants qui font l'objet d'une adoption plénière soit par un couple, soit par une personne seule, et qui bénéficieraient de l'établissement par jugement, d'une filiation légitime.

La référence par la loi à de telles solutions présente un caractère d'extrême urgence : aujourd'hui, en cas de transplantation dans le cadre du mariage après don d'embryon, l'enfant pourrait être désavoué par le mari de la mère, même si celui-ci a donné son accord (12). En cas de concubinage, le concubin de la mère, même s'il reconnaît l'enfant, pourrait ensuite contester cette reconnaissance. La loi du 3 janvier 1972 sur la réforme du droit de filiation a en effet privilégié le principe de la filiation biologique et n'a pas prévu ces cas, ni même pris en compte les incidences de l'insémination artificielle, technique qui était pourtant déjà utilisée à l'époque. Il conviendrait d'attribuer la filiation légitime à tous les enfants nés de l'adoption d'un embryon et les intégrer ainsi totalement dans leur famille « receveuse ». Ainsi, pourrait s'exercer pleinement et en toute sécurité, un véritable droit à la procréation au même titre qu'il existe un droit à la santé, à l'éducation, dont l'Etat est redevable envers les personnes.

Ainsi, les problèmes posés par l'existence d'embryothèques et par la réussite (future) des implantations différées, sont-ils aisément solubles dans le cadre des principes du droit existant et par simple adaptation et transposition de dispositions admises. Le tout est de le faire...

Elisabeth Panthou



Edwards e Steptoe, com o relatório: a técnica pela qual nasceu Louise sob controle

INGLATERRA

Além da ficção

Comissão fixa normas para os bebês de proveta

Forte e saudável. Louise Brown, a primogênita entre os chamados "bebês de proveta", comemorou na semana passada o seu sexto aniversário. Desta vez, porém, a festa ficou em família. Tendo hoje a companhia de outros 140 bebês também nascidos da fecundação de um óvulo em laboratório, e convivendo com inusitadas questões jurídicas envolvendo embriões e bancos de sêmen, Louise já não é novidade.

Nesse campo, de fato, a ciência avança com extrema ousadia e com rapidez cada vez maior. Foi exatamente para fixar normas e princípios num campo inteiramente novo e, por isso mesmo, ainda não enquadrado nos conceitos éticos e jurídicos estabelecidos que uma comissão, a serviço do governo da Inglaterra, divulgou há poucos dias o resultado de seu trabalho de dois anos: um abrangente conjunto de mais de sessenta recomendações sobre a melhor maneira de se transportar uma situação saída diretamente da literatura de ficção científica para a realidade humana cotidiana.

Para esse exercício de futurismo científico, ético e jurídico, dezesseis personalidades, lideradas pela conceituada pensadora Mary Warnock, ouviram leigos e especialistas como os médicos Robert Edwards e Patrick Steptoe, pioneiros da fertilização

artificial, para compor seu relatório final. Com toda a naturalidade, o relatório — que só deve chegar ao Parlamento no ano que vem — aprova, por exemplo, a fecundação de óvulos de animais com sêmen humano, para fins de pesquisa e diagnóstico, sob a condição de que os embriões assim obtidos sejam destruídos num prazo de 48 horas, no máximo. Da mesma forma, admite o uso de embriões inteiramente humanos para pesquisas, desde que com consentimento por escrito dos "pais", se disponíveis, e com a garantia de que tais embriões serão destruídos num prazo máximo de catorze dias.

RESPOSTAS — Essas normas seriam controladas por uma comissão estatal, constituída de leigos e cientistas. Ela deveria resolver, por exemplo, casos complicados como o de Mario e Elsa Rios, os "pais" de dois embriões congelados há mais de três anos no Hospital Rainha Vitória, de Melbourne, na Austrália. O casal morreu num acidente de avião, sem deixar instruções sobre o destino dos óvulos fecundados. O caso teve mais um complicador: eles deixaram fortuna calculada em 8 milhões de dólares e uma inconcebível questão sobre os dois embriões. Caso fossem descongelados e trazidos à vida também teriam direito à herança?

Outra situação típica que deveria ser resolvida pela futura comissão é a da viúva francesa Corinne Parpalaix, de 23 anos, que luta, nos tribunais de Paris, pelo direito de ser fecundada com o sêmen que seu marido, morto de câncer no ano

passado, depositou num banco especializado ao adoecer, em 1981.

"MÃES DE ALUGUEL" — A comissão Warnock, aberta a quase todos os métodos e pesquisas sobre fertilização, só proíbe explicitamente dois deles: a implantação de embriões humanos em úteros de animais e o uso das "mães de aluguel", que alugam ou emprestam seu útero para o desenvolvimento de embriões alheios. "Muitos acontecimentos imprevistos podem ocorrer entre o início de um acordo de 'aluguel' e o momento de entregar a criança, e eles podem alterar todo o quadro", justifica o relatório, ao proibir esse tipo de prática.

Alheia às controvérsias que cercam o assunto, a comissão Warnock não se detém em considerações como a do Vaticano, para o qual "todas as interven-

ções sobre o patrimônio genético da pessoa humana que não tenham por fim corrigir anomalias constituem uma violação do direito à integridade física e se contrapõem ao bem da família". Pelo contrário, Mary Warnock e seus colegas recomendam que se estendam a clínicas em todo o país e se integrem ao sistema previdenciário britânico todos os novos tratamentos de esterilidade — seja a "inseminação artificial por doador (AID)", que não implica a remoção do óvulo e já concebeu mais de 2 000 bebês só na Inglaterra, ou a "fertilização *in vitro* (IVF)", a fecundação do óvulo em laboratório, e sua mais recente extensão, o congelamento e posterior implantação dos embriões obtidos por meio desse processo.

O conjunto de recomendações montado pela comissão Warnock, após entrevistar mais de 1 000 pessoas e organizações, foi o primeiro a lidar com o lado não-científico das técnicas de fertilização artificial. Deverá, contudo, ser seguido por outros. Na Austrália, uma comissão prepara-se para apresentar seu próprio relatório, nas próximas semanas, e, nos Estados Unidos, vinte dos cinquenta Estados já possuem algum tipo de legislação sobre o assunto. Pioneira nesse tipo de tratamento, a Inglaterra dá agora o primeiro passo para sua regulamentação. "Têm de haver algumas barreiras que não possam ser ultrapassadas, alguns limites além dos quais as pessoas não tenham autorização para avançar", adverte a comissão Warnock. "A própria existência da moralidade depende disso."

Em Nova York, um em três bebês é de mãe solteira

NOVA YORK — Uma em cada três crianças nascidas na cidade de Nova York é filha de mãe solteira, informou ontem o jornal "The New York Times" em um longo artigo sobre as causas e consequências do aumento de nascimentos fora do casamento. As estatísticas indicam que, em relação a 20 anos atrás, o número de bebês nesta situação é três vezes maior.

Para os especialistas citados pelo jornal o mais grave é a consequência desta situação, pois as crianças de mães solteiras tendem a viver em meio à pobreza e a enfrentar mais dificuldades para se educar e encontrar trabalho. Também destacam que elas apresentam problemas psicológicos para assumirem suas responsabilidades como adultos.

O resultado de toda esta gama de dificuldades vai se refletir então sobre os serviços sociais da cidade, advertem os especialistas. A tendência, segundo eles, é de que os gastos com assistência, segurança e saúde aumentem, repercutindo por sua vez sobre a qualidade de vida da população em geral.

Mas, ao contrário do que se pensa, Nova York não é a única cidade onde

esta tendência cresce a olhos vistos. Cidades como Newark, Baltimore, Washington, Atlanta, Detroit e Filadélfia também mostram um substancial aumento do número de nascimentos fora do casamento. E em algumas delas os índices são ainda maiores que os de Nova York. Segundo dados de 1981, 59,8 por cento das crianças nascidas em Newark, Nova Jersey, eram filhas de mães solteiras e em Baltimore esta porcentagem era de 58,1.

AS CAUSAS

As estatísticas variam também — e substancialmente — segundo o bairro analisado. Assim, enquanto em toda Nova York a porcentagem é de 37 por cento, no bairro do Harlem chega a 79,9. As diferenças são destacadas pelos especialistas para explicar as causas que estão levando a esta situação.

Assim, para os sociólogos mais liberais, o fato de o índice se mostrar muito mais alto justamente nos bairros mais pobres comprova que são pessoas desempregadas e abandonadas pelos sistemas de assistência social que tendem a ter filhos sem pai. Segundo Eleonor Holmes Nor-

ton, professora de Direito da Universidade de Georgetown, 55 por cento das crianças negras nascidas nos EUA são filhas de mães solteiras.

— Estas crianças vêm, portanto, de famílias com poucos recursos e, em geral, estão condicionadas a viver em um meio pobre — diz Eleonor — ropondo que, de imediato, se desencadeie um programa especial para educar os jovens, desde pequenos, sobre os problemas decorrentes de uma gravidez precoce.

Mas esta visão não é compartilhada por todos os especialistas da área educacional. Particularmente para aqueles que são contrários aos amplos sistemas de assistência desenvolvidos na sociedade americana, as causas do aumento de filhos de mães solteiras teriam outras origens. Assim, segundo a maior parte dos altos funcionários da Administração Reagan, os próprios sistemas de apoio aos carentes seriam os responsáveis pela situação. Sol Blumenthal, do Departamento de Saúde, entrevistado pelo "New York Times", insistiu em que a sociedade vem ajudando nestes casos ao proporcionar fundos de beneficência e programas de auxílio aos carentes.

Milhares de mulheres são esterilizadas no Nordeste

PORTO ALEGRE (AGS) — Política nacional da população e planejamento familiar. Este é o projeto-de-lei que será encaminhado pelo Governo ao Congresso Nacional esta semana, segundo revelou o deputado federal cearense, Haroldo Sanford (PDS), que é presidente do Grupo Parlamentar para Estudo da População e Desenvolvimento, durante reunião da Comissão Especial sobre a questão demográfica brasileira, da Assembleia Legislativa gaúcha. De acordo com Haroldo Sanford, o objetivo deste projeto é o de permitir que os brasileiros, sem qualquer espécie de discriminação, decidam livre e responsavelmente, sobre o número de filhos e o espaçamento entre eles.

Este projeto observa alguns princípios, entre eles o de que a política demográfica brasileira é de domínio soberano do Governo do Brasil, que não aceitará interferências externas, de caráter oficial ou privado, na sua política neste setor. O deputado explicou que o projeto considera o planejamento familiar como uma decisão do núcleo familiar, não devendo sofrer interferência governamental. Capacidade de recorrer ao planejamento familiar não deve ser um privilégio das famílias abastadas, por isso, consta no projeto que cabe ao Estado proporcionar as informações e os meios que sejam solicitados por famílias pobres,

como ainda colocar à disposição da população todos os métodos anticoncepcionais cientificamente aprovados, excluindo práticas abortivas. Também será facultado ao casal escolher o método anticoncepcional que melhor lhe convier, garantindo-se a livre escolha por motivos de ordem médica, ética ou religiosa. De acordo com Haroldo Sanford, com estes mecanismos, o Governo visa aprimorar a qualidade e o aumento da expectativa de vida do povo, como ainda diminuir a mortalidade no País, especialmente a infantil, entre outros aspectos.

ESTERILIZADAS

SALVADOR (AGS) — No debate sobre Planejamento Familiar, que dominou o último dia do VI Congresso de Ginecologistas e Obstetras, nesta capital, o presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado e médico Luis Humberto Pinheiro, denunciou que milhares de mulheres em idade fértil no Norte e Nordeste do País estão sendo esterilizadas.

De acordo com levantamento promovido pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os métodos de planejamento familiar empregados no Amazonas, cujos dados foram revelados na Bahia por Luis Humberto Pinheiro, somente em Manaus, 33 por cento das mulheres em idade fértil já foram esterilizadas. O DIA 27/4/84

Violência contra mulher vai ser lembrada pelas feministas de Brasília

Brasília — O Dia Nacional de Luta contra a Violência sobre a Mulher, a ser comemorado, quarta-feira, 10, será lembrado pelo maior grupo feminista do Distrito Federal com atuação no Plano-Piloto, o Brasília Mulher, através da divulgação de uma nota. Enquanto isso, na Ceilândia, cidade-satélite com enorme concentração de população de baixa renda, a Delegacia Policial constata: em média, 15 casos de espancamento de mulheres são, diariamente, registrados ali.

Para a professora de Antropologia da Universidade de Brasília, Lia Zanoto, o relacionamento homem/mulher, dentro da família, vem se tornando, a cada dia, mais difícil. Baseada numa pesquisa feita junto a algumas dezenas de famílias de classe média e baixa, a socióloga e seus alunos observaram que as mudanças relativas à emancipação da mulher, no contexto do casal, não vêm ocorrendo nos níveis que se imagina.

Punição

Segundo Lia Zanoto, diplomada e doutorada pela USP, mulheres da classe popular vão para as delegacias e para os tribunais contra os homens que as espancam porque, em suas cabeças, a noção de disciplina, hierarquia e castigo é mais forte que nas mulheres de classe média.

"A mulher pobre acha que o homem que a maltrata deve ser castigado, ir para a cadeia, e isso a gente não vê na mulher de classe média que apanha também, em iguais proporções, mas quando resolve tomar uma medida é quase sempre a separação, o desquite", observou.

O domínio moral e físico da mulher pelo homem — "quando ele bate quer exatamente demonstrar isso", revela Lia Zanoto — foi observado a partir da pesquisa sobre o papel da mulher na família de classe baixa e média.

— Percebemos que o homem, em se considerando o eixo decisório da família e desde que seja responsável pelo sustento da casa, exerce o papel de juiz da mulher. Ele julga, controla e dirige a família enquanto ela é apenas uma extensão do marido — lamentou Lia Zanoto.

Ela comentou ainda que nesse estudo feito com seus alunos do Departamento de Ciências Sociais da UNB, onde pretendem, essencialmente, analisar a divisão emocional dentro da família, notaram a existência de uma mulher traída pela presença do marido, e, o que é pior, a seu ver, uma mulher aceitando e legitimando seu papel de apêndice do homem.

Como é possível que a sociedade aceite como natural a violência do homem contra a mulher? Como é possível que a família, que possui uma base cultural sólida, sustente esse tipo de violência? — indagou.

Mão cortada

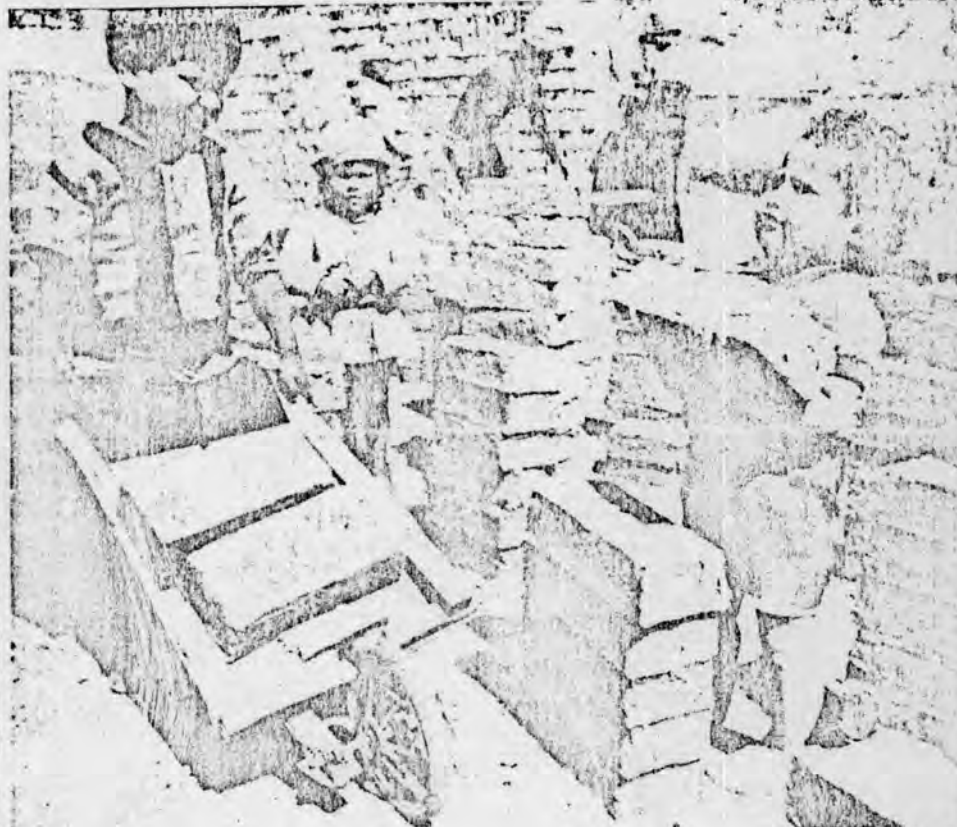
Professora há 16 anos, sete em Brasília, Lia Zanoto ilustrou esse questionamento com dois exemplos ocorridos no curso da pesquisa e que a deixaram perplexa: "Os espancamentos domésticos de mulheres ocorrem também em outros países mais desenvolvidos, como nos Estados Unidos, mas aqui, essa violência por vezes simbólica, por vezes física, atinge as novas gerações. Encontramos casos de moças da universidade que apanham dos namorados e sobornos de mulheres que são espancadas por deixarem de servir o marido, como foi o caso de uma que teve sua mão amputada por não ter feito o jantar do companheiro", arrematou.

Jornal do Brasil 8/10/84

ANEXO 4



Mattison—Gamma-Liaison



J. P. Lefont—Sygma

A child to reap and a child to tow, a child to weave and a child of woe: Few know that they are entitled to anything better

SPECIAL REPORT

All Work and No Play

The world's youngest laborers sacrifice their childhood in days of endless toil.

*For every labor there is a reason, and a child for every labor under heaven:
A child to hoist, and a child to tow;
A child to hire out, and a child to lock in;
A child to reap, and a child to sew;
A child to push, and a child to pull.
What gain has the child from his toil?*

The cries of working children can be heard the world over. The International Labor Organization estimates that 75 million children between 8 and 15 work in the labor forces of the developing world; the United Nations suggests that almost twice that number work worldwide. Children today often labor under extremely hazardous conditions, handling poisonous chemicals, inhaling noxious fumes, hauling excessive weights. They are usually overworked, underfed and underpaid—if they are paid at all. Many risk both their physical and mental well-being and surrender their childhood so that they, and their families, can survive.

Though many countries have laws that forbid the use—and abuse—of children in the work force, the ILO states that "there are no grounds for optimism" that the plight of working children will improve

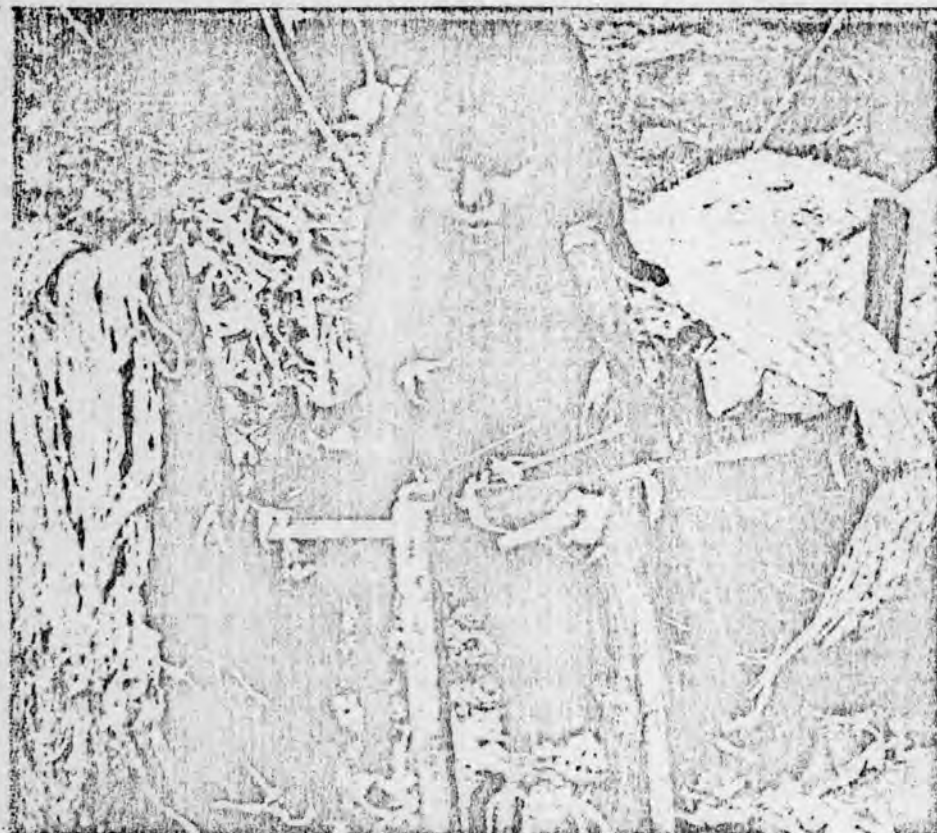
anytime in the near future. That dour conclusion stems from one inescapable fact: the families of most working children depend on their labors in order to stay alive. In agrarian societies, children are expected to take a place beside their parents in the fields from the time they can walk. In industrializing societies, the circumstances are often equally grim. "Since the step up of industrialization, we have witnessed a huge migration from rural regions," says Luiz Paschoal Marra of Brazil's Federal Welfare Institution for Minors. "But cities still lack the infrastructure to absorb that migration. The result is poverty, and families have to count on the efforts of all members to survive."

Only the most affluent societies regard child labor as a social problem—but even there the protracted economic recession has caused some of the moral strictures against child labor to be ignored. "I know of many families where unemployment is present for the first time, and the only person working is a son or a daughter," says a former British welfare official. "Under these circumstances, it is only too easy for parents to turn a blind eye to their child's illegal employment." In Britain, a quarter of all youths

between 13 and 16 now hold part-time jobs. In West Germany, a recent investigation uncovered 344,000 violations of child-labor laws in Bavaria alone. And in Italy 21 percent of all children between 10 and 15 work at least part time. "The famous bambino worship is a myth," says Italian social worker Claudio Betti. "With the desolation of urban poverty, traditional family relationships seem to break down, and there is only exploitation."

Because child labor means cheap labor, the young—even the very young—are often the most employable in developing and recession-plagued economies. The director of a medium-size textile enterprise in Istanbul admits without hesitation or regret that 70 percent of his employees are between 15 and 17. "They provide the same productivity as adults," he says, "but for a fraction of the cost." A Thai factory owner finds youthful employees attractive for other reasons as well. "They are more manageable and more adept at certain kinds of jobs," he says. "Also, they don't go out and get drunk." Their legal daily minimum wage is \$2—but he rarely pays them that much.

Children, or course, are unlikely to or-



Baldev—Sygma



J. P. Laffont—Sygma

anize or to complain to authorities when they are overworked and underpaid. Haitian children who spend the majority of their waking hours fetching water earn only one penny for each 25-pound load. Most Mexican children are paid about 50 cents a day, although the legal minimum wage is nearly \$4. And the 40,000 Indian children who package fireworks earn a daily wage of 40 cents, while their employers make \$150 million annually. Few of these children know of their legal rights, and even fewer question their meager earnings and often dire work conditions. Instead, most are grateful to be working. "There are always strings of kids waiting to take our job," says one Italian youth who works in an automotive spare-parts shop. "You may earn a pittance, but you put up with it." Often, however, children put up with far worse.

Rampai, 14, yearned for big-city life. When she was sold by her mother for \$100 to do one year's work in a Bangkok thread factory, Rampai left the rural northeast with few doubts. But she never got to sample any exotic urban sights. She spent her days packed inside a hot, dark room with 13 other young girls. When she was ill, Rampai still had to work her regular 10-hour shift, six days a week. And when she was idle, she was kicked or beaten with a stick. Finally, Rampai ran away. "We did not have enough to eat, and we had to sleep on the hard floor," she recalls. "I could stand that—it was the beatings I couldn't take."

The working conditions children endure are often appalling. In Asia and the Pacific, children routinely work endless hours,

sleep on factory floors and subsist on scanty rations. "It verges on slavery when children are locked up without proper lighting and proper food and nobody takes care of their health," says Mechai Viravaidya of Thailand's Population and Community Development Council. Young Indian factory workers who fail to follow instructions are sometimes branded with red-hot iron rods, and some teen-age Thai prostitutes are disciplined by having acid thrown in their faces. For the thousands of South American, Caribbean and African children who are rented out as maids and houseboys, there is no recourse when they are overworked, beaten and raped. Says an official of Kenya's Child Welfare Society: "There is

A Colombian miner: Big tasks, small pay

Bosco—Gamma-Liaison

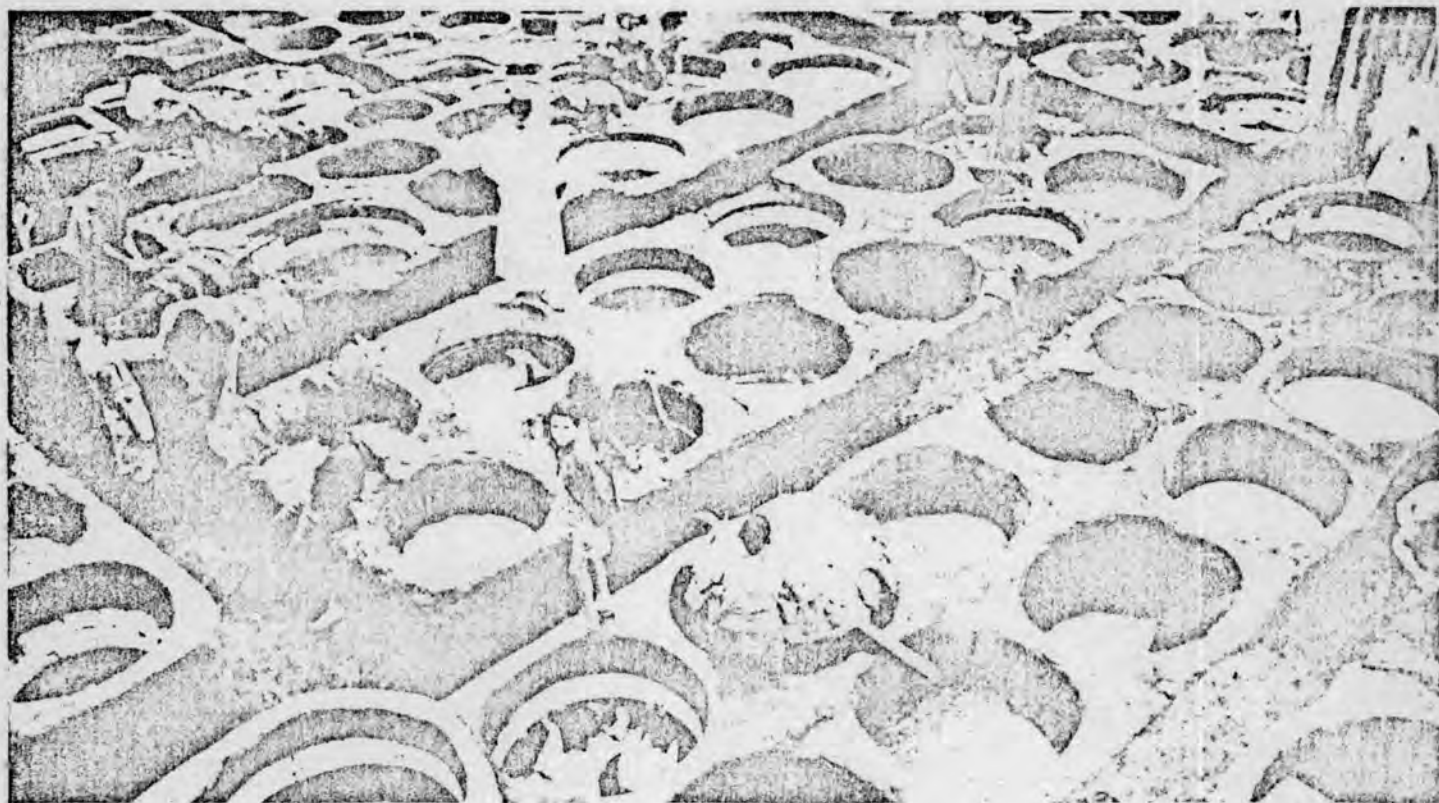


little we can do to help when a child is ill treated unless the case becomes known to the police or to sympathetic neighbors."

Even when an employer is reasonable, work conditions may still prove dangerous. Children in Central America harvest crops in fields sprayed with insecticides and Colombian children squeeze through the narrowest shafts of coal mines. Thai children toil in unventilated factories, working with glass heated to 1,450 degrees, and thousands of Indian children inhale large doses of sulfur and potassium chlorate as they fashion highly flammable powder into matches. The youthful glassblowers in Brazil breathe toxic silicone, iron oxide and arsenic fumes. The all-too-frequent result is respiratory diseases.

Sometimes the physical damage from such labors is permanent. Many Haitian children who begin carrying water bottles on their heads at 5 develop flattened skulls by the time they are 12. The Brazilian, Colombian and Egyptian youngsters who work in brickyards often suffer irreparable spinal damage. Youths who spend long hours in factories all over the world often enter their teens with permanently emaciated limbs. And some children never even live long enough to see their teens. In India safety conditions are so neglected in some factories that numerous children have died in electrical fires and chemical explosions.

Any number of laws exist to protect children from hazardous conditions, but there are seldom enough enforcement officials—or governmental interest—to keep an eye on possible abuse. In Cairo, for example, labor laws prohibit the employment of children under 16. Nonetheless, 9- and 10-year-olds regularly dig ditches, haul construction ma-



Moroccan children at work in a dye plant: Many risk both their physical and mental well-being just to survive another day

materials at building sites and work in small, private factories. Such practices are difficult to curb since there are only 50 inspectors to police a city of 15 million people. "What can we do with such a staff?" asks one inspector. "For 500 projects, we would need 2,000 inspectors."

The agricultural sectors—the largest employer of children in both developing and industrialized countries—are particularly difficult to patrol. There is little that officials can do to monitor or modify the workloads children must carry in small family enterprises. And large professional farms are almost impossible to police. In 1981 a 14-year-old boy was crushed to death while operating a forklift in a large orange grove. The incident took place in California, where children under 16 are barred from any farm work except on family-owned property. "The problem with agriculture," says Paul Blythe of California's Child Labor Enforcement Program, "is that you practically have to see children in the field to do anything about it."

They rise at 3 a.m. and immediately go to work. All 12 members of the dos Santos family—from Agenor, 50, to Anita, 8—have their assigned duties. Some mix the clay with water; others prepare, cook and unload the baked bricks. At 6 a.m. there is a break for coffee and a slice of bread. But the

Brazilian family does not idle long. Their wages are based on the total number of bricks they produce, and they must get back to work if they are to make their average monthly wage of \$110. Brazilian law prohibits children of Anita's age from working. Yet Agenor sees no harm in his children's labors. "They learn a trade this way so they can earn a living later on," he says. "And for the time being, it keeps them from hanging around doing nothing."

Most children work only because they must work. "The hard fact in most developing countries," says James Grant, executive director of UNICEF, "is that children between the ages of 12 and 15 must make a

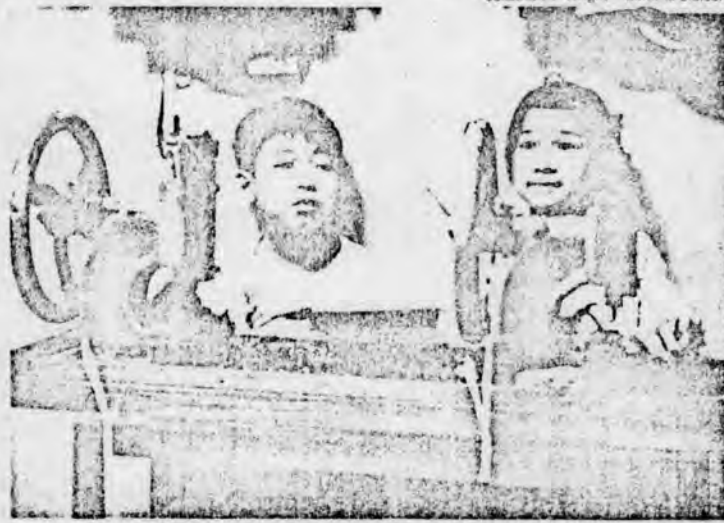
work contribution if their family is to survive." In India, where children account for 23 percent of total family income, a recent government study concludes that "to attempt to deprive the families of this [income] source will only cause greater misery." The same holds true for many parts of Africa, Central America and South America where malnutrition is a constant condition for millions of children. Says Claudio Stacchini of the Youth Federation in Rome: "If they don't work, they don't eat."

While economic hardship is the driving force behind most children's labors, parents often prove the harshest taskmasters. Indian fathers frequently repay debts by selling their sons into bonded labor. Turkish parents occasionally maim their children to make them more beguiling beggars. Thai parents frequently rent their children to factory owners for annual fees as low as \$50. And in rural sections of South Africa, parents hire out the full-time services of their children to middle-class families for \$1.88 a month. "The family is the last to protest such exploitation of their children," says Brazilian sociologist Maria Nogueira Kotscho. "That is the saddest part."

In many cases, it goes beyond exploitation. Countless parents simply abandon their children. In Colombia, where 30 percent of all children have no known father, welfare institutions currently shelter

In a Hong Kong transistor factory: Long days with few breaks

Jonathan T. Wright—Gamma Liaison



32,000 abandoned youths. It also works the other way around. The lack of strong family ties often drives children to abandon their parents. But the lives of runaways are hardly more inviting. They are forced to scavenge for an existence on city streets and in garbage dumps. The Anti-Slavery Society of London estimates that there are 40 million street children in Latin America alone. Although these youths are not included in child-labor statistics, they spend most of their waking hours at self-invented tasks:

polishing shoes, parking cars, begging—and stealing.

Necessity is not the cause of all child labor. Thousands of French youths join in the wine harvest each year because they enjoy the carnival-like atmosphere. Italian girls from working-class families often seek out factory jobs, says Antonella Inserra of Rome's Youth Federation, "because they prefer the appalling heat of a Dickensian sweatshop to the paternalistic constriction of their homes." And 60 percent of all

American youths between the ages of 12 and 19 hold part-time jobs. But these youngsters—who cumulatively gross \$25 billion annually—have little in common with most child laborers. "In the United States, kids work for spending money or to buy a car," one UNICEF official drily notes. "In the Third World they work just to be able to eat."

The terms of the agreement seemed sound to young Binayak. In exchange for

The 'Youngest' Profession

A mild earthquake and an eclipse of the moon added a little extra excitement to the Christmas fever that seized most Filipino children this year. But for Baby the holiday season was business as usual. She made her daily strolls through neighborhood shopping centers and had her nightly chats in rickety food stalls along the Ermita bar belt in Manila. And then, for \$22, anyone could have his turn on a filthy mattress with doe-eyed, 15-year-old Baby. "I keep telling my mother I work in a department store," says Baby, "but she cries all the time anyway." Baby, it seems, never cries.

Baby is just one of the hundreds of child prostitutes in Manila. She is by no means the youngest. On a recent sweep through Ermita, police picked up several 11- and 12-year-olds, and local hospitals have treated girls as young as nine for herpes, syphilis and gonorrhea. Unlike most Filipino child prostitutes, Baby is not a runaway. She has a home—a 60-square-foot hut fashioned out of cardboard and rotting lumber—that shelters her husbandless mother and 10 brothers, sisters and cousins. Baby's earnings cover the \$11 monthly rent, but she has trained her 13-year-old sister in the ways of the street, and now there are two breadwinners. Baby, who has been jailed five times for vagrancy, began 1983 with a single concern on her mind: a threatened new wave of arrests to clean up Manila's child-prostitution racket.

'Humanity': The problem of child prostitution is hardly confined to the Philippines. Throughout South America, Asia and Africa it is a thriving trade, and even in South Korea and Australia, where child labor is virtually nonexistent, young girls work the streets. In the Brazilian city of Belém, more than 15,000 young girls sell their bodies to help their families survive. Toughened and street-wise, such child prostitutes are difficult to "rescue," according to child-care experts. Kanitha Winchiencharoen, who runs a welfare home in Bangkok, finds young prostitutes almost impossible to rehabilitate. "They are not

obedient to us because we treat them nicely, and they are used to being beaten," she says. "They want to make friends with young men in the street; they have lost their humanity."

In Manila, where child prostitutes are now a fixture of Ermita night life, public pressure is mounting to halt the youthful traffic. The concern stems in large part from the stepped-up trade in young male prostitutes. "When I started here five years ago, there were hardly any homosexuals coming to Manila," says a veteran prostitute. "Now there are thousands."

Baby estimates that fully half of Manila's prostitute population are "very little, very young boys."

Wink: Police have increased their efforts to stem the kiddie trade. At Pagsanjan, a tourist spot outside Manila, police recently arrested and deported five Europeans for recruiting young boys to star in a pornographic film. And the Tourism Ministry pushed through a law to ban all minors unaccompanied by relatives from hotel rooms. But enforcing that measure will be difficult since Filipino officials are reluctant to take action that might reduce the tourist trade. And a strong streak of official ambivalence remains. Baby and her colleagues, for example, say they received a quiet wink from district officials to attend to business during the Christmas season. Moreover, rumors persist that some policemen control child-prostitution rings.

While officials wrestle with the problem, the young prostitutes continue to look out for themselves both on the streets and in local jails. Baby sports a tiny tattooed dot on her nose, the sign of her membership in the Batang City Jail gang. Members know to clap three times to summon aid when fights break out; these disputes are often settled with ice picks. The "gang ethic" extends to the street as well, and admission requirements are rigorous. In one gang, the prerequisite for membership is five successful purse snatchings. "These kids are very, very tough and very hard," says an Ermita bar hostess. "We try to avoid trouble with them." They, in turn, try to avoid trouble with the police. And the trade continues—an age-old "profession" with underage practitioners.

JILL SMOLOWE with RICHARD VOKEY in Manila



Manila's child prostitutes: Selling their bodies to pay the rent

Camera Press

'Pixote': Back in the Slum

Four years ago Fernando Ramos da Silva was plucked from a squalid slum in São Paulo to play the title role in the Brazilian film "Pixote." He knew nothing about camera angles and he could barely read a script. But the 11-year-old boy possessed an impish, vulnerable quality that appealed to director Hector Babenco—and to thousands of moviegoers on four continents. Da Silva won enthusiastic praise from critics, and it seemed that the small, pug-nosed actor was going to prove that escape from Brazil's teeming *favelas*—Pixote's world and da Silva's origins—was possible. Now, scarcely more than a year after da Silva first tasted success, the dream has proved false.

Today da Silva is right back where he started—in the slums. He was paid a miserly \$1,000 for his year's work on "Pixote," and with seven siblings and a widowed mother who makes milk money selling lottery tickets on the streets, those earnings have long since vanished. So, apparently, has his once promising career. Since "Pixote," da Silva has played bit parts in two films, and one minor role on a short-lived soap opera. Other job offers—work as a TV-production assistant, stage roles—were

Da Silva in 'Pixote': Lights, cameras—but no escape from poverty



withdrawn when word spread throughout the industry that da Silva was unreliable. He could not memorize scripts because of his poor education and was prone to unruly behavior. "It's a very sad story because he had so many opportunities and lost them all," says Francisco Ramalho Jr., executive producer of Hector Babenco Filmes which coproduced "Pixote." "He was given a chance. He failed—and now he is back to a life of misery."

Da Silva, now 15, smiles gently and says, "*Sei lá* [no idea]," when asked why his career has taken such a sharp downturn. But others are angrier—particularly Josefa, his mother. Though she approved her son's contract at the outset, Josefa subsequently realized that Fernando had been exploited, given the film's box-office success. With the support of two Brazilian actors' guilds, she filed suit last March against one of the film's coproducers, asking for 5 percent of the picture's earnings. She lost.

Favelados: Da Silva is not alone in his plight. The nine other youths featured in "Pixote" also came from slum areas. "None of them has made it," says Fatima Toledo, whose task on the "Pixote" set was to mold the *favelados* into actors. After the film was completed, Toledo applied for—and was denied—a cultural grant to coach the untutored actors. Only one of the nine other youths—Jorge Julião, who played the adolescent transvestite, Lilica—has landed acting roles. One boy now works in a supermarket and another sells theater tickets.

Young Fernando himself seems to be handling the changes without bitterness. "I hear I was paid very poorly but I don't know. It was my first film," he says. "Before, I was just Fernando Ramos da Silva—now I'm somebody." That somebody has grown taller since "Pixote," the shaggy crew cut has given way to a halo of tight brown curls, and the first hint of a mustache darkens his upper lip. Only the pleading eyes and beguiling smile that enchanted movie audiences remain unchanged. He plans to enter the fifth grade in school next year, but in the meantime, he says, "I'm doing nothing, really." He dreams of an acting career and hopes another major offer will come along. Da Silva remains a star in his neighborhood and greets the cries of "Pixote" warmly. "I didn't change, no, not one bit," he says with pride. "I always was just the same, and I'm always going to be." Hopefully his prediction will not prove to be accurate.

JILL SMOLOWE with MAC MARGOLIS in São Paulo

three months of free labor at a factory near Delhi, he would receive a high-paying job in Iraq, free food and free housing. Binayak eagerly followed the employment scout north from the coastal district of Puri to Delhi. But the three-month trial stretched into four years of harsh labor with little food and no pay. One day a piece of factory equipment crushed Binayak's right leg. He returned home an emaciated cripple. Now 14, Binayak knows he is a burden to his old father, two brothers and three sisters. "It would have been better," he says, "if I had died of starvation."

The psychological bruises that torment working children often prove more damaging than any physical injuries they may sustain on the job. "Working children develop psychological defects, anxiety and stress," warns Dr. Haluk Yavuzer, a Turkish child psychiatrist. That point was driven home two years ago in the southern

Italian town of Altamura when a small boy killed himself after his parents auctioned him off as a shepherd at an open market. His suicide spurred local officials to close the market, but Italian union leaders insist sales of children still continue clandestinely.

The ILO contends that children suffer greatly when they are forced to perform as "small adults." "The child's creativeness and ability to transcend reality are blunted," says an ILO report, "and his whole mental world is impoverished." The young migrant worker of Brazil learns the etiquette of farm work at a tender age. "He doesn't know how to play, he works 10-hour days, he smokes and he drinks *cachaca* [cane rum]," says Geraldo Miller, a Brazilian agricultural economist. "Physically he is an adult, but mentally he is completely and forever a child."

Children who must work develop both a keen sense of survival and a code of behavior

that would chill parents who think that children who fail to obey a 9 o'clock curfew are on the verge of delinquency. Youths in Africa, Latin America and Asia traffic in babies, drugs and prostitution, often at an age when they don't understand the wares being hawked. Young Brazilians and Colombians play with knives and automatic pistols at an age when they should be playing with toys. "Having entered a world of crime, these children are forever compromised," says Rosa Maria Fischer Ferreira, a sociologist at the University of São Paulo. "Anyone who tries to break away is a threat to his former partners in crime." One European child expert maintains, "Childhood has forgotten these children—what kind of world will they inherit?" One might also ask what kind of world the children of these children will inherit.

"Each member for which this Convention is in force undertakes to pursue a national

SPECIAL REPORT

policy designed to ensure the effective abolition of child labor and to raise progressively the minimum age for admission to employment or work to a level consistent with the fullest physical and mental development of young persons ... The minimum age ... shall not be less than 15 years ... The minimum age for admission to any type of employment or work which by its nature or the circumstances in which it is carried out is likely to jeopardize the health, safety or morals of young persons shall not be less than 18 years."

—From the ILO's 1973 Minimum Age Convention

To date, only 26 of the ILO's 150 member nations have ratified that Minimum Age Convention. Several more countries have laws that set the minimum work age between 12 and 16, but the ILO cautions that few countries "have what could be considered a comprehensive prohibition of dangerous work for young persons" and that even fewer have "measures to protect young persons from moral dangers." In addition, officials in countries with some of the stiffest laws close their eyes to some of the grossest abuses. In India, for example, the Constitution expressly forbids any child under 14 to "be employed in a factory or a mine or work at any hazardous occupation." Yet 16.3 million children between the ages of 5 and 15 pack the nation's work force. Says Dr. K. D. Gangrade of the Delhi School of Social Work: "The lawbreakers are much more clever than the lawmakers."

Many experts propose compulsory education as a means to curb child labor. But education laws often prove as elusive as labor laws. Even though Italy requires that youths under age 15 attend school, fully 33 percent of all children in Naples do not attend. Colombia's Constitution guarantees the right to a free education, yet many public schools still charge fees; consequently only 22 percent of the country's children complete primary school and only 4 percent finish high school. (By contrast, in Japan, where children are discouraged from working even part time, more than 99 percent of the youth population attend primary and junior high school and almost 98 percent complete high school.)

Even if schooling were available to every child in the world, at best many would be able to attend only



John Launois—Black Star

A limestone quarry in Egypt: Little protection from abuse

part time. Recent Western studies suggest that those youngsters who combine work and education fall behind their nonworking classmates. A recent American study conducted by the University of California at Irvine found a decrease in school performance among students who held jobs. A study written for the British Department of Health and Social Security concludes: "Pupils who spend most of their out-of-school

"I want to go on a pilgrimage to Mecca, and I want a house and a color television," says one 13-year-old Egyptian who washes cars. "If I finished school, I would learn very little and would never be able to get these things."

Relief agencies seem to agree that the abolition of child labor is an unrealistic goal. Is there any hope for improving the lives of those children who work today and those

who will be born to labor tomorrow? James Grant of UNICEF suggests that innovative work programs, such as those now operating in Brazil, offer some promise. "The children work part time, receive a good meal and go to school part time," he says. "These programs reduce the number of street children and let them move from childhood to a responsible adulthood." But such programs have limited resources and, at present, help only a handful of children. For the millions more who struggle for survival on a daily basis, the future is a place with little promise or hope. Yet few working children question the conditions of their lives. They do not know that they are entitled to something better.

JILL SMOLOWE with R. RAMANUJAM in New Delhi, SETH MYDANS in Bangkok, LIN WIDMANN in Rome, DEBBIE SEWARD in New York, JEAN MENTENS in Rio de Janeiro and bureau reports

In Jerusalem: Children's tasks may cause physical deformities

Photoreporters



NA PENITENCIÁRIA DE MULHERES, FILHOS PAGAM PELO ERRO DOS PAIS **A creche dos inocentes encarcerados**

Trinta crianças — algumas recém-nascidas — pagam hoje muito caro pelo erro cometido por suas mães, presidiárias do Instituto Penal Talavera Bruce, em Bangu. Sem terem onde ficar, elas foram internadas na creche do presídio, da qual não podem sair,

vivendo situação carcerária em comum com as detentas. Frustradas, as crianças manifestam de várias formas o sentimento de revolta pela falta de liberdade. Uma delas afirmou que "morrer é melhor do que não poder ir ao parque e andar na rua".



A mãe detenta com o filho, bebê de 2 meses no colo, é um cenário que pouco se repete no presídio



Para filmar *Pena Prisão*, um média-metragem sobre o Instituto Penal Talavera Bruce e sua creche, a cineasta Sandra Werneck passou cerca de dois meses no local. Ela disse que algumas tristes experiências que presenciou "vão marcar os menores profundamente":

— Quando tocava o alarme de fuga no presídio, as crianças sabiam o que estava acontecendo. Vi uma delas batendo com a cabeça na parede, muito nervosa, enquanto a outra dizia que era melhor esquecer, porque eles continuavam presos.

Na opinião da cineasta, as crianças estão assimilando a terminologia, os problemas e todo o comportamento das mães presas, convivendo dia-a-dia com elas. A seu ver, para amenizar o drama, "a longo prazo deve haver a separação, um lugar com escola para os menores e um trabalho intenso para reeducá-los".

"Ficando aqui sem receber uma educação adequada, essas crianças poderão ser nossos futuros hóspedes"

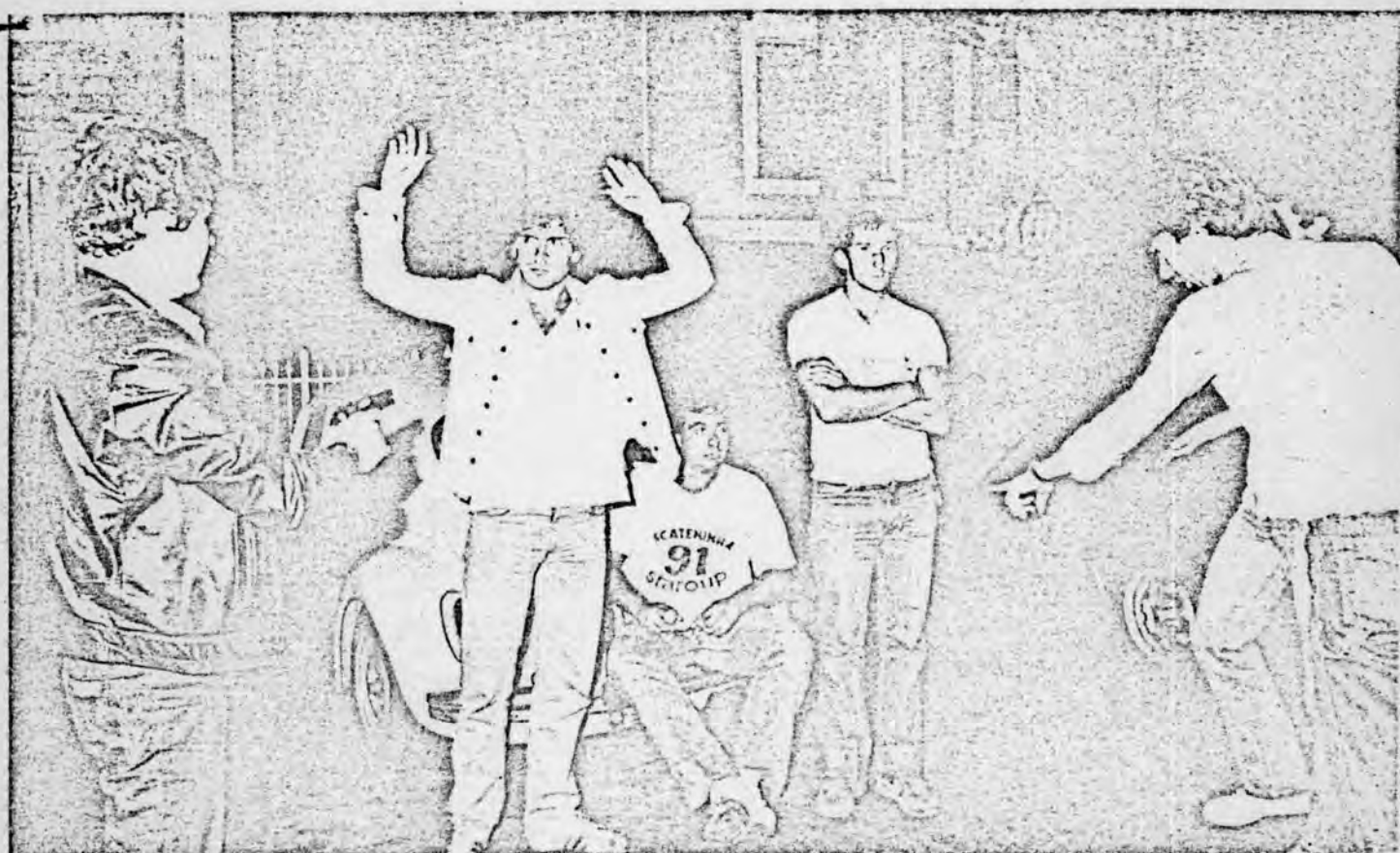
AGENTE DE SEGURANÇA AGUINELO QUINTEIRO

"Morrer é melhor do que não poder ir ao parque e andar na rua"

FILHA DE UMA DETENTA

"Eu queria um lugar melhor pro meu neném porque fui eu que cometi o crime"

DETENTA L.M.M.



São Paulo, sexta-feira à noite: o jovem de braços levantados é preso pela polícia por envolvimento com maconha

REPORTAGEM DE CAPA

O aprendizado do vício

Os traficantes de tóxicos que rondam as escolas em busca de jovens fregueses assustam pais, professores e o Ministério da Justiça

Uma viatura de chapa "fria", ocupada por cinco policiais, desceu a rua Pires da Mota, em São Paulo, na noite de sexta-feira passada, e estacionou perto de três jovens que conversavam recostados em automóveis. Nessa rua próspera uma das 22 "bocas de fumo" — locais onde se vendem tóxicos — plantadas nas cercanias de escolas paulistas. Os policiais sacaram seus revólveres, renderam e revistaram os rapazes. Um deles, de 23 anos, carregava uma "gâmbia", a quantidade mínima de maconha suficiente para um "fininho", ou "baseado", termos de gíria que identificam o cigarro feito com a erva, e foi obrigado a erguer as mãos para o ar. Os três foram recolhidos a uma delegacia sob a suspeita de serem viciados. A polícia consumava, naquele dia, o sexto flagrante em suspeitos de tráfico de tóxicos —

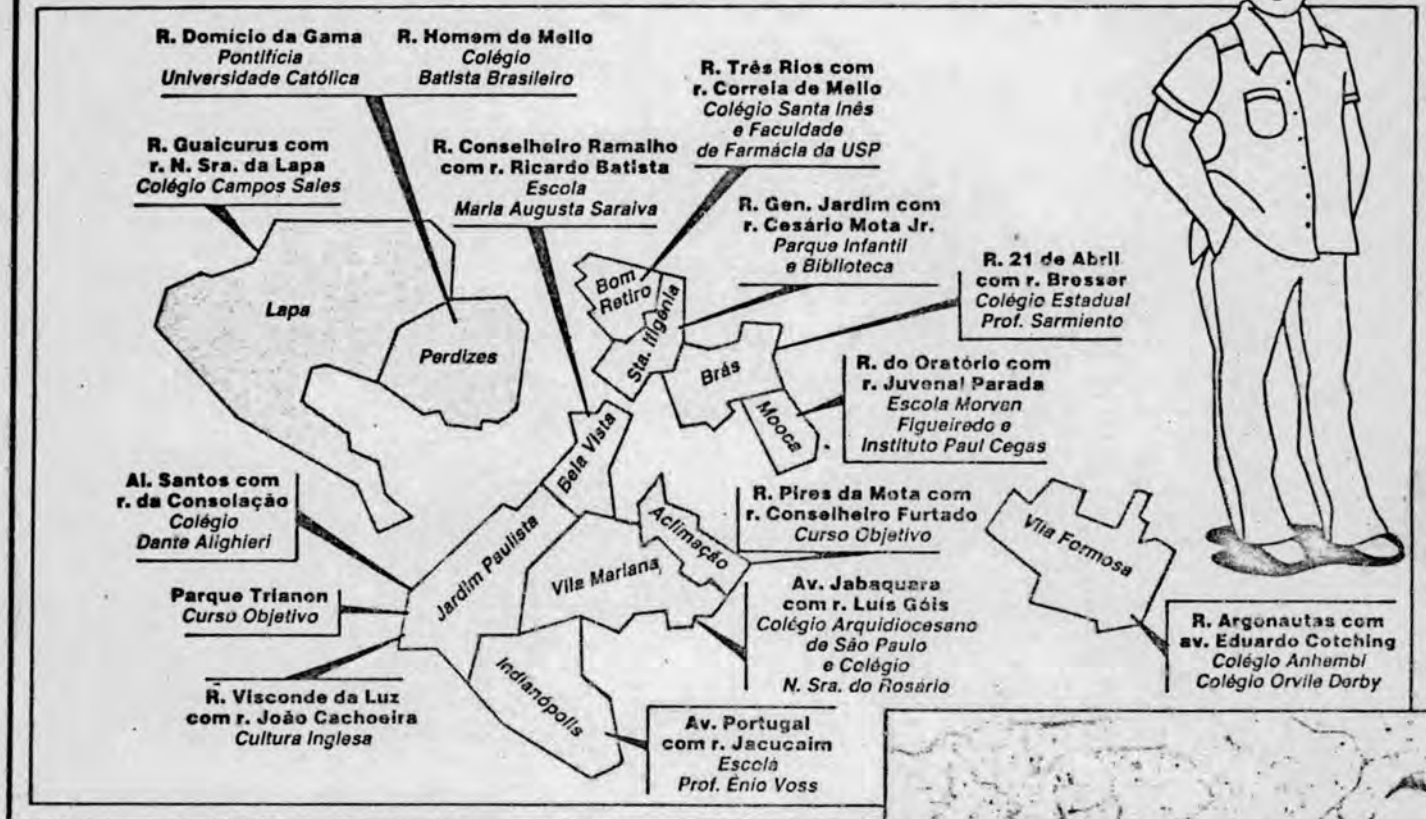
exatamente a média diária desse tipo de ocorrência na maior cidade do país. Há três anos, essa média era de apenas dois flagrantes a cada 24 horas.

Informações que o Departamento de Polícia Federal deposita diariamente sobre a mesa em estilo colonial do gabinete do ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, em Brasília, mostram que o avanço do consumo e tráfico de tóxicos no Brasil é alarmante. "Os dados que recebo indicam que os traficantes estão concentrando sua atuação nas escolas para aliciar nova clientela", revela o ministro. Não existem estatísticas precisas sobre o volume de tráfico e consumo no país, mas pode-se avaliar sua dimensão pela pequena parcela que a polícia consegue apreender. Entre janeiro e outubro, o computador da Polícia Federal registrou em todo o país 1 500 flagrantes de tráfi-

co e a prisão de 1 620 traficantes e 946 viciados. Foram recolhidos 233 000 quilos de maconha, localizadas 74 áreas de plantação da erva e apreendidos quase 94 000 gramas de cocaína, 121 ampolas de Pervitin, 1 512 doses de LSD, 604 gramas de haxixe e 293 gramas de folhas de coca, além de quase 17 000 unidades de psicotrópicos variados.

POLÍCIA PARTICULAR — "O consumo de drogas entre estudantes é um problema muito sério", garante o delegado Ademar Magalhães, 38 anos, diretor do Serviço de Operação e Informação da Divisão de Entorpecentes de São Paulo. "Só nos últimos três anos, triplicou o número de viciados nos colégios paulistas." Com base em sua larga experiência no ramo, ele assegura que os cursinhos compõem um mercado particularmente

As "bocas de fumo" rondam as escolas paulistas



atraente para os traficantes, "porque seus alunos, na busca de identificação com os universitários, procuram copiar-lhes os hábitos". Um dos raros delegados que reconhecem a gravidade da situação, Magalhães lembra que hoje é mais fácil para um jovem comprar um "pa-

cau" — quantidade de maconha que custa 200 cruzeiros e é suficiente para a confecção de três baseados — que consumir doses de uísque escocês, vendidas a 900 cruzeiros cada.

Uma pesquisa promovida há dois anos pelo Instituto de Medicina Social e Criminologia de São Paulo (IMESC), a única realizada no país sobre o assunto, mostra que o consumo de tóxicos é expressivo mesmo nos primeiros estágios escolares. O levantamento revelou, por exemplo, que 10% dos 5 milhões de alunos dos primeiro e segundo graus na capital paulista — ou seja, 500 000 jovens — já experimentaram algum tipo de droga. O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro, Newton Santiago, 43 anos, está convencido de que esse problema é mais agudo nas escolas estaduais porque as particulares criaram uma polícia particular no Rio de Janeiro. Mas a pesquisa feita em São Paulo aponta em sentido contrário: onze em 100 estudantes de escolas particulares experimentaram drogas contra 9,5 em 100 nas escolas oficiais.

O jovem costuma chegar aos tóxicos pelo caminho da curiosidade. Precisamente por isso, o superintendente do IMESC, psiquiatra Nelson Teixeira Can-



Delegado Kliamka: sessenta internados

delária, entende que "qualquer campanha de esclarecimento é nociva porque estimula a curiosidade". De fato, os filmes para televisão produzidos pelo governo entre 1972 e 1976, nos quais estrelas, como o cantor Roberto Carlos, condenavam o uso de drogas, não deram certo. "Houve um aumento no consumo de drogas durante esse período", reconhece Arthur Pereira de Castilho, secretário geral do Ministério da Justiça e presidente do Conselho Federal de Entorpecentes.

"E ENTÃO?" — A pesquisa paulistana aponta com clareza os degraus do vício. Segundo suas conclusões, os estudantes começam com calmantes. Depois, vêm a maconha e os comprimidos para dormir. "O problema da experimentação e do uso está ligado ao paraíso químico que existe dentro das casas dos adolescen-



Blitz em SP: suspeito revistado

tes", alerta Nelson Candelária. "Uma mãe que dá a seu filho um remédio para qualquer dor de cabeça, ou um calmante, está na verdade introduzindo-o no consumo das drogas." Sobretudo porque um calouro em tóxicos não demora a descobrir que a mistura de calmantes com bebidas produz sensações excitantes. Ainda segundo Candelária, "em muitos casos, o 'barato' que o pessoal curte é o de remédios, como Somalium ou Valium". Os alunos de cursos noturnos, embora pertençam a estratos sociais mais baixos que os de cursos diurnos, consomem maior quantidade de tóxicos — o que se explica porque geralmente trabalham e, assim, têm autonomia financeira.

Os preços variam de acordo com os usos e costumes do freguês. Uma lata de cola de sapateiro, por exemplo, pode ser adquirida por 150 cruzeiros. Um "micro-ponto" de ácido lisérgico, o LSD, suficiente para uma "viagem", custa 500 cruzeiros. No outro extremo figura 1 grama de cocaína, que vale entre 4 000 e 6 000 cruzeiros, preços condicionados pela lei da oferta e da procura. A compra, numa "boca de fumo", se desenvolve numa linguagem em código. "E então?" Surpreendido com essa pergunta abrupta, alguém que não consome maconha poderá assustar-se com o desconhecido que o interpela. Muitos estudantes da zona leste de São Paulo, contudo, decifrarão a pergunta e retrucarão com outras frases em código. "Solta uma 'qui-

na"', dizem alguns. "Vai uma 'milha"', respondem outros. Os que não têm dinheiro, enfim, falam um português claro: "Hoje estou duro, passe amanhã". A pergunta "E então?", explica o traficante N. C., 21 anos, que cumpre pena de três anos na Casa de Detenção de São Paulo, é uma das numerosas senhas empregadas por traficantes para oferecer sua mercadoria aos iniciados.**

N. C. era estudante de jornalismo em Moji das Cruzes e iniciou-se aos 16 anos, quando um amigo o convidou para "dar uma bola" — ou seja, fumar um baseado — pela primeira vez. Estava deprimido, com problemas em casa e sem dinheiro. Viciou-se. Meses depois, começou a organizar grupos de amigos para comprar a droga de um traficante que todas as sextas-feiras aparecia na Vila Nitro-Operária, em São Miguel Paulista. Em pouco tempo, já fazia suas pioneiras incursões no ramo de tráfico de drogas. Ele garante que os melhores negócios são feitos em lugares onde há o que chama de "delírio", como é o caso de shows com artistas jovens. Numa

* "Quina" é um pequeno pacote de maconha vendido ao preço de 500 cruzeiros; a "milha", um pacote de 1 000 cruzeiros.

** A lei que regula o combate aos tóxicos impede que os nomes dos envolvidos nesse tráfico sejam divulgados. Os processos correm em segredo de Justiça e, a menos que o juiz permita, mesmo os nomes de notórios traficantes só podem ter divulgadas suas iniciais quando fazem declarações.



Candelária: contra o paraíso químico

apresentação como a do conjunto Queen, no Morumbi, um traficante ágil pode passar até 2 quilos de maconha numa única noite.

IMAGENS ESTEREOTIPADAS — Outro traficante, J. L., de 41 anos, preso na Casa de Detenção, informa que o mercado de tóxicos na Grande São Paulo é controlado por cerca de vinte grandes atacadis-

Os estudantes e os tóxicos

Drogas utilizadas por viciados e iniciantes, segundo faixa etária, abrangendo a rede escolar particular e oficial na cidade de São Paulo (em %)

Idade atual (anos completos)	Iniciante										Viciado									
	Bolinha	LSD	Maconha	Cocaína	Morfina	Heroína	Compr. p/ dormir	Calmanete	Outra droga	Total	Bolinha	LSD	Maconha	Cocaína	Morfina	Heroína	Compr. p/ dormir	Calmanete	Outra droga	Total
Até 12 anos	-	-	-	-	-	0,8	0,8	-	1,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
13 anos	-	-	-	-	-	0,8	2,6	-	3,4	1,4	-	1,4	-	-	-	2,8	-	-	-	5,6
14 anos	0,8	-	0,8	0,8	-	0,8	1,7	2,6	7,5	1,4	1,4	-	-	-	-	5,6	5,5	1,4	15,3	-
15 anos	-	-	2,6	-	-	0,8	5,2	-	8,6	-	-	-	1,4	-	-	1,4	2,7	-	5,5	-
16 anos	0,8	-	5,1	4,4	-	-	4,4	7,9	22,6	1,4	1,4	2,8	1,4	-	1,4	2,8	6,9	5,5	23,6	-
17 anos	3,5	-	0,8	0,8	-	-	1,8	11,4	18,3	6,9	-	9,7	1,4	-	-	5,6	9,7	5,6	38,9	-
18 anos	-	-	5,1	1,7	-	-	4,4	10,5	21,7	1,4	2,8	5,5	1,4	-	-	-	-	-	11,1	-
Entre 19 e 25 anos	0,8	-	2,6	0,8	-	-	6,1	5,2	15,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entre 26 e 35 anos	-	-	-	-	-	-	0,8	-	0,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais que 35 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	5,9	-	17,0	8,5	-	0,8	20,8	47,0	100,0	12,5	5,6	19,4	5,6	-	1,4	18,2	24,8	12,5	100,0	-



Comunidade S 8, no Rio de Janeiro: salvando jovens viciados "para Deus"

tas. Eles revendem a mercadoria, que vai sendo sucessivamente repassada até formar uma malha fina e tão extensa que torna sua liquidação virtualmente impossível. De qualquer forma, quando o tóxico chega aos jovens, nas proximidades dos colégios, o cenário não é necessariamente um fliperama ou um carrinho de pipocas, como nas imagens estereotipadas que se forjaram a respeito. C. A., de 17 anos, filha de um diretor de indústria eletroeletrônica e de

uma professora universitária, começou a fumar há três anos: "Não conheço nenhuma boca de fumo", conta. "Compro de meus amigos, que compram de outros amigos."

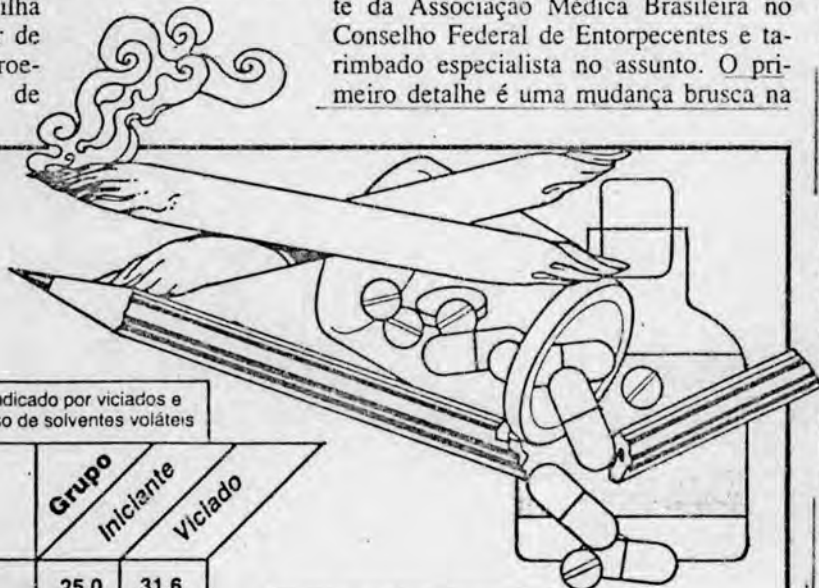
Os pais de C. A. sabem que ela fuma maconha. Já os pais cujos filhos evitam confidências do gênero podem recorrer a um decálogo preparado pelo psiquiatra Oswald Moraes de Andrade, representante da Associação Médica Brasileira no Conselho Federal de Entorpecentes e tarimbado especialista no assunto. O primeiro detalhe é uma mudança brusca na



Andrade: decálogo dos viciados

conduta. Seguem-se insônia, inquietação motora, irritabilidade sem motivo aparente, depressões, queda no aproveitamento escolar e desistência abrupta dos estudos. Depois, o isolamento, agravado pela inversão do horário de dormir, o desaparecimento de objetos de valor ou de dinheiro e as más companhias.

Moraes de Andrade nota que "o consumo de drogas está se ampliando para faixas etárias de até 11 anos de idade". Mas ele discorda do professor fluminense Newton Santiago, que sonha com o envolvimento das Forças Armadas na repressão aos tóxicos, sem saber que em 1972, numa tentativa desse gênero, a investigação militar foi destruída quando os traficantes conseguiram viciar a filha do coronel que a chefiava, no Rio de Janeiro. "Não podemos pensar apenas em repressão, porque está provado que isso não resolve absolutamente nada", argumenta Andrade. Ele defende o preenchimento do tempo dos estudantes com trabalho, estudo e esporte. No entanto, embora a atual lei de entorpecentes seja mais branda que no passado, seu artigo 16 ainda prevê pena de seis meses a dois anos de detenção para o viciado. "Isso é muito ruim já que os jovens ficam com medo de revelar o vício e ir para a cadeia", alerta Nelson Candelária. Quando o Instituto que Candelária dirige, vinculado à Secretaria da Justiça de São Paulo, tentou fazer uma pesquisa sobre a recuperação de viciados, não conseguiu os dados necessários.



Motivo principal indicado por viciados e iniciantes para o uso de solventes voláteis

Motivo	Grupo	
	Iniciante	Viciado
Curiosidade	25,0	31,6
Busca de prazer	7,7	9,2
Enquanto tirava pintura	23,1	26,3
Enquanto tirava mancha	17,3	9,2
Enquanto fazia curativo	19,2	22,4
Sem resposta	7,7	1,3
Total	100,0	100,0

Distribuição de viciados e iniciantes por sexo

Sexo	Grupo	
	Iniciante	Viciado
Masculino	45,8	48,5
Feminino	54,2	51,5
Total	100,0	100,0



Castilho: "Campanhas não resolvem"

CONSTATAÇÃO EMPÍRICA — "Várias clínicas que internam as pessoas com problemas de droga registram os pacientes com diagnósticos mentirosos por causa desse aspecto policial", adverte Candelária. Mas nem sempre a lei é aplicada indiscriminadamente. "Quando pegamos um viciado com menos de 21 anos, tentamos regenerá-lo", garante o delegado da Divisão de Entorpecentes de São Paulo, Pedro João Alberto Kliamca. Realmente, o governo paulista mantém um convênio com a Clínica Maxwell Jones, no município de Atibaia. Só neste ano, sessenta traficantes e viciados foram despachados para lá. Essa inovação policial vem recebendo o apoio de grupos protestantes, que também criaram programas específicos para a recuperação de viciados.

O ex-governador do extinto Estado do Rio, Jeremias Fontes, protestante, pai de sete filhos, teve um deles envolvido com tóxicos. Para ajudá-lo, Fontes fundou uma entidade de caráter religioso, a Comunidade S 8, em Marambaia, que hoje reúne mais de 300 pessoas. Um grupo de quarenta jovens, entre os quais cinco filhos de Jeremias, dedica tempo integral à comunidade para "salvar os jovens do vício e levá-los para Deus". Outro integrante da comunidade, um médico psi-

quiatra de 34 anos e ex-viciado, que se identifica apenas como Fábio, informa que há três anos a comunidade se dedica exclusivamente a trabalhos em escolas, "a partir da constatação empírica de que o quadro aí se agravou muito".

São poucos os que acham o contrário — caso do diretor da Divisão de Entorpecentes da polícia paulista, Nestor Penteado, para quem "corre muito mais fumo na Casa de Detenção que em todas as escolas paulistas juntas". A professora Lucy Aparecida de Souza Murbach, 48 anos, diretora da Escola de 1.º Grau Monsenhor Passalacqua, no bairro de classe média baixa da Penha, na zona leste de São Paulo, prefere enfrentar sem disfarces o problema do consumo de drogas entre seus alunos. "Calculo que 10% dos alunos do curso noturno consomem drogas", revela. "O pessoal do período diurno, por ser menor, não apresentou ainda casos de viciados." Para conter os traficantes, a professora Lucy pediu ajuda à polícia mas sofreu uma decepção: "Os policiais até passam por aqui, assinam o ponto e vão embora. Na hora da saída e da entrada dos alunos, porém, eles nunca aparecem, e é essa a hora decisiva", queixa-se a diretora.

Surge a segunda geração de maconheiros

Até o fim dos anos 60, o problema do consumo de tóxicos entre os jovens foi atacado de uma maneira equivocada, como se as drogas fossem uma reedição do "bicho-papão" que persegue crianças à noite. Passou o tempo e resultou que a mulher do presidente dos Estados Unidos, Betty Ford, reconheceu publicamente que seus filhos — todos saudáveis — haviam experimentado maconha. Os filhos da geração que fumou maconha nos anos 60 estão começando agora a fazer seus cigarros. A diferença é que, hoje, tudo é feito mais às claras. No Festival de Águas Claras, realizado no mês de setembro, em São Paulo — onde 60 000 pessoas se reuniram num fim de semana e não se registrou um único incidente —, rapazes com cabelos curtos para escapar às batidas policiais cercavam uma barraquinha onde até a polícia sabia que se vendia maconha. "Meus pais sabem que minha ir-



Em Águas Claras, cabelos cortados e maconha vendida em barracas

mã e eu fumamos", diz C.A., 17 anos. "Eles só não querem que a coisa seja descarada."

De fato, depois de um período em que a mobilização política desclassificou a maconha, ela agora reaparece, forte, acompanhada de seu séquito de drogas. Hoje, como antes, maconha faz menos mal que álcool — mas, como sempre, traz um risco sombrio para os jovens. No cidadão que faz ponto perto da escola não es-

tá apenas um vendedor de algumas horas de sonho mas, sobretudo, um embaixador da marginalidade. Como as drogas, por ilegais, levam adolescentes a transacionar com marginais, torna-se mais fácil transformá-los em presas para outros crimes. Ou, como no caso de Cláudia Lessin Rodrigues, a jovem morta no Rio de Janeiro, em 1977, que encontrou dois assassinos no apartamento de onde esperava que saísse alguma cocaína.



Delegado Nestor (ao centro): "Há mais droga na Detenção que nas escolas"

A maconha vai ganhando adeptos por diversas razões. Algumas são de ordem econômica: graças a uma supersafra paraguaia, neste verão um cigarro poderá ser comprado até por 50 cruzeiros, quase 40% menos que na estação anterior — o que torna essa erva um dos raros produtos no mercado a baixar de preço em pleno período de recessão. Para os consumidores, preços módicos não são a única vantagem. "Maconha é planta, sai da terra. O resto é produto químico, faz mal ao organismo", argumenta uma iniciada paulista de 17 anos. "Farmácia eu não transo", acrescenta outro fumante paulista, de 15 anos, igualmente adepto do naturalismo. Nas viagens, as meninas costumam esconder os baseados nas calcinhas, para escapar às batidas da polícia rodoviária — em cujos postos não há policiais femininas, o que impede que as jovens sejam revistas.

ROMARIA INÚTIL — O combate ao vício, todavia, não é dificultado apenas pela esperteza dos jovens. Recém-formado pela Faculdade Federal da Bahia, Juvenal Gentil Ribeiro começou, em 1971, sua carreira de delegado responsável pelo combate ao tráfico de drogas em Salvador. Logo na estréia, prendeu 63 jovens, entre 16 e 24 anos, portando maconha na Barra, bairro elegante da cidade. Abriu "fichas de informações" sobre todos eles e os liberou. No dia seguinte, mergulhou numa romaria pela casa dos pais desses rapazes, decidido a conversar com a família de cada um. Não conseguiu ser recebido por um único pai. O persistente Ribeiro não desistiu mas, de lá para cá o consumo de tóxicos só aumentou.

A professora Neusa Rodrigues Monteiro, assessora especial da Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus do Ministério

da Educação e Cultura, calcula que 70% dos consumidores de drogas estão na faixa entre 13 e 19 anos de idade. "Acredito que, de cada 100 alunos, pelo menos sessenta já experimentaram tóxicos", diz a professora. "Há alguns anos, os diretores de escola não tinham interesse em falar nisso", reconhece Dilma Henrique de Assunção, diretora da escola Henrique Lage, com 5 000 alunos, em Niterói. "Hoje, ignorar o assunto significa desconhecer a própria escola."

Na verdade, a presença do tóxico nas escolas brasileiras não é recente — afinal, o país contempla agora o surgimento da segunda geração de estudantes maconheiros. O que há de novo é a escala. Nos anos 60, um vendedor de maconha postado nas proximidades de alguma escola poderia vender, quem sabe, meia dúzia de baseados. Atualmente, um traficante de médio calibre, que vende 1 qui-



Santiago quer o apoio do Exército

lo de maconha por dia, pode faturar cerca de 1 milhão de cruzeiros por mês. Esse fantástico mercado, que se está expandindo à custa de uma geração, desperta a cobiça dos traficantes, todos interessados na difusão do aprendizado do vício. O psiquiatra Moraes de Andrade aponta uma saída: "Devemos trabalhar muito na educação das crianças entre 5 e 11 anos", sugere. "Afinal, o que se aprende nessa época não se esquece nunca." É pelo menos uma esperança.



Profa. Dilma, da escola Henrique Lage: "Não se pode desconhecer o tóxico"

POLÍCIA

A estrela desce

Ator de *Pixote* furta e acaba na cadeia

Nos últimos dois anos, o ator Fernando Ramos da Silva, 16 anos, recusou algumas propostas para viver no cinema o papel de pivete. Ele queria livrar-se da imagem que o perseguia desde 1980, quando protagonizou o trombadinha *Pixote*, no filme de Hector Babenco, e se tornou nacionalmente conhecido — alegava que já tinha idade

seu gesto. "Acho que foi a falta de trabalho", argumentou, "ou a mão do diabo."

CARREIRA CURTA — Aos olhos compreensivos da mãe, Fernando apenas lançou um pedido de socorro. "Ele se viu abandonado e fez isso para chamar a atenção das pessoas", acredita. Tirado abruptamente da condição de garoto favelado, em 1980, Fernando não encontrou, durante o curto período em que conviveu com pessoas que poderiam ter mudado o seu destino, alguém que o ajudasse a consolidar uma carreira duradoura e o estimulasse a prosseguir seus estudos, interrompidos na 5.ª série — em 1981, teve seu contrato rescindido com a TV Globo, seis meses depois de tê-lo as-

sa da Silva para promover a ação, pois ele não aceitava a desistência. "Eu pedi ao Babenco os 400 000 cruzeiros de que precisava para terminar a construção da minha casa, em troca de acabar com a demanda", explica Josefa, 49 anos. "Ela foi coagida a desistir, sob o argumento de que o Fernando não conseguiria mais trabalhar na televisão", acusa Pereira da Silva, 52 anos.

RUMOS DIFERENTES — "O contrato foi cumprido escrupulosamente por nossa parte", sustenta Babenco. "Não tenho e nem devo adotar uma atitude paternalista." Gilberto Moura, 21 anos, que interpretou em *Pixote* o trombadinha Dito, seguiu rumos muito diferentes do amigo: trabalhou em mais seis filmes e é dono de uma produtora de shows. "O Fernandinho pirou quando percebeu que o sonho havia acabado", diz.



Fernando: "Foi a mão do diabo"

para aparecer como galã em algum filme romântico. Cansado de esperar por tal oportunidade, e de ser apenas um dos dez filhos de uma pobre vendedora de bilhetes, Fernando afinal resolveu aceitar o antigo papel, só que desta vez na vida real, ao participar de um furto com dois outros menores, no dia 22, perto de sua casa, na Vila Ester, em Diadema, no ABC paulista. A fama, que não lhe trouxera nenhum benefício até agora, estragou os planos de Fernando: ele foi reconhecido durante a fuga e preso na terça-feira passada.

Fora do cinema, Fernando não demonstrou a malícia que exibiu em *Pixote*. No dia 22, para carregar um televisor-em cores, um conjunto de som 3 em 1, roupas e um despertador da casa do comerciante Aparecido Damião Nunes, usou o carro da própria mãe, um velho TL branco com que a presenteara no auge do sucesso, e isso facilitou sua identificação pelos vizinhos, que anotaram o número da placa. Detido, Fernando confessou o furto, mas foi libertado em menos de 48 horas, graças ao juiz de menores Paulo Pinotti Mendes, que o entregou à custódia da mãe, Josefa Carvalho da Silva. De volta à sua casa, tentou encontrar justificativas para o



Pixote, com Marília Pêra: um papel que o ator sonha trocar pelo de galã romântico

sinado, porque tinha dificuldade para ler os scripts. Tampouco ganhou muito dinheiro com o sucesso. Enquanto o filme de Babenco percorria uma trajetória brilhante, sendo visto por mais de 2 milhões de espectadores só no Brasil e recebendo vários prêmios no exterior, Fernando teve que contentar-se com um cachê de 45 000 cruzeiros pelo trabalho.

Na última sexta-feira, o advogado Walter Ceneviva requereu à 2.ª Vara Cível de São Paulo que apresse a ação instaurada em 1982, a pedido da família do ator, pleiteando o direito de Fernando receber 5% da renda líquida de *Pixote*. No ano passado, sua mãe decidiu fazer um acordo com Babenco, mas antes disso teve que cassar a procuração que dera ao advogado Theodósio Pires Perei-

O sonho virou pesadelo quando Fernando começou a andar em más companhias, como "Negrete", um assassino com prisão decretada, com quem ele compareceu na Delegacia de Diadema há dois meses para prestar depoimento, ou "Ceará" e Marcelo, seus companheiros no furto da semana retrasada. Depois de perder a chance na Globo, em 1981, Fernando perambulou pela TVS e pela Bandeirantes, onde ganhava 20 000 cruzeiros mensais como contra-regra. No ano passado, fez uma ponta no filme *Gabriela*. Antes disso, apareceu num comercial dos cartões de Natal da Unicef, para formular um apelo: "Se todo mundo ajudar, um dia vai ter *Pixote* só no cinema". Ninguém se lembrou de ajudar Fernandinho.

Psicóloga da Funabem vê na crise causa do aumento dos delitos de menores

— Há 10 anos, o menor infrator tinha de 14 a 15 anos e era alfabetizado. Hoje, ele chega aqui com nove anos, analfabeto, geralmente com alguma deficiência física ou mental. O que prova que, atualmente, a assistência é bem menor e, por isso, os delitos estão sendo cometidos por gente cada vez mais jovem. Daqui a pouco, eles vão chegar aqui de fraldas.

O comentário da psicóloga Marlene Luzia Magalhães, há nove anos na Funabem, expressa a situação do menor infrator, cujo número tem crescido muito no Rio, participando desde pequenos delitos (como furto de cordões ou de carteiras) até em assaltos com morte (foi o caso do comerciante italiano Salvatore Candia Leone, morto num ônibus). E as autoridades no assunto são unânimes: o quadro piora com a crise econômica.

Os dados são do Juizado de Menores. O índice de infrações cometidas por menores no Rio aumentou em mais de 30% de 1982 para 1983. No ano passado, o Juizado cuidou de 1 mil 853 processos, 532 a mais do que em 1982. Os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos), num total de 1 mil 123, subiram 63% em relação a 1982. O envolvimento de menores com tóxicos — como viciados, traficantes ou aviões — aumentou 10,37%. E as detenções de menores por porte de arma cresceram 13,7%.

“Vamos implodir”

— Nós vamos implodir. Se o sistema não oferecer melhores condições de habitação, saneamento básico, saúde, alimentação e escola, ele não possibilita uma vida honesta. Logo, fabrica futuros criminosos. A Funabem é uma instituição que cuida dos efeitos desse sistema podre — diz a psicóloga Marlene Luzia Magalhães, com 12 anos de profissão.

Dos menores que chegam ao Instituto Padre Severino, o centro de triagem da Funabem, 63,54% são carentes e vêm de famílias muito pobres. “Dizemos que o carente é o infrator que ainda não cometeu uma infração”, explica Marlene, que utiliza estatísticas da Divisão de Apoio Técnico. O percentual de menores abandonados é de 18%. Os outros 18,46% são de infratores encaminhados pelo Juizado de Menores e, segundo a psicóloga, logo procurados pela “família infratora”.

“Esse menor não é um infrator solitário. Está dentro de um contexto, que é a própria família a quem a infração dele ajuda a manter. Ele não se submete com facilidade às regras do internato, porque não tem interesse em ficar. Nem sua família quer isso. Na maioria dos casos, ela vem procurá-lo e faz força para tirá-lo daqui” — conta Marlene.

Uma instituição que luta para apagar a imagem de “prisão para menores”, a Funabem mantém cinco escolas, só no Rio de Janeiro. Só uma delas, a Odylo Costa, filho, é para a recuperação de menores infratores. Mas, no Instituto Padre Severino, o número de infratores reincidentes é altíssimo.

— Ele começa cometendo um pequeno furto na feira. Da segunda vez é apanhado por roubo, da terceira por integrar uma quadrilha. Depois... — e Marlene não conclui a frase, sugerindo uma progressão que vai acabar no assalto e no homicídio.

Lá fora eles não têm condições de melhorar. Além disso, são incitados pelo próprio grupo que os cerca e se aproveita do fato de serem menores. Os adultos conhecem a ininputabilidade dos menores e se aproveitam dela para cometer delitos. Assim, às vezes a culpa recai sobre o menor, quando, na verdade, ele foi manipulado — disse.

Para a polícia, também não é fácil lidar com menores. Um soldado da Polícia Militar, de serviço sexta-feira, no Centro da cidade, diz que “dá um trabalho”.

“Temos que acompanhar o menor como se fosse um filho. Primeiro o levamos à delegacia mais próxima. Lá, ele é identificado e, se ficar constatado que é mesmo menor, transferido para a Divisão de Segurança e Proteção ao Menor (DSPM) e, de lá, para a Funabem. A gente não se livra dele fácil, não” — conta o policial.

Queixa-se da dificuldade em identificar — “alguns são maiores do que eu” — e deter o menor. A direção da PM instrui a não bater no menor, mesmo se ele reagir, o que também vale, segundo o guarda, para adultos.

“Mas eles são pequenos, ágeis, às vezes mais espertos do que os mais velhos. E alguns sabem ser violentos. Agem em bandos, principalmente no Centro. E, como sabem que não serão autuados, avisam logo: *Seja de menor*. Alguns usam giletes e facas mas de uns tempos para cá é grande o número de menores com armas de fogo” — conta o policial.

Em 83, a DSPM registrou 7 mil 155 ocorrências em sua área de atuação no Município do Rio de Janeiro — um aumento de 97% em relação a 82. Dessas ocorrências, 1 mil 367 foram de menores infratores atendidos pela Seção de Prevenção e Diagnóstico da DSPM, onde foram parar por vários tipos de infração: homicídio (nove), roubos (177), furtos (546), portes de arma (47), uso ou tráfico de drogas (184), por perambularem (114) e diversos (290).

Em meio a números e a muito trabalho, a assistente social Antonieta Eulália Nogueira explica que o perfil do menor atendido por sua seção não tem “nada de surpreendente”.

ANGELA REGINA CUNHA

Secretaria de Justiça procura casa para menores infratores

O Código de Menores fala em estabelecimento adequado; o Juizado e a Secretaria de Justiça do Estado preferem a classificação casa de segurança máxima. Mas todos concordam que o novo local previsto para abrigar menores infratores de alta periculosidade poderá ser considerado uma casa de detenção. Reivindicada há quatro anos pelo Juiz de Menor Antônio Campos Neto, esta casa pode se tornar realidade a qualquer momento, conforme garantiu o Secretário Vivaldo Barbosa, que já está procurando, entre os imóveis do Estado, um que se enquadre nos padrões de segurança.

A idéia é evitar o encaminhamento de menores aos presídios comuns, como acontece no Instituto Penitenciário Moniz Sodré, em Bangu — que já chegou a reunir 80 menores em apenas um dos seus 144 cubículos. Assim, o Juiz Campos Neto justificou a criação de uma casa apropriada — com verbas da Secretaria de Promoção Social e da Fundação Estadual de Educação do Menor — que poderá oferecer tratamento para recuperação, além de trabalho profissionalizante, para os que são considerados, aos olhos da lei, agressivos, violentos e perigosos.

— Menores deste tipo não podem conviver, num mesmo local, com os que estão em fase adiantada de recuperação — salientou o Reitor da UERJ, Charley Fayal, que faz parte da Comissão de Direitos Humanos do Estado e do Conselho de Menores que está estudando a criação da casa de detenção.

Isolamento

Com capacidade para até 50 menores de alta periculosidade, a nova casa reunirá internos, encaminhados pelo Juizado de Menores psicólogos e pedagogos, em ambiente isolado e seguro, onde os menores serão tratados num período entre três a seis meses. De lá eles poderão ser encaminhados para os estabelecimentos da Funabem ou, de acordo com o grau de recuperação, para a liberdade assistida. O Secretário Vivaldo Barbosa insistiu em afirmar que a casa de segurança máxima será um local de tratamento e reeducação para o convívio social, administrado pela FEEM.

Mas a instalação de uma casa de detenção para menores já está encontrando resistência da Igreja. Incrédulo, Roberto José dos Santos, secretário da Pastoral Penal e membro da Pastoral do Menor da Arquidiocese do Rio de Janeiro, teme uma nova roupagem repressiva e pede novas alternativas para o problema, que não seja a internação.

— É a velha tendência institucional de segregar os menores que incomodam a sociedade. Com isto não podemos concordar — contestou Roberto José, salientando que o menor infrator e agressivo tem a mesma origem do menor abandonado. Segundo ele, trata-se de um ser embrutecido, desacreditado, que assume uma postura violenta — não por natureza, mas por autodefesa. Quando chega a este ponto, é porque já foi muito maltratado pelo mundo. Contrário a qualquer tipo de internação que atualmente é feita no Brasil, Roberto José acha que a casa de detenção será mais uma violência institucional contra o menor.

Seja lá como for, a Secretaria de Justiça está empenhada em encontrar, entre os imóveis do Estado, um que se enquadre nos padrões de segurança para a casa de detenção. A procura

começou há alguns meses e conta com a participação do Departamento do Sistema Penitenciário (Desipe), Curadoria de Menores, Juizado de Menores e da própria Secretaria. Uma das casas desocupadas e que foi visitada por este grupo está localizada ao lado do presídio Vieira Ferreira Neto, em Niterói — considerada inadequada pela Curadoria, diante da proximidade do convívio com os internos adultos.

Na opinião do Juiz Campos Neto, a casa ideal deverá ser ampla, com capacidade para salas de aula, oficinas de trabalho, enfermaria e área livre. Das casas que foram visitadas até agora, nenhuma se enquadrou e exigem reformas muito caras, conforme informou Vivaldo Barbosa, revelando que a intenção do Governo do Estado é instalar a casa de detenção ainda este ano, atendendo ao desejo do Juizado de Menores.

Candidatos

No momento em que o Governo achar o local ideal e formar toda a infra-estrutura básica, pelo menos 16 menores infratores da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor já são candidatos a ocupar uma das 50 vagas. Segundo a presidente da Funabem, Terezinha Saraiva, atualmente 15 estão lotados na unidade de permanência João Luiz Alves, na Ilha do Governador, e um na Odylo Costa Filho, em Quintino. De acordo com a presidente, são menores infratores violentos e que são obrigados a passar, a maior parte do tempo, isolados dos demais, por agressões físicas aos funcionários e aos internos.

Terezinha Saraiva é uma das vozes favoráveis à criação de uma casa de segurança máxima. Não só pela iniciativa do Estado de assumir a guarda dos menores — deixando a Funabem cumprir o seu verdadeiro papel de órgão normativo — mas também de separar os de alta periculosidade dos que estão em recuperação. A presidente da Funabem disse que está disposta a repassar recursos, material humano e assistência técnica para esta casa.

Os últimos registros da Funabem dão conta de que o número de menores infratores vem crescendo a cada ano no Rio. Dos 5 mil 221 menores atendidos nas unidades oficiais da fundação, 18% são autores de infração penal. O Juiz Campos Neto também confirma esta tese. Só este ano, por exemplo, já passaram pelo Juizado de Menores 1 mil 591 processos e a estimativa, até o final do ano, é atingir 3 mil, ao contrário de 1983, quando foram registrados na capital 1 mil 893 casos.

Sem condições de receber menores nas três unidades só para infratores, Terezinha Saraiva acha que chegou a hora do Governo do Estado assumir a responsabilidade que não cabe à Funabem. Só no Instituto Padre Severino, na Ilha do Governador — que faz a triagem dos menores infratores — existe uma sobrecarga de 200 meninos. Com capacidade para 250 internos, o centro de triagem abriga hoje 423 infratores. Todo este excesso gera desconforto, indisciplina e um incentivo a mais para as fugas, garante a presidente da Funabem.

Com as unidades da Funabem lotadas, os juizes de menor de todas as comarcas do Estado acabam transferindo para o Instituto Penitenciário Moniz Sodré a responsabilidade pela guarda de menores infratores, de alta periculosidade ou não.

Behavior

"Some Day, I'll Cry My Eyes Out"

A California case prompts a new awareness of child molestation

For decades she was known as the kindly "Miss Virginia," who ran the best preschool in Manhattan Beach, Calif. Seven years ago the Chamber of Commerce honored her for outstanding community service. Now Virginia McMartin, 76, along with three members of her family, faces charges of child sexual abuse that place her at the center of a monstrous conspiracy.

hearing, but I wonder how a jury will be able to comprehend it," said MacFarlane, 35, who is director of the child-sexual-abuse diagnostic center at the Children's Institute International in Los Angeles.

Children said that rabbits, turtles and a horse were slaughtered in their presence as a scare tactic to keep them quiet. Raymond Buckey, they said, was particularly terrifying, threatening them and occa-

O.K. and not O.K.," says Psychotherapist Miriam Ingebritson of Minneapolis' Family Renewal Center. "When sexual abuse is built into the child's life, he doesn't know what to report."

The Manhattan Beach case is merely the best-publicized of a current batch of child-sex offenses. Among the others:

► A teen-age supervisor at Donna's Day Care Center in Greer, S.C., pleaded guilty to charges of sexually abusing seven boys and girls ages two to eleven.

► A Minnesota family, including parents and grandparents, were convicted in 1981 and 1982 of molesting their own children and others.



Defendants Virginia McMartin, Raymond Buckey and Peggy Buckey in a Los Angeles courtroom: threats, a flare gun and a slaughtered horse

The district attorney says that as many as 125 children, some as young as two, were raped, sodomized and otherwise sexually abused over the past ten years at the McMartin School. Indicted with McMartin were her daughter, Peggy McMartin Buckey, 57; two grandchildren, Peggy Ann, 28, and Raymond, 25; and three McMartin teachers, Betty Rador, 64, Babette Spitler, 36, and Mary Ann Jackson, 56. Rador and Spitler entered not-guilty pleas. The rest are due to plead this week.

Last September Raymond Buckey was arrested for molesting one child in Manhattan Beach. Police assured parents that there was "no detrimental information concerning the operation of the school." But when a few parents asked questions about the school, the frightened children reluctantly doled out details. Talking through hand-held puppets to Kee MacFarlane, a child-sex-abuse expert, the youngsters spoke about red liquids and pink pills that made them sleepy; of guns, threats and bondage; of teachers probing them with fingers and children being asked to do the same to teachers. "After six months I can accept what I'm

sionally setting fire to bushes with a flare gun and bragging, "I can do that to any house in Manhattan Beach."

With a videotape rolling to record the stories, MacFarlane used anatomically correct dolls to draw out the details from the children. Two girls, independently, reached for a piece of string, then bound and gagged an undraped doll. Said the father of one: "That's how we knew our daughter had been tied up naked." The father, a law-enforcement official, has been struggling to control himself, but says, "Some day I may focus on what's been done to my little girl and I'll end up in a corner, crying my eyes out."

How could it happen? And how could it have gone on for so long a time? "Terror," says one parent, "and one of the components of terror is guilt. The kids blocked this stuff out of their minds. Psychologically, it was the only way they could deal with it." Parents were too trusting, assuming that separation anxiety was the reason their children cried when dropped off at school. The children were turned into silent accomplices. "Little children have no way of knowing what is

► A Mexican girl in Chicago, age ten, gave birth to a 6-lb. 4-oz. baby. Her uncle and the son of her babysitter were arrested in the case.

► Mark and Karen Molasky, an upper-middle-class couple in a St. Louis suburb, were convicted in 1981 of raping and sodomizing a three-year-old boy.

It is only now beginning to dawn on many authorities that the sexual abuse of children has become a major social problem. Accurate statistics are hard to come by, but in a survey of 930 women in San Francisco, 38% of the group said they had been sexually abused by age 18, and 28% by age 14. In a study of 521 Boston-area families, nearly 10% said their own children had been victims of sex abuse or attempted abuse. Surveys show that only one out of every five or six victims is abused by a total stranger. Most are preyed upon by their father, stepfather, mother's boyfriend or some kind of youth counselor.

Incest usually involves a weak, isolated father. In the incestuous family, the mother has often deserted the father sexually and the child emotionally. When a stepfather or boyfriend enters the home, a

daughter can be particularly vulnerable. One study shows that stepfathers are five times as likely as natural fathers to molest a daughter; girls with stepfathers are five times as likely to submit to a friend of the parents'.

One reason that the figures for child molestation by strangers are so much lower is that many pedophiles are patient enough to join youth groups to befriend potential victims. The usual cycle is to build up trust, then violate it. "That's the way it always works," says Houston Police Sergeant Paul Lindsey. "They offer the child a place of refuge, then progress to sexual involvement."

Authorities generally advise parents to spare a sexually abused child the ordeal of a trial, since the chances of conviction are small. All too often, neighbors will troop to the stand to praise the accused. A defense psychiatrist may persuade the jury to dismiss the child's story as fantasy. And the defense attorney can easily intimidate the young witness. Misguided judges play a part too. In Georgia, one jurist dismissed a case when a child said that the defendant had molested her "millions of times," on the ground that the hyperbole had discredited all the youngster's testimony.

In 1980 Ventura County Deputy District Attorney Irv Prager estimated that 95% of those arrested in California on child-sex charges never spend a day in prison. In approximately 30,000 incidents of child molestation in 1979, only 162 offenders were sent to prison or a state mental hospital. Therapy rarely works because the predatory behavior of the molester may become as rigidly structured as an addiction. Pedophiles are often better at impressing compassionate



MacFarlane's puppets helped victims talk

therapists and state-hospital officials than at changing their ways. In 1978 a chronic child molester, Theodore Frank, who had been arrested on 17 child-sex charges in 20 years, was released from California's Atascadero State Hospital because officials believed that his molesting days were over. Six weeks later he brutally raped and killed Amy Sue Seitz, 2½, and he is now on death row in San Quentin.

Parent groups have sprung up to monitor such dismal performance by courts and hospitals. Concerned Citizens for Stronger Legislation Against Molesters (SLAM), founded in 1980 by Amy Sue Seitz's grandmother, pushes for stronger laws and longer sentences. SLAM mem-

bers show up in court for child-sex cases. Their presence, judges know, may lead to stories in the newspapers if a molester is given a slap-on-the-wrist sentence.

Several preventive programs to alert children to the dangers of molesters are under way (see box), and there may be demands for the state to monitor day-care and youth programs to comb out the pedophiles drawn to such employment. Parents, however, must shoulder the principal burden in safeguarding their young. If there are offenders in the family circle, relatives should press for therapy. They would also do well to check thoroughly before turning their children over to a day-care center, scout leader or youth athletic program. And authorities say to watch carefully for danger signs in children: unusual fear or crying, bed-wetting, frequent masturbation, and refusal to communicate with parents.

For victims, the long-term damage can be severe. Many molested children act out their anger and frustration by becoming child molesters themselves in later life. One hallmark of childhood sexual abuse is a lifelong inability to trust or achieve intimacy of any kind.

Researchers are not sure whether statistics on child molestation are climbing because there is more abuse or simply more reporting of incidents. One reliable expectation, however, is that in an age of sexual freedom, more people will act on forbidden urges. "Our society has become more lax about kinky sex," says Patrick Bell, assistant commonwealth attorney for Richmond, Va. "I think people who have repressed this in the past may now feel there is less danger." —By John Leo. Reported by Melissa Ludtke/Los Angeles, with other bureaus

The Message: Hands Off

Spider-Man, TV's Lindsay Wagner, a duck puppet and a character known as Hands-Off Bill are all recent conscripts in the campaign to prevent the sexual abuse of children. Their basic message: some kinds of touching are wrong, and the child always has the right to say so.

The 16-page comic book *Spider-Man and Power Pack* was produced by the National Committee for Prevention of Child Abuse with the cooperation of Marvel Comics. Lindsay Wagner is one of the performers in *Touch*, a 32-minute film to be shown on Minneapolis television May 1. *Touch*, which has been performed nationally as a play for four years, is the creation of the Minneapolis Illusion Theater, a group that specializes in dramas about child abuse. Among its skits are stories about a baby-sitter who tricks a child into disrobing and a man who fondles his granddaughter.

WBZ-TV, NBC's Boston affiliate, showed a half-hour program last week called *This Secret Should Be Told*, featuring Therapist-Ventriloquist Susan Linn and her two star pup-

pets, a girl duck and a boy lion. The puppets encourage children to "tell a trusted adult" whenever they have been touched in a peculiar way.

Hands-Off Bill is the brainchild of Lloyd Martin, 42, an ex-policeman who headed the sexually-exploited-child unit of the Los Angeles police department. Using the voice of a small boy, Bill talks to children on a 30-minute audio tape constructed in the form of a radio show. The tape, along with a workbook, is sold for home use. There are "station breaks," while the young listeners fill out workbook exercises, and scripted phone-in voices of children who talk to Bill about their experiences. Those who complete the workbook can get a certificate that says, "This special person has permission to say no to uncomfortable touching and will tell."

All of Bill's materials are based on the common finding that most would-be abusers back off quickly if a child issues a firm no. One parent told Martin that her five-year-old, a fan of Hands-Off Bill, said no to a baby-sitter who was trying to molest her. The child, added the mother, then showed the workbook to the baby-sitter, who read it and went for therapy.



Martin and pupils discuss workbook

Escândalo das creches americanas se alastra

Nova Iorque — Pelo menos 35 crianças de três creches de Nova Iorque, a partir de três anos de idade, foram vítimas de repetidas investidas sexuais nos últimos seis meses e o escândalo já se estendeu ao Estado vizinho de Nova Jérsei, onde dois professores de uma creche foram presos quarta-feira por terem mantido relações com crianças, enquanto se suspeita que houve violência sexual contra menores em pelo menos mais sete escolas e creches do Estado.

O problema da violência sexual contra crianças, que veio à tona no início do ano com o episódio da escola Mc Martin, na Califórnia, onde um grupo de 300 crianças sofreu agressões sexuais durante um período superior a 10 anos, está ganhando os contornos de um problema nacional nos Estados Unidos. No Senado, quarta-feira, numa Comissão sobre pornografia, informou-se que dezenas de milhares de adultos americanos mantêm contatos sexuais com crianças todos os anos e durante as audiências chegou a ser mostrado o livro *Como Ter Sexo com Crianças*, vendido em livrarias comuns nos EUA.

Tamanho e peso

O livro, exibido por um agente do FBI, Kenneth Lanning, e por uma deputada, Joan Specter, ensina com detalhes como ir a um play-ground e estabelecer contato com uma criança; como arranjar um trabalho de baby sitter e maneiras de manter contato sexual mesmo levando em conta a diferença de tamanho e peso entre o adulto e a criança.

— Quando se entra numa livraria e se compra um livro destes, parece que não há nada de errado em fazer sexo com meninos e meninas — observou a deputada.

Na última semana não passou um dia sem que jornais americanos, do sisudo *The New York Times* ao sensacionalista *New York Post*, deixassem de mostrar novos casos de violência ou acompanhar a evolução das investigações dos abusos nas creches de Nova Iorque.

Uma estatística, divulgada no início da semana e feita entre 930 mulheres escolhidas ao acaso em São Francisco, mostrou que 28% delas sofreram alguma forma de abuso sexual antes dos 14 anos. Segundo a autora da pesquisa, Diana Russel, professora de sociologia do Mills College, "o problema da violência sexual contra crianças é muito mais amplo do que se pensa nos EUA".

Apenas 8% dos casos foram levados ao conhecimento da pesquisa e a maioria das meninas foi vítima de ataques sexuais por parte de padrastos. Em 29% dos casos o agressor era parente e em 80% dos casos conhecido da criança, sendo que em apenas 11% dos episódios o violador era um desconhecido.

Ponta do "iceberg"

O escândalo de Nova Iorque começou na semana passada quando três professores da creche

Praça, no Bronx, um subúrbio pobre de Nova Iorque, foram acusados de ter mantido relações sexuais com pelo menos 30 crianças. O tipo de acusação varia, indo até a sodomia, e as crianças eram ameaçadas de represália se falassem em casa.

Mas a história veio à tona e a creche, que pertence à Administração de Recursos Humanos de Nova Iorque, atendendo crianças pobres, teve de ser protegida pela polícia para evitar a ira de pais e populares. O promotor Mario Merola, do Bronx, começou a investigar os casos que — segundo ele — "são apenas a ponta de um iceberg", mas logo acusou a direção da Administração de Recursos Humanos, que é da Prefeitura de Nova Iorque, de obstruir sua investigação. Quarta-feira, o diretor da Administração, James Krauskopf, renunciou ao cargo enquanto o Governo do Estado de Nova Iorque entrava nas investigações.

Desde que a história começou, novos casos surgem todos os dias. Num deles, o envolvido é um pastor metodista, Nataniel Thomas Grady, de 48 anos, acusado de molestar seis crianças de três a quatro anos nos últimos seis meses. Ao ser preso, o pastor teve de ser protegido pela polícia para evitar a ira dos vizinhos, que picharam os muros de sua casa com inscrições como "falso ministro" e "currador de crianças".

"O Incrível Hulk"

Grady, que tinha sido capelão da polícia durante 16 anos, era conhecido pelas crianças do Centro Comunitário de Tremont — também no Bronx e também da Prefeitura — apenas como O Fantasma, O Assaltante ou O Incrível Hulk. As crianças eram proibidas, sob pena de castigo, de se dirigir a ele pelo nome. Quarta-feira, outro suspeito, desta vez da creche da Avenida Washington, também no Bronx, foi preso acusado de sodomizar e espancar um menino de três anos, que está internado num hospital. O acusado, Reginal Sullivan, de 23 anos, era encarregado da manutenção da creche e foi remanejado para cuidar das crianças.

O mais grave nesse caso é que há um mês a mãe do menino procurou a diretora do Centro, Velda Underwood, e acusou Sullivan de ter feito algo estranho com seu filho. A diretora do Centro prometeu verificar, mas nada fez até que o menino acabou sendo espancado. Agora, os pais do menor estão processando a Prefeitura e exigindo uma indenização de 10 milhões de dólares. Nas próximas semanas certamente aparecerão novos casos e o Governador de Nova Iorque, Mario Cuomo, sancionou uma lei permitindo às crianças depor através de circuitos fechados de TV nos julgamentos de crimes sexuais.

Esse procedimento já está sendo usado na Califórnia, onde o julgamento de Virginia Mac Martin e dos demais acusados de violência contra crianças no jardim de infância que mantinham em Manhattan Beach, próximo a Los Angeles, ainda está na fase preliminar.

FRITZ UTZERI
Correspondente

Acusados da morte de menino em ritual de magia vão a júri

Quase cinco anos depois da morte do menino Antônio Carlos Vieira Júnior, o Juninho, de dois anos, durante um ritual de magia negra na Fazenda Bom Vale, em Cantagalo, três acusados de participação no crime — Maria da Conceição Pereira Pontes, Waldir de Souza Lima, o Valdirene, e Alfredo Ferreira de Oliveira — serão julgados quinta-feira, às 13h, no Tribunal do Júri de Niterói. O processo foi desaforado de Cantagalo por falta de condições de segurança no Município.

O Júri será presidido pela Juíza Maria Helena Pellegrietti e na promotoria atuará Elcio Vaz. A acusação se baseará na confissão feita por Maria da Conceição e Valdirene na Delegacia de Nova Friburgo. A defesa arrolou 13 testemunhas e é possível que o julgamento — adiado várias vezes — demore cerca de 30 horas. Os acusados estão sujeitos a penas de até cem anos de prisão. O processo tem seis volumes e quase 800 folhas.

MAGIA NEGRA

Juninho foi seqüestrado a 7 de outubro de 1979 quando foi com a mãe e irmãos fazer um piquenique na Fazenda Bom Vale. No dia 10, o menino foi morto durante um ritual de magia negra encomendado por Moacir Valente, dono da fazenda, segundo o depoimento de Valdirene, o qual, por ordem de Moacir Valente e do macumbeiro Ajuicaba Coutinho — que morreu há dois anos na prisão — sangrou Juninho e colocou o sangue num alguidar para o ritual.

O corpo de Juninho foi colocado num saco plástico e abandonado próximo ao açude da fazenda, onde foi encontrado no dia 17. Os peritos constataram que não havia qualquer sinal de sangue no cadáver.

No dia do encontro do corpo do menino, moradores de Cantagalo — revoltados com o crime — lincharam e atearam fogo nos corpos do fazendeiro Moacir Valente e do seu empregado, Anézio Ferreira, o Fiote.

Vizinhos tentam linchar casal que torturou com fogo o filho de 3 anos

Revoltados com os maus-tratos cometidos por Maria da Penha Picoli contra o filho, Eduardo, e temendo que ela e o marido fossem se mudar para "evitar a punição", os vizinhos do casal resolveram agredi-los antes mesmo da chegada da Polícia Militar, chamada por Djanira Fernandes Rodrigues. Maria da Penha, há 15 dias, tentou castrar o filho, de três anos, porque ele urinou na cama; mais tarde queimou-lhe o ânus com um isqueiro.

Segundo o marido, Manoel Rodrigues da Silva — que é vigia — a mulher "sempre ficava nervosa com a mudança da lua e agredia pessoas", tendo por diversas vezes se indisposto com os moradores do bairro, no Parque Flexal, em Guapimirim. Preocupado com isto e com a raiva demonstrada por ela, contra o filho, quando ainda grávida, resolveu procurar diversos centros espíritas, além de médicos e conselheiros espirituais. O ódio contra a criança continuou até que ela — segundo ele — foi diagnosticada, no Centro Espírita Zé das Almas, como portadora de encosto (tomada de espíritos malignos).

Mudança

Após as torturas contra a criança, Maria da Penha foi curada pelo rezador e, segundo o próprio marido, melhorou muito porque, além de ter feito curativos na criança, resolveu interná-la no Hospital de Magé, onde Eduardo está em estado grave. Iam-se mudar, a conselho do próprio Zé das Almas, mas os vizinhos, que tudo sabiam e até então não se haviam manifestado, resolveram denunciá-los à polícia. Só que muitos, exaltados, preferiram agredir o casal, que só não foi linchado porque a Polícia Militar chegou a tempo.

Na delegacia de Magé, Maria da Penha e Eduardo foram autuados por maus-tratos, tortura. Maria da Penha, arrependida, dizia apenas que queria ver o filho "curado e bem de saúde".

DENUNCIA

Crianças da Feem sofrem maus-tratos e violências

Cerca de 80 crianças da Fundação Estadual de Educação ao Menor (Feem), internadas no Lar Teresa Cristina e no Instituto Thomas Alva Edison, no Meier, vêm sofrendo maus tratos e violências sexuais. A denúncia foi feita ontem pela Diretora da Escola Municipal Professor Augusto Paulino Filho, Rosa Maria Batista Lima. Ela acredita que esse fato seja responsável pelo baixo rendimento escolar, pela agressividade, por ações de vandalismo de algumas crianças e pelo isolamento delas dentro das salas de aula.

Rosa Maria disse que as crianças chegam diariamente à escola sujas, com dermatoses, ferimentos diversos, piolho, sarna e muitas apresentam sintomas de raquitismo. Informou que entrou em contato com o posto de saúde e os funcionários passaram a atender as crianças. Mas, segundo ela, os dirigentes dos dois orfanatos recusam-se a procurar entender-se com a Escola Municipal Professor Augusto Paulino Filho para, pelo menos, tentar minimizar os problemas desses alunos.

Informou também a diretora que as crianças chegam a permanecer três a quatro anos na mesma série e, quando alcançam a idade de 14 anos, são transferidas para outras escolas, até que o ciclo se conclua e atinjam a maioridade, sendo então liberadas pela Feem.

De acordo com a diretora, o problema ocorre há mais de dez anos e há pelo me-

nos cinco anos as professoras vêm denunciando o fato no Conselho de Classe, junto ao 12º DEC (Distrito de Educação e Cultura). Somente alguns meses atrás, disse Rosa Maria, o Educandário Teresa Cristina enviou orientadoras e assistentes sociais à escola, para tomar conhecimento dos fatos, mas os problemas continuam.

— Não somos heroínas e não sabemos, em alguns momentos, como lidar com as crianças. Para mim, elas deveriam receber, além de educação, orientação psicológica, já que são muito traumatizadas, em consequência do abandono familiar e de repressões sofridas nessas instituições — disse a diretora.

Para as professoras Nelci da Rocha, Sônia Ferreira, Maria Helena Moreira e Nanci Areias, as crianças deveriam receber constante orientação de assistentes sociais e deveria, também, haver integração entre as escolas e as instituições, com professoras preparadas.

A Escola Municipal Professor Augusto Paulino Filho tem 1.233 alunos em dois turnos, no Primeiro Grau. Destes, 84 são dos dois orfanatos. A Diretora Rosa Maria disse que a escola atende a crianças desde os cinco até os 14 anos de idade. Além da Escola Professor Paulino Filho, também as Escolas Municipais Isabel Mendes, Bento Ribeiro e Centro Comunitário recebem crianças dos dois orfanatos.

Diretora de Instituto nega qualquer sevícia

A Diretora do Instituto Thomas Alva Edison, Aracy Samico Lichtenfels, desmentiu que as 130 crianças ali internadas sofrem qualquer violência física ou sexual, e afirmou que se isso ocorresse ela acabaria sabendo. Segundo ela, duas assistentes sociais da Feem e do Juizado de Menores fazem entrevistas em grupo, com as crianças, três vezes por semana.

— Não tenho motivos para maltratar as crianças. Todas são muito dóceis e caso ocorresse algum tipo de mau-trato acredito que um dos meus funcionários me falaria.

Aracy Samico, muito nervosa, recebeu a reportagem na entrada do orfanato e só a custo concordou em mostrar todo o colégio — com camas arrumadas, consultório médico, roupas em ordem, pátio varrido.

Os dois inspetores acusados, Franklin e Edson, se contradisseram. Franklin disse que algumas vezes as crianças apanham, ficam de castigo no pátio e já soube de casos sexuais entre os menores e os maiores. Mas afirmou que isso é muito normal, para logo em seguida desmentir tudo. Edson disse que não gostaria que acontecessem coisas que ocorreram no seu tempo — violências sexuais e físicas.

Ambos foram criados no orfanato.

A diretora disse que dirige o estabelecimento há 15 anos e nunca ocorreu nada ali, alegando que os ferimentos das crianças resultavam de brigas entre elas. Enquanto mostrava o orfanato, Aracy Samico pediu a um funcionário que entrasse em contato com o Juizado de Menores. Depois pediu aos repórteres para aguardarem mais um pouco porque Paulo Henrique da Cruz, do Juizado de Menores, gostaria de dar uma entrevista.

No Lar Teresa Cristina, a secretária Maria Salete recebeu a reportagem no portão, alegando não ser permitida a entrada de estranhos sem o consentimento da Diretora Marilene Silva Oliveira, que não estava.

Maria Salete informou que a nova direção assumiu em junho e que antes era bem pior. Ela negou as acusações das professoras da Escola Municipal Professor Augusto Paulino Filho que, no seu entender, discriminam as crianças dos orfanatos. As 147 crianças do Lar Teresa Cristina, de idades entre 6 e 14 anos, recebem orientação de assistentes sociais da Feem e do Juizado de Menores.

Juiz de Menores manda investigar. Mas não crê

O Juiz de Menores, Antônio Campos Neto, não acredita nas denúncias, já que para cada unidade da Feem há uma chefia de inspeção de obras assistenciais. O chefe Paulo Henrique da Cruz atende aos dois orfanatos e constantemente faz relatórios sobre o que ocorre nas duas instituições.

O Juiz Campos Neto disse que vai verificar a procedência das denúncias e adiantou que em um daqueles estabelecimentos, o Lar Teresa Cristina, a direção

foi mudada no ano passado devido a fatos semelhantes.

Também o Presidente da Feem, Sebastião José Florentino, afirmou que vai mandar apurar as denúncias. Mas também esclareceu que não acredita na ocorrência de violências, uma vez que dois assistentes sociais fiscalizam semanalmente aqueles estabelecimentos e fazem relatórios.

Internos falam pouco e confirmam as acusações

Silêncio e submissão parecem ser as fórmulas encontradas pelos internos do Instituto Thomas Alva Edison e do Lar Teresa Cristina para sobreviver às violências físicas e sexuais aplicadas nesses estabelecimentos. Somente após algumas horas de conversa e persuasão as crianças resolvem falar sobre o assunto, mesmo assim ressaltadas:

— Eles (os inspetores e os meninos maiores) batem de chinelo e pau na gente e dão socos nas costas e no estômago. Eu já fui três vezes para a casa da minha mãe e vou continuar fugindo, porque não gosto do orfanato. Os meninos maiores também são ruins porque quase toda noite nos assustam e nos obrigam a fazer

"sallências". — J., 12 anos, sete dos quais no Lar Teresa Cristina.

— Os inspetores Edson e Franklin nos batem muito. A noite, eles usam máscaras para nos assustar e nos obrigam a dormir com o rosto coberto, mesmo no verão. — M., 10 anos, do Instituto Thomas Alva Edison.

— Gosto muito do Instituto. A diretora é boa e diz sempre para eu ser educado e falar bem do Instituto. Eles sempre me trataram bem, nunca apanhei e nunca tive problemas com os maiores. Graças a Deus existe o Instituto, porque eu posso vir a ser alguém. — E., 12 anos, do Instituto Thomas Alva Edison.

A dissertação "O PAPEL SOCIAL DA MULHER E O DESENVOL-
VIMENTO DA PERSONALIDADE INFANTIL"

foi considerada

aprovada

Rio de Janeiro, 5 de ~~dez~~ de 1984

Elizete Schneider

Professor Orientador

[Assinatura]

Membro da Banca Examinadora

Celia Irene Pereira

Membro da Banca Examinadora